



1930



1970



1990



2018



Reportagem

## Os novos desafios das mulheres no mundo contábil

Artigos abordam importantes temas para a profissão



## PALAVRA DO PRESIDENTE

Nesta última edição de 2018, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos articulistas, pareceristas e leitores da Revista Brasileira de Contabilidade por estarem conosco neste ano. A relevância técnica dos conteúdos publicados pela RBC vem demonstrando, ano a ano, uma das principais prioridades do Conselho Federal de Contabilidade, que é contribuir para a atualização e o aprimoramento dos profissionais.

Ao lado desse e de outros importantes compromissos que temos firmado com a classe contábil, merece destaque a nossa posição de atuar seriamente nas questões que impactam na sustentabilidade da profissão. Uma dessas questões diz respeito à igualdade de gênero no mercado da área contábil.

No nosso entendimento, para termos uma profissão forte e sustentável, precisamos do conjunto completo de talentos, de homens e mulheres, trabalhando juntos. Porém, o que nós vemos, infelizmente, ainda com frequência – e não apenas no Brasil – é a existência de estereótipos e certa discriminação sobre as mulheres.

Para se ter uma ideia dessa realidade global, a Comissão Europeia afirmou recentemente que o valor médio da hora pago às mulheres, na Europa, é 16.3% menor que o dos homens. Além disso, as mulheres continuam a ser sub-representadas em cargos mais altos de chefia. Nas maiores companhias da Europa, encontra-se apenas uma mulher entre 14 *Chairs* (presidentes do Conselho de Administração), e somente uma mulher entre 20 CEOs (*Chief Executive Officer*, cargo que, no Brasil, corresponde a diretor executivo).

Na reportagem desta edição, há várias informações sobre a realidade brasileira e a presença das mulheres na área contábil. Indico a leitura e, mais do que isso, recomendo a participação no XII Encon-

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda  
*Presidente do CFC*

tro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), que irá ocorrer de 11 a 13 de setembro de 2019, em Porto de Galinhas (PE). Trata-se de um dos eventos mais importantes do calendário contábil brasileiro e tem por foco discutir questões relacionadas ao universo profissional feminino.

Precisamos continuar evoluindo para diminuir as desigualdades de gênero, para mudar a cultura que privilegia profissionais do sexo masculino dentro das empresas, para que as organizações sejam mais inclusivas e ofereçam oportunidades iguais para todos. Tudo isso envolve a sustentabilidade da nossa profissão.

Por fim, mas não menos importante, quero desejar um Natal e um Ano Novo repletos de bênçãos para todos os colegas, profissionais da contabilidade, homens e mulheres, que dignificam a nossa profissão e respeitam, igualmente, todos os seres humanos.

Boa leitura.

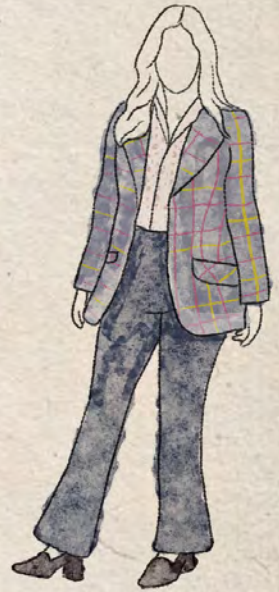




1930



1970



1990



2018



## REPORTAGEM

# Os novos desafios das mulheres no mundo contábil

Por Rafaella Feliciano

A existência de barreiras não tem desanimado as mulheres. Ao contrário disso, elas estão cada vez mais participativas e decididas a romper padrões e preconceitos.

Desigualdade no acesso e na remuneração no mercado de trabalho, divisão desigual do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico, discriminação nos cargos público e privado. Todas essas barreiras ainda permanecem latentes na busca pela igualdade de gênero.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no primeiro trimestre de 2018, a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 15%, enquanto dos homens foi de 11,6%. Além disso, quando empregados, os homens recebem quase duas vezes mais que as mulheres.

Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mos-

tra que a diminuição das diferenças de gênero no mercado de trabalho poderia aumentar o Produto Interno Brasileiro (PIB) em 3,3%, ou R\$382 bilhões, e acrescentar R\$131 bilhões às receitas tributárias. Para isso, seria necessário o Brasil reduzir em 25% a desigualdade na taxa de presença das mulheres no mundo do trabalho até 2025.

Ainda segundo os dados da OIT, se a participação feminina crescesse 5,5 pontos percentuais, o mercado de trabalho brasileiro ganharia uma mão de obra de 5,1 milhões de mulheres.

Eradicar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas não é apenas um direito hu-

mano básico, mas é também crucial para acelerar o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o material da OIT "Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências para Mulheres 2017", a liderança feminina, na maioria dos casos, está relacionada com o bom desempenho das companhias, bem como as organizações com mulheres no topo são mais lucrativas.

Além dos benefícios econômicos significativos, o engajamento de um número maior de mulheres no mundo do trabalho teria um impacto positivo no seu bem-estar, já que a maioria das mulheres gostaria de trabalhar.



Na luta pela igualdade de gênero, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em setembro de 2015, uma agenda mundial para o Desenvolvimento Sustentável do mundo – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Composta de 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, a agenda é uma chamada universal para acabar com a pobreza, a discriminação e fomentar a preservação do planeta.

Entre os objetivos, encontra-se o número 5, que fala sobre Igualdade de Gênero. A ideia é conceder às mulheres direitos iguais econômicos, familiares, saúde sexual, além de incentivá-las a assumir cargos de liderança em espaços políticos em suas comunidades.

Na esteira pelo empoderamento feminino, políticas públicas são essenciais para amparar a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como a mudança cultural é imprescindível no âmbito privado.

Porém, a existência de barreiras não tem desanimado as mulheres. Ao contrário disso, elas estão cada vez mais participativas e decididas a romper padrões e preconceitos.

A prova disso é o crescimento das mulheres em profissões até então consideradas predominantemente masculinas, como é o Caso da Classe Contábil. Segundo o Ministério da Educação, em 2016, as alunas nos cursos de Ciências Contábeis no País somavam 205.300 mil, enquanto os homens apenas 150.125 mil.

Para a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, Lucélia Lecheta, a qualificação é primordial para o crescimento profissional em qualquer área e a dedicação das mulheres é expressiva. Segundo a vice-presidente, elas estão chegando ao mercado de trabalho mais capacitadas e cheias de entusiasmo. “A busca pelo conhecimento não pode mais ficar em segundo plano, o que nos exige planejamento, gestão de tem-

po, de pessoas, de recursos, por isso, precisamos sempre do equilíbrio, tanto em cima do salto como na sua vida pessoal e profissional. Precisamos trabalhar em parceria com os homens, com outras mulheres. Não há mais como ser diferente disso”, garante.

Lucélia Lecheta está na profissão há 32 anos. Foi a primeira mulher a presidir o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, após quase sete décadas de liderança masculina. “Tudo o que tenho financeiramente conquistei com a Contabilidade e isso é muito gratificante. Além disso, minhas maiores realizações também foram por meio da Contabilidade. Ser a primeira mulher a presidir o CRCPR depois de quase 70 anos de história é algo do qual me orgulha muito. Eu tenho dito sempre que, por meio do meu trabalho nas entidades de classe, inclusive agora no CFC, busco cumprir um objetivo muito nobre: devolver à Contabilidade tudo o que ela me deu. Por isso procuro sempre fazer o meu melhor”.

No Sistema CFC/CRCs, a luta das mulheres sempre esteve à frente do



Lucélia Lecheta, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC

seu tempo. Quebrando paradigmas, a participação feminina cresceu exponencialmente desde 1946, quando o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio, criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais (CRCs). Quem começou a escrever essa história, em 10 de junho de 1947, foi Eny Pimenta de Moraes, a primeira mulher registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. Na década de 50, elas



representavam 1,3% da classe contábil; em 1980, chegaram a 20%; já em 2000, atingiram a marca de 31%; e, atualmente, são 42,8%.

Na composição do Plenário do CFC, elas também fazem história. A primeira a compor o quadro de conselheiros foi Numa Freire dos Santos Pereira, em 1956. Desde então, mais de 50 mulheres já estiveram presentes na maioria das composições dos mandatos.

Em 2006, Maria Clara Cavalcante Bugarim foi eleita a primeira presidente do Conselho Federal de Contabilidade. “A partir da iniciação educacional fora dos muros de casa, saímos para assumir um novo papel na ascendência política e econômica, não somente da família, mas da sociedade. Voamos mais alto durante o caminhar desses últimos dois séculos. Nossa instrução nos arremessou rumo ao desconhecido para a busca do pleno conhecimento filosófico-científico em seu mais alto grau, e a nossa vontade de vencer nos permitiu criar, realizar, ousar, abusar da nossa criatividade, sem, contudo, perder a ternura e deixar de sonhar”, ressalta Maria Clara.

Alagoana, Maria Clara possui três graduações (Ciências Contábeis e Administração, pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió; e Direito, pela Universidade de Fortaleza), e duas especializações em Auditoria e Administração em Recursos Humanos, pelo Centro Universitário Cesmac-Fejal. Tornou-se mestre em Controladoria e Contabilidade, pela Universidade de São Paulo, e doutora em Engenharia e Gestão do Co-



Maria Clara Cavalcante Bugarim

nhcimento, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Concluiu, ainda, o seu segundo doutorado em Contabilidade, pela Universidade de Aveiro, em parceria com a Universidade do Minho, ambas em Portugal.

Conhecida por sua determinação e por quebrar paradigmas, desde muito cedo vem ocupando posições de destaque nas áreas governamental, acadêmica e das entidades de classe, assumindo com brilhantismo cargos até então nunca ocupados por mulheres.

Com uma vida profissional marcada pela arrojada atuação nas entidades de classe, presidiu por duas gestões o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (1998 a 2001), a Fundação Brasileira de Contabilidade (2002 a 2005) e o Conselho Federal de Contabilidade (2006 a 2009). Desde 2009, é presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e, este ano, Maria Clara também foi eleita

vice-presidente na Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).

Segundo ela, grande parte das conquistas das mulheres na área contábil se deve ao legado do projeto “Mulher Contabilista”, criado há quase 30 anos, que impulsionou a participação feminina em espaços, até então, predominantemente masculinos. “Somos incansáveis por natureza. Desde o início da emancipação feminina, soubemos, inteligentemente, o momento certo de combinar os afazeres domésticos com a nossa própria instrução. Se hoje temos motivos bastantes para comemorar, é porque fomos capazes de seguir em frente, combinando sensibilidade, competência e boa vontade”, ressalta a presidente da Abracicon.

No entanto, Maria Clara acredita que o caminho ainda é longo para a igualdade entre homens e mulheres. Porém, lembra que o empoderamento feminino está a todo vapor. “Estamos, cada vez mais, determinadas a não nos deixar abater diante das situações adversas, conscientes de que, com união, é possível concretizar nossos objetivos. Nossa meta é nos fortalecermos coletivamente, multiplicarmos nossas competências, valorizarmos os nossos serviços e aumentarmos a nossa credibilidade perante a sociedade, como construtoras de uma pátria mais justa e igualitária. Nós não somente queremos ocupar o merecido espaço sociopolítico brasileiro, mas exercer em plenitude a nossa cidadania enquanto mães, profissionais competentes, esposas, cidadãs, mulheres”, conclui.



# Encontro Nacional da Mulher Contabilista

Em busca de espaço e de voz na classe contábil, em 1991, foi idealizado o Encontro Nacional da Mulher Contabilista. A iniciativa contou com o engajamento de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) e o apoio da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).

Nilva Amália Pasetto, atual presidente da Comissão Nacional da Mulher Contabilista, explica que o objetivo é promover a participação da mulher no desenvolvimento da profissão contábil, incentivar o seu lado empreendedor e estimular a sua efetiva contribuição à vida social e política do País. “Buscamos reverenciar o exemplo feminino de força, criatividade e excelência profissional, demonstrado com seu talento e coragem, na condição de transformadora social”, ressalta.

O pontapé inicial, dado em 1991, abriu portas para que profissionais conseguissem ser ouvidas na classe contábil. Em 1992, foi realizada a segunda edição, em Salvador (BA), e a participação no mercado de trabalho foi o mote do encontro. Em 1999, aconteceu o III ENMC, em Maceió (AL). Com mais de mil participantes, o momento foi de reformulação e de convicção sobre a força da mulher na Contabilidade.

Em 2003, o IV Encontro foi realizado em Belo Horizonte (MG) e, na presença de mais de 1,2 mil participantes, firmou-se a promoção do evento a cada dois anos. Na ocasião, questões como desigualdade de salários, jornada múltipla e competitividade foram temas de debates entre as participantes.

A quinta edição do evento, realizada em Aracaju (SE), em 2005, contou com a presença de mais de 1,4 mil participantes que discutiram diversos assuntos, como políticas públicas e qualidade de vida. Nesse ano, o evento teve seu formato melhor definido



Nilva Amália Pasetto, presidente da Comissão Nacional da Mulher Contabilista

e ganhou admiradores e adeptos de todo o País. A abertura oficial do evento aconteceu no dia 19 de maio, no Teatro Tobias Barreto. O ex-presidente do CFC José Martonio Alves Coelho e outras personalidades da classe contábil compuseram a mesa de honra.

A cidade de Florianópolis (SC) sediou, em junho de 2007, o VI Encontro Nacional da Mulher Contabilista. Superando todas as expectativas, o número de inscritos ultrapassou 1,7 mil participantes, lotando o auditório do Centrosul. Foram três dias intensos de evento, incluindo várias palestras técnicas, *talk show*, peça teatral e duas noites de confraternização. A proposta de discutir temas contábeis e de interesse geral, com enfoque no universo feminino, consolidou-se indiscutivelmente entre a classe.

Em maio de 2009, realizou-se o VII Encontro Nacional da Mulher Contabilista, em Vitória-ES. Com o lema “A força da união: ação, conquista e vitória!”, o encontro, já com triunfo estabelecido, reuniu quase 2 mil participantes. A programação foi composta de painéis e palestras de especialistas de renome nacional, além de momentos para entrosamento e descontração, com peça teatral e festa temática.

A oitava edição do evento foi realizada em maio de 2011, em Caldas Novas (GO), e teve como lema “Mulher: Conhecimento, Criatividade e Leveza”. Mais de 2 mil participantes transformaram a cidade goiana no centro do saber contábil. Já em novembro de 2013, a proposta inovadora do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP) de realizar o Encontro Nacional da Mulher Contabilista a bordo de um navio se tornou realidade e contou como itinerário Santos (SP), Búzios (RJ) e Ilha Bela (SP). Com o lema “Mulher Contabilista: bem-vinda ao futuro!”, o evento reuniu profissionais renomados, além de figuras do meio artístico e jornalístico.

Em 2015, a X edição do evento foi realizada na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Com o lema “Mulher: Energia, Conhecimento e Arte”, o encontro reuniu, novamente, mais de 2 mil participantes, que discutiram os desafios e as oportunidades do mercado contábil. Os participantes também puderam assistir a palestras motivacionais e conhecer histórias de mulheres que fizeram a diferença em suas carreiras. Entre os assuntos em pauta, os especialistas ressaltaram a importância da atualização profissional e abordaram a competitividade no mercado de trabalho.

Já em 2017, a cidade Gramado (RS) recebeu mais de 3 mil profissionais da contabilidade para mais uma jornada de conhecimento. Desta vez, o evento uniu duas propostas consagradas do calendário contábil: o XI Encontro Nacional da Mulher Contabilista e a XVI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Sob o lema “Compartilhando Experiências, Unindo Competências”, os eventos foram caracterizados pelo ineditismo de possibilitar a apresentação simultânea de palestras e painéis. Entre os temas abordados, destacaram-se auditoria e perícia contábil, contabilidade pública e o protagonismo feminino no ambiente corporativo.



## XII ENMC

“Empreendedorismo, Inovação e Sensibilidade: conduzindo revoluções”. Esse é o lema que irá reunir, em Porto de Galinhas (PE), de 11 a 13 de setembro de 2019, cerca de 1.200 profissionais da contabilidade de todo o País para a 12ª edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC).

A presidente da Comissão Nacional do Projeto Mulher Contabilista e conselheira do CFC, Nilva Amália Pasetto, afirma que “as profissionais que participarem do encontro sairão motivadas e capacitadas, já que o nosso foco é o empreendedorismo feminino. Além disso, vamos tratar de inovações na Contabilidade e a participação da mulher no cenário político”.

A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC e membro da Comissão, Lucélia Lecheta, adianta que a programação trará também como foco a participação da mulher nos “movimentos de liderança”. Para ela, “a cada dia, as mulheres estão se preparando para esse movimento e, certamente, o evento trará uma rica informação, que impactará não só na vida delas, mas de todos os profissionais da contabilidade”.

A XII Edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista é uma idealização do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realização do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) e organização da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon).

### Inscrições abertas

Ainda dá tempo de garantir a sua vaga nessa edição. O primeiro e o segundo lotes e vagas para estudantes estão esgotados. No site do CFC é possível ter mais informações de como participar.



### SERVIÇO

#### O quê?

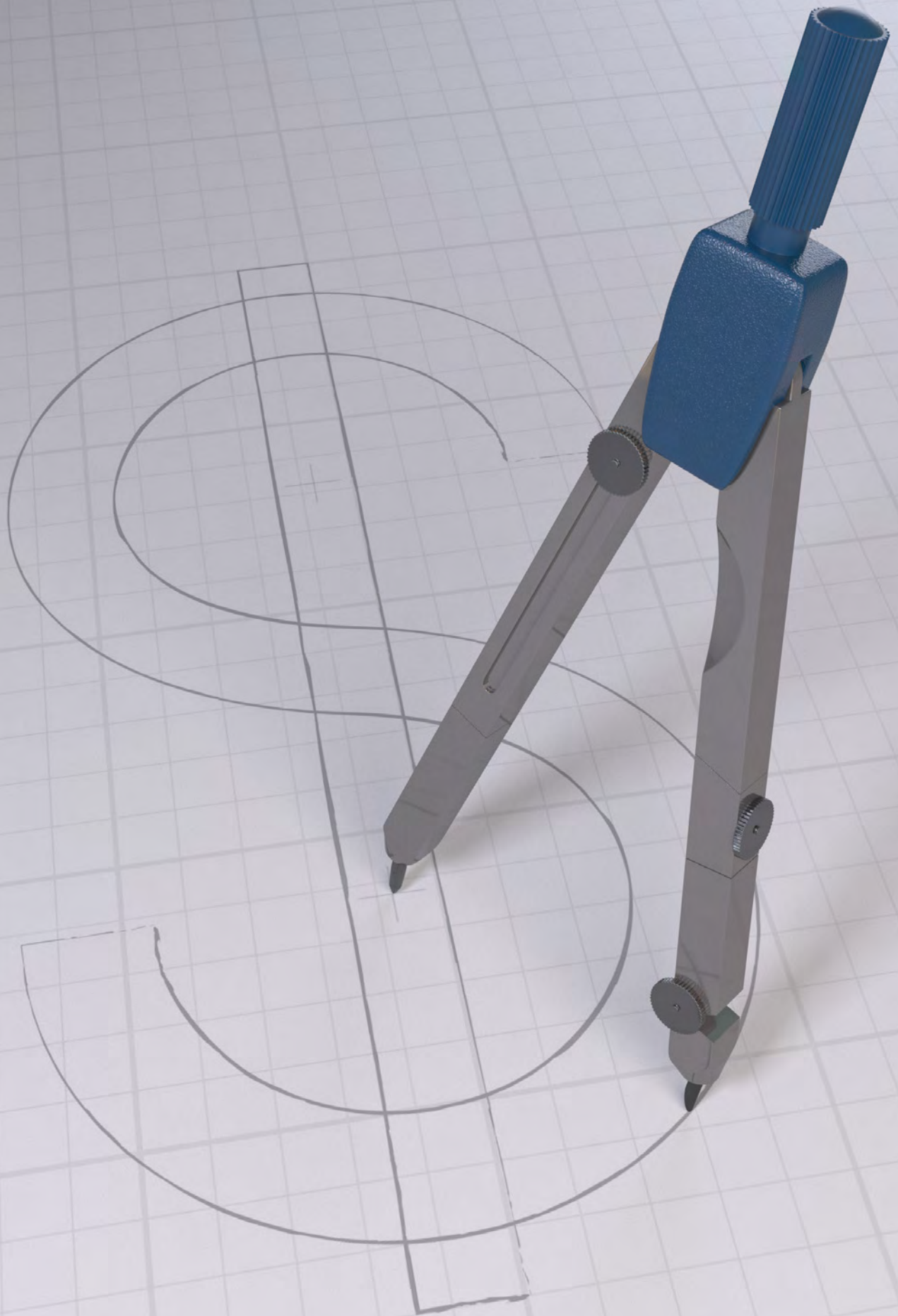
XII Edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista

#### Quando?

11 a 13 de setembro de 2019.

#### Onde?

Porto de Galinhas – Auditório do Enotel



# Comportamento Estratégico e Formação do Preço de Venda - um estudo em empresas de arquitetura e urbanismo de Cascavel (PR)

A forma como a organização se relaciona com o seu ambiente interno e externo tende a retratar as suas estratégias, sejam estas de fixação no mercado, de desenvolvimento tecnológico, ações em vendas, entre outros. Buscando identificar o comportamento estratégico e os métodos de formação de preço de venda das empresas de arquitetura e urbanismo de Cascavel (PR), a presente pesquisa buscou as empresas registradas no Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU) de Cascavel (PR), chegando ao número de 126 (cento e vinte e seis) empresas devidamente registradas. Destas, o contato foi estabelecido com 83 (oitenta e três) empresas, das quais apenas 34 (trinta e quatro) retornaram o questionário respondido. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva; quanto aos procedimentos, levantamento do tipo *Survey*; e quanto à abordagem do problema, tem caráter qualitativo. As informações geradas pela pesquisa apresentam relevância não só para as empresas, como também para o CAU da região, demonstrando os comportamentos estratégicos das empresas associadas e as estratégias utilizadas na formação de preço de venda, possibilitando assim uma melhor ação do conselho em benefício dos registrados. Por meio dos resultados encontrados, observou-se que o comportamento estratégico predominante é o analítico; a metodologia de formação de preço de venda é o custo do produto/serviço utilizado; e a estratégia de precificação mais comum entre os comportamentos é a de preços distintos.

2074 - Recebido em 5/5/2018. Distribuído em 8/5/2018. Pedido de revisão em 20/6/2018. Resubmetido pelo autor em 23/8/2018. Aprovado em 05/09/18, na quarta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição novembro-dezembro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal.

## Sabrina Denardi

Graduada em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; MBA executivo em Estratégias Empresariais e graduanda do último ano do curso de bacharelado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Univel.  
*E-mail:* sabrina\_denardi@hotmail.com

## Lucas Précoma Lorenzini

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Univel, é especialista em docência no ensino superior pelo Centro Universitário Fag e em Gestão Estratégica de Custos pelo Centro Universitário Uninter. Mestrando em Contabilidade pela Unioeste Campus Cascavel, cidade onde reside atualmente, teve atuação profissional por nove anos como gestor Financeiro e de Custos. Há cinco anos atua como professor universitário, ministrando principalmente as disciplinas Contabilidade de Custos e Matemática Financeira para os acadêmicos de bacharelado e tecnólogos.  
*E-mail:* lplorenzini@gmail.com



## Introdução

Se existe maior desafio para a administração do que a tomada de decisão é a estratégia que será adotada para tal. Wright, Kroll e Parnell (2010) afirmam que os administradores não possuem maior desafio do que o da administração estratégica. A condução de uma organização complexa com ambiente dinâmico e com rápidas mudanças requer melhores julgamentos e esse é um dos grandes desafios para o administrador em sua gestão. Manter uma estratégia na organização, muitas vezes, está ligado intimamente às experiências do gestor. Santana, Mário e Sedyama (2009) relatam que tais experiências se apresentam em termos de orientações do passado, presente e futuro, hábitos, julgamentos e até mesmo projeções que vão influenciar o comportamento estratégico da organização.

Lobato et al. (2009) relatam que as estratégias são resultados de processos de planejamento formal, disposto em vários passos e feito de forma controlada, ou seja, são ações pensadas e estruturadas que o administrador toma visando a um melhor desenvolvimento empresarial. Oliveira (2014) é concordante com a ideia e diz que as estratégias são formuladas com base nos objetivos, metas e desafios estabelecidos, identificada no diagnóstico estratégico e respeitando os valores, missão e visão, além dos propósitos da empresa. Wright, Kroll e Parnell (2010) finalizam a ideia entendendo que estratégias são planos da administração para alcançar seus objetivos, mas sempre agindo conforme a missão da empresa.

O uso da estratégia no meio empresarial exige que as decisões sejam tanto em curto como em longo prazo, sendo neces-

sário um planejamento estratégico. Chiavenato e Sapiro (2003) mencionam que planejamento estratégico está relacionado com os objetivos da organização, sejam eles de curto ou de longo prazo. Dentro de um planejamento estratégico bem elaborado, a definição do preço de venda dos produtos e ou serviços é primordial para o bom andamento empresarial. Leão (2008) diz que maior causa de pouco tempo de sobrevivência de uma empresa é a má-formação de preço de seus produtos e serviços.

Tendo em vista que a competição no mercado é cada vez mais acirrada, uma formação de preços mais coerente ajuda a manter o equilíbrio comercial da organização. Corroborando com essa ideia, Canever (2008) relata que a formação de preço é a chave para o sucesso, pois é com ele que a empresa poderá planejar o futuro e diminuir as suas incertezas. Logo, a estratégia de formação de preços está intimamente ligada ao comportamento estratégico da organização, pois define a relação que a organização pretende ter com o seu ambiente de atuação. Oliveira (2014) relata que a empresa deve estar ligada intimamente com o seu ambiente, buscando definir e operacionalizar estratégias e afirma que o comportamento estratégico está voltado para a otimização da empresa, tanto no ambiente externo e interno. Com o mesmo pensamento, Bethlem (2003) destaca a importância de ajustar o comportamento estratégico com a maneira de pensar e agir diante das mudanças, sejam elas dentro da empresa e até mesmo fora dela.

Outros estudos, como o de Ribeiro, Rossetto e Verdinelli (2011), Gimenez (1998), Gimenez et al. (1999), Bott (2006), Martignago et al. (2005), Rossetto (2000) e Somavilla et al. (2013), abordaram o compor-

tamento estratégico em empresas, no entanto, nenhum deles em específico aborda a atividade escolhida para desenvolvimento deste estudo nem com foco na estratégia de formação do preço de venda. Os estudos, como o de Scheer e Cararo (2004) e Cararo e Wille (2006), abordaram a formação do preço de venda na atividade de arquitetura e urbanismo, porém não foi feita a relação com o comportamento estratégico delas.

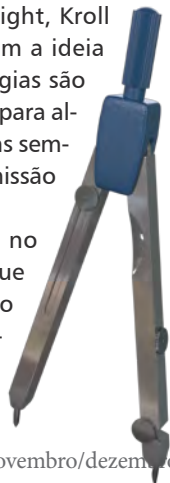
Diante do exposto, tem-se como pergunta para essa pesquisa: **Qual a tipologia do comportamento estratégico e a estratégia de formação de preços nas empresas de arquitetura e urbanismo de Cascavel (PR)?** A partir do problema da pesquisa, este estudo tem como objetivo identificar a tipologia estratégica com base em Miles e Snow (1978) e as estratégias mais utilizadas na formação do preço de venda para cada tipologia nas empresas de arquitetura e urbanismo devidamente registradas no Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU) de Cascavel (PR).

A linha de pesquisa envolvendo a estratégia e a profissão base deste estudo é pouco explorada, então esta pesquisa se justifica por tentar minimizar esse ponto falho, fornecendo dados não só ao profissional que geralmente tem pouco contato com os estudos administrativos, mas, principalmente, visando auxiliar o CAU a compreender melhor seus associados, buscando alternativas que possam beneficiar o setor.

## Referencial Teórico

### Estratégia

O conceito de estratégia tem sido abordado por vários autores ao longo do tempo, variando de uma forma e outra de definição, aplicação e funcionalidade. Mintzberg e Quinn (2003) afirmam que estraté-



gia é uma espécie de plano, algum tipo de ação consciente, um conjunto de diretrizes para poder lidar com algumas situações. Bethlem (2003) relata que estratégia não é um plano fixo, nem se quer muda de direção de uma hora para outra; isso só acontecerá mediante decisões. Já Hitt, Ireland e Hoskisson (2008) relatam que estratégias são conjuntos de compromissos e ações definidas, com o intuito de explorar competências essenciais e obter vantagens competitivas. Lobato et al. (2009) afirmam que a estratégia é um plano, direção ou até mesmo um guia, um caminho a ser seguido com o intuito de levar a organização do nível atual até ao nível desejado. E, por fim, Oliveira (2014) afirma que as estratégias são caminhos mais adequados e eficazes para alcançar os objetivos, metas e desafios estabelecidos, mas é possível estabelecer estratégias alternativas, facilitando assim as alterações que poderão ocorrer no decorrer do caminho. Embora conceituada de várias formas, os autores chegam empiricamente a um consenso de que estratégia é o caminho por onde a organização trilha seus objetivos e define os meios pelos quais pretende atingi-los.

Ao implantar efetivamente a estratégia na organização, algu-

mas orientações são relatadas e evidenciadas por autores para um melhor desenvolvimento das ações empresariais. Lobato et al. (2009) afirmam que as estratégias devem ser implantadas com detalhamento dos objetivos, orçamentos, planos organizacionais e programas para todos os níveis. Já Chiavenato e Sapiro (2003) destacam que a estratégia deve ser orientada por meio de um objetivo, mas não só com o público-alvo da empresa, mas com todos os que a integram, destacando a importância de a estratégia ser formulada e entendida por todos os membros da organização, pois, como inúmeros obstáculos podem acontecer, as tomadas de decisões podem moldar o caminho até que se alcance o objetivo escolhido.

De acordo com Wright, Kroll e Parnell (2010), a implantação estratégica necessita de um administrador que considere várias questões importantes, como, por exemplo, a estruturação da organização, moldando e fornecendo bases sustentáveis para colocar em prática a sua estratégia, sempre levando em consideração a visão, cultura e missão. Assim os colaboradores trabalham juntos com um único objetivo. Seguindo essa mesma visão, Almeida (2003) relata que o processo de planejamento da estratégia se inicia

com o estabelecimento de um objetivo mais aproximado à realidade da organização. Ao final, esse objetivo estará com uma visão mais precisa e deve ser compartilhado com todos os colaboradores, clientes e terceiros. Por fim, reforçando a ideia central, Mintzberg e Quinn (2003) relatam que os objetivos e metas ditam quando e quais os resultados que precisam ser alcançados, mas, não, como devem ser conseguidos, por isso a importância de se adotar uma estratégia na organização.

Quando implantada de forma eficiente, a estratégia abrange todos os setores da organização. Oliveira (2014) destaca que, em uma organização, a estratégia é a arte de utilizar de forma adequada os recursos, sejam eles tecnológicos, físicos, humanos e financeiros, tendo em vista a minimização de problemas e maximizando assim as oportunidades no ambiente profissional. Corroborando a ideia, Medeiros (2010) destaca que as estratégias determinam as necessidades da estrutura organizacional em termos de qualificações e isso faz com que estabeleçam a estrutura de pessoas, estilo administrativo, sistemas e alguns valores.

Por fim, na visão de Lobato et al. (2009), a estratégia não deve ser algo restrito no âmbito geren-

“A administração estratégica é um termo mais amplo e ocorrem várias interligações e conceitos sobre ela. No entanto, existindo essa ligação entre a administração e a estratégia, cabe ao gestor a função de administra-las dentro da organização.”

cial e sim para todos os níveis hierárquicos da organização, podendo assim atingir todos os objetivos organizacionais. Como relata Almeida (2003), a estratégia te dá o caminho e o objetivo mostra aonde a empresa quer chegar.

## Administração Estratégica

A administração estratégica é um termo mais amplo e ocorrem várias interligações e conceitos sobre ela. No entanto, existindo essa ligação entre a administração e a estratégia, cabe ao gestor a função de administrá-las dentro da organização. Wright, Kroll e Parnell (2010) relatam que dentro do contexto de administração estratégica, quem vai ser o executivo ideal do futuro é o líder e, não, um mero administrador. Seguindo a mesma visão, Lobato et al. (2009) destacam que um líder na administração estratégica possui uma visão decidida com o intuito de compartilhar com a equipe, mantendo o controle pessoal; assim pode sempre que for necessário reformular a sua rota.

Tratando de conceitos e efetividade da administração estratégica, Chiavenato e Sapiro (2003) relatam que a administração estratégica serve para maximizar os resultados e assim minimizar as deficiências, usando os princípios de maior eficácia, efetividade e eficiência. Para Bethlem (2003), a administração estratégica consiste na forma como lidar com as mudanças, sejam elas ambientais, do ramo de negócios e até mesmo de dentro da organização, pois pensar estrategicamente tornou-se indispensável para alcançar a competitividade. Para Hitt, Ireland e Hoskisson (2008), a administração estratégica é um conjunto de decisões, compromissos e ações necessárias, para que a empresa atinja seus objetivos e sempre esteja acima da média. E, finalmente, para

Wright, Kroll e Parnell (2010), a administração estratégica consiste em adaptar a estruturação da empresa com o ambiente externo. A razão da existência da organização deve ser definida dentro do contexto dos recursos ambientais e financeiros, com o propósito de criar riqueza para os proprietários e acionistas da organização e atender às necessidades e perspectivas dos demais envolvidos.

Alguns estudos sobre administração estratégica, como o de Rocha e Ceretta (2011), relatam que a escolha da estratégia mais eficaz depende essencialmente de como a organização tomará decisões referente a ela. Seguindo esse mesmo pensamento, Ribeiro, Rosseto e Verdinelli (2011) destacam que a administração estratégica compete com outras áreas vigorosas, como, por exemplo, economia, finanças, sociologia e até mesmo *marketing*. É por esse motivo que existem várias definições do que realmente é a administração estratégica e até onde ela tem sua efetividade.

## Comportamento Estratégico

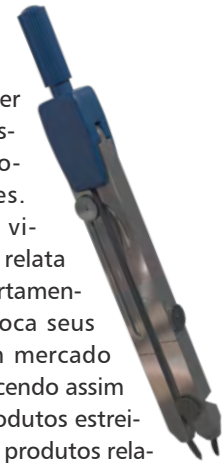
O comportamento estratégico de uma organização estabelece as ações que ela toma diante de problemas de adaptação organizacional, sendo esses problemas de caráter empreendedor, engenharia (tecnologia) e administrativo. Miles e Snow (1978) afirmam que existem quatro tipos de comportamentos estratégicos e que variam a partir do processo de adaptação de seu ambiente. Tais comportamentos são denominados como "defensivo", "prospector", "analítico" e "reativo".

No comportamento defensivo, a empresa tem um estreito domínio entre produto e mercado; os seus executivos são altamente treinados, mas em uma só especialidade. Com esse foco estreito, raramente a em-

presa precisa fazer ajustes na sua estrutura, tecnologia e operações. Seguindo essa visão, Bott (2006) relata que esse comportamento estratégico foca seus esforços em um mercado específico, oferecendo assim uma linha de produtos estreita e com poucos produtos relacionados. Rossetto (2000) também concorda com essa visão, relatando que a organização de comportamento defensivo possui estreito domínio produto e mercado.

A organização de comportamento prospector caracteriza-se pela busca de oportunidades mercadológicas, porém por seu forte interesse em inovação de produtos e mercados quase nunca é eficaz. Bott (2006) afirma que o comportamento prospector é caracterizado pela busca elevada de inovação e mercado, sempre estando em busca de novas pesquisas e desenvolvendo novos produtos. Rossetto (2000) também concorda e relata que é característico desse comportamento a busca constante por oportunidades mercadológicas, transformando a sua estrutura dinâmica, a fim de atender a essas oportunidades.

O comportamento analítico é caracterizado por organizações que operam com dois tipos de processos – o produto-mercado, um estável e um em constante movimento. Nas áreas que mais necessitam de atenção, os executivos buscam observar de perto as estratégias dos concorrentes, para que, assim, possam obter ideias mais promissoras. Miles e Snow (1978) identificam essa estratégia como mista entre o defensor e o prospector, permanecendo no centro dos dois extremos, em que explora novos mercados e produtos como os prospectores, e mantém um mercado estável com





clientes e produtos tradicionais, como o defensor. Em outras palavras, Bott (2006) relata que esse comportamento opera em dois tipos de mercados: um instável e outro dinâmico.

O último comportamento é o Reativo. Neste, os executivos percebem as alterações do seu ambiente e as incertezas, mas não são capazes de dar respostas efetivas. Como não existe relação entre estrutura e estratégia nessa postura, raramente realizam ajustes, a não ser que sejam forçados a isso. Bott (2006) considera as organizações desse comportamento como instáveis, pois, embora percebam mudanças e incertezas dentro da organização, não tem forças para propor mudanças e assumir uma postura mais firme diante da adaptação organizacional. Miles e Snow (1978) relatam que os reatores estão em um quadro de instabilidade quase perpétuo, respondendo de forma inadequada às mudanças ambientais e apresentando um desempenho fraco e relutante em agir de forma agressiva no futuro.

Na visão de Rocha e Ceretta (2011), o processo de formulação de estratégias exige um comportamento estratégico adequado por parte do gestor da organização. Seguindo esse pensamento, Ribeiro, Rosseto e Verdinelli (2011) destacam que, com os estudos sobre o comportamento estratégico, pode-se compreender a importância desse tema, gerando uma vantagem competitiva diante das vantagens e ameaças da organização.

### Estratégias de Precificação

A estratégia de precificação é muitas vezes o fator chave na administração estratégica; é o ponto crucial onde o gestor se vê diante do desafio de efetividade do seu processo decisório. Hotz, Gavasso

e Lorenzini (2017) relatam que uma das tarefas importantes dentro de uma organização é a formação de preço de venda, podendo garantir que ela flua no caminho do sucesso, conquista de mercado, clientes e reconhecimento. Santos (2009) partilha dessa ideia e destaca que o fator mais importante para o sucesso ou fracasso do empreendimento é a formação de preço, já que é por meio dos resultados que se pode gerar receita para poder suportar os custos e liquidar outras despesas. Concordando com esse pensamento, Milan et al. (2016) destaca que o principal fator determinante para a escolha de produtos pelos consumidores é o preço.

Para a formação do preço de venda, é necessária a definição de estratégias de precificação. Milan et al. (2016) destacam que as estratégias de precificação são fundamentais para um posicionamento de mercado adequado. Concordando, Canever (2008) cita que, para definir a estratégia de precificação dentro de uma organização, é necessário conhecer os objetivos da organização, como, por exemplo, a concorrência, os perfis das empresas, as expectativas do mercado e o ciclo de vida do produto. Para tanto, Cogan (1999) relata que as estratégias mais comuns de precificação são:

Estratégias de preços distintos – esta aborda o desconto em um segundo mercado, ou seja, a desova de estoques em um mercado secundário e da organização com preços reduzidos; aborda também a desnatação em que o preço é sistematicamente reduzido à medida que o produto que o tempo passa; e por fim desconto periódico, que são descontos previsíveis e randômico, que são descontos oferecidos ocasionalmente.

Estratégia de Preços Competitivos – esta abordagem ocorre em seis modalidades diferentes. Igual-

dade na estratégia de competição, buscando manter os valores iguais aos dos competidores, mudando o foco para outras áreas, como qualidade do produto/serviço; preços abaixo da concorrência visando a uma melhor rotatividade do estoque; preços seguindo líderes de mercado; preços baixos para penetração de mercado; preço inflacionário, usando-se da metodologia de aumento do valor dos produtos/serviços, usando falsos descontos para atrair compradores; e finalmente preços predatórios, que são teoricamente estabelecidos pela tradição da organização.

Estratégias de Precificação por Linha de Produtos – a abordagem utilizada nessa estratégia se resume em precificar determinado produto/serviço básico a um preço relativamente baixo enquanto produtos/serviços complementares ao básico são relativamente elevados. Outra abordagem dessa estratégia é a intenção de preço Isca, fornecendo produtos/serviços comuns a preços inferiores com a intenção de que o cliente compre outros de valores mais elevados; e, por fim, o preço pacote, quando uma unidade sai em um valor mais elevado comparado ao conjunto todo.

Estratégias de Preços por Imagens e Psicológicas – nesta abordagem estratégica, pode-se utilizar o preço de referência, preço permanente versus ocasionais e preço prestígio. Na primeira metodologia citada, busca-se aplicar um preço moderado para uma versão do produto/serviço que será mostrado próximo a outro de alto preço da mesma marca ou de marca concorrente. Na segunda, a ideia é a utilização de preços similares como 1,99 em vez de 2,00, dando a impressão de valores mais em conta; e, por último, o preço prestígio ressalta a qualidade do produto, remetendo a ele altos preços.

Complementando as estratégias de Cogan (1999), Bruni e Famá (2010) acreditam que determinar o preço de venda aborda muitos fatores. Alguns dos principais fatores para a formação de preço é a capacidade de pagamento do consumidor, demanda do produto ou serviço, custos e despesas, ganhos ou perdas para gerir os produtos ou serviços e até mesmo a demanda esperada de venda. Para Cararo e Wille (2006), estabelecer um preço equilibrado deve-se levar em consideração três fatores: clientes, concorrência e pelo valor percebido pelos clientes. Concluindo o pensamento, Milan et al. (2016) afirmam que as decisões de preço das organizações são influenciadas por diversos fatores, que podem variar desde os objetivos do *marketing* até os fatores ambientais externos, que incluem a natureza do mercado, a demanda e a concorrência.

## Metodologia

Este artigo se enquadra quanto aos objetivos como pesquisa descritiva. Pereira (2012) destaca que a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de uma determinada população ou amostra, podendo envolver algumas técnicas de coleta de dados, assumindo assim uma forma de levantamento de dados. Rampazzo (2005) afirma que esse tipo de pesquisa relaciona, observa, analisa, registra e correlacionam fenômenos ou fatos variáveis, sem fazer alteração nos resultados. Em relação aos procedimentos enquadra-se como levantamento do tipo *survey*, e quanto à abordagem do problema, qualitativa. Richardson (1989, p. 90) relata que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais”. Lopes (2006)

ressalta que o questionário é utilizado em pesquisas de campo, dando apoio ao pesquisador na coleta de dados; necessariamente precisa ser claro e objetivo, facilitando assim a sua interpretação.

Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado de forma *on-line* pela plataforma *Google Formulários*. O questionário é composto de 22 perguntas de múltipla escolha, separadas em três blocos, sendo o primeiro bloco com 11 questões sobre o comportamento estratégico da empresa; o segundo bloco com seis questões sobre estratégia de precificação; e o terceiro bloco sobre o perfil da empresa e do respondente. O questionário teve como público 126 empresas de arquitetura e urbanismo inscritas e registradas no Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU) de Cascavel (PR). Destas o contato via *e-mail* foi estabelecido com apenas 83 empresas, sendo as demais identificadas com cadastro inativo. O período de aplicação do questionário ocorreu do primeiro ao último dia de março de 2018, retornando 34 formulários, correspondendo a 40,96% da amostra contatada.

O primeiro bloco de questões consistia em identificar o comportamento estratégico das empresas, de acordo com as tipologias de Miles e Snow (1978). O questionário foi adaptado de Conant, Mokwa e Varadarajan (1990), sendo utilizado o mesmo critério de classificação das organizações, conforme o tipo estratégico, que depende da quantidade de respostas dada a cada tipologia. O maior número de respostas representa a tipologia estratégica da organização, caso ocorresse empate. O critério é que entre o comportamento estratégico defensivo, prospector e/ou analista, a organização será classificada como analista, enquanto que, se o empate

envolver o comportamento reativo, será classificado como reativo.

O segundo bloco de questões consistia em identificar a estratégia de precificação adotada pela organização, identificando primeiramente se existe algum controle de custos e, posteriormente, qual estratégia de precificação da organização. O questionário foi elaborado pelos autores e validado no mês de fevereiro do ano corrente. A pesquisa com três empresas de arquitetura e urbanismo estabelecidas em três cidades vizinhas à cidade da pesquisa, validação essa que ocorreu por meio do formulário eletrônico e contato telefônico, ajustando assim pequenas inconsistências no questionário, não sendo necessária posteriormente uma validação em grande escala. O terceiro e último banco de questões tinha o objetivo de identificação do perfil do respondente e das empresas da amostra.

## Apresentação e Análise dos Resultados

Com o objetivo identificar a tipologia estratégica com base em Miles e Snow (1978) e as estratégias mais utilizadas na formação do preço de venda para cada tipologia nas empresas de arquitetura e urbanismo localizadas de Cascavel (PR), fez-se necessária a separação dos dados em três seções, sendo a primeira o perfil dos respondentes, a segunda, perfil das empresas e a terceira e última, em estratégias de precificação.

## Perfil dos Respondentes

Nas tabelas 1 e 2, é apresentado o perfil dos 34 respondentes da pesquisa, sendo os eixos dessa identificação o sexo, faixa etária e escolaridade. Na amostra 19, respondentes são

do sexo feminino, enquanto 15 são do sexo masculino, sendo um percentual de 56% e 44%, respectivamente. Em sua maioria são pessoas de 26 a 35 anos, representando 50% da amostra conforme apresentado na Tabela 1.

Apesar de a maioria dos respondentes terem entre 26 e 35 anos, pode-se ressaltar que os respondentes mais jovens, representam 21% da amostra e os respondentes entre 36 a 45 anos também representam 21% da amostra. Após a pergunta sobre a faixa etária, foi solicitada aos respondentes a sua escolaridade, e os resultados são apresentados na Tabela 2.

Em sua maioria, os respondentes possuem apenas o ensino superior completo, sendo 59% de toda a amostra, enquanto os outros 41% são distribuídos em 35% para pós-graduação concluída e 6% com o título de mestres.

## Perfil das Empresas

Dada a necessidade de visualizar sobre o comportamento estratégico predominante na amostra dessa pesquisa, elaborou-se a Tabela 3, em que se demonstra a frequência identificada de cada comportamento.

Observa-se que, da amostra, 35% das empresas de arquitetura e urbanismo da cidade de Cascavel (PR) possuem o comportamento estratégico analista. Em segundo lugar, com 29% da amostra, as empresas prospectoras e, por fim, com 18% cada o comportamento defensivo e reativo. Outros estudos, como o de Gimenez et al. (1999), fizeram a aplicação do modelo de Miles e Snow em 107 empresas de oito ramos de atividades diferentes, em que foram identificadas 48 empresas sendo analíticas; 16 empresas são defensivas; 24 empresas prospectoras, e reativa foram identificadas 19 empresas. Já no estudo de Ri-

beiro, Rosseto e Verdinelli (2011), aplicando o modelo de Miles e Snow em empresas do comércio varejista de materiais de construção, obtiveram uma amostra de 70 empresas, sendo 24 identificadas como defensoras, 19 como reativas, 14 como analisadoras e 13 como prospectoras.

A fim de ser mais preciso sobre o perfil das organizações participantes da pesquisa, na Tabela 4 é demonstrada a frequência em relação ao por-

te e na Tabela 5 em relação ao tempo de atuação das empresas conforme o comportamento estratégico.

Em sua maioria 61,76% das organizações definiram o seu porte como "microempresa" em todos os comportamentos estratégicos, sendo os com maior frequência desse porte de empresa os comportamentos prospector e analista. Vale ressaltar que, embora estivesse presente, nenhuma das organizações marcou a opção de grande empresa.

**Tabela 1 – Perfil dos respondentes (Faixa etária)**

Faixa Etária	Frequência	Frequência Relativa
De 19 a 25 anos	07	21%
De 26 a 35 anos	17	50%
De 36 a 45 anos	07	21%
De 46 a 55 anos	03	8%
Total	34	100%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

**Tabela 2 – Perfil dos respondentes (Escolaridade)**

Escolaridade	Frequência	Frequência Relativa
Superior Completo	20	59%
Pós-Graduação	12	35%
Mestrado	02	6%
Total	34	100%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

**Tabela 3 – Frequência do comportamento estratégico**

Comportamento Estratégico	Frequência	Frequência Relativa
Defensor	06	18%
Prospector	10	29%
Analista	12	35%
Reativo	06	18%
Total	34	100%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

**Tabela 4 – Porte da Organização**

Frequência	Micro	Pequena	Média	Total
Defensor	4	2	-	6
Prospector	7	2	1	10
Analista	7	4	1	12
Reativo	3	3	-	6

Fonte: dados da pesquisa (2018)

**Tabela 5 – Tempo de atuação**

Frequência	Até 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Defensor	4	-	2	6
Prospector	3	3	4	10
Analista	7	2	3	12
Reativo	3	1	2	6

Fonte: dados da pesquisa (2018)



A Tabela 5 demonstra o porte da empresa de acordo com o comportamento estratégico identificado. Com 50% da amostra, as empresas pesquisadas têm até 5 anos de atuação, enquanto 17,64% são de 6 a 10 anos e 32,35% são empresas que comparadas as outras da pesquisa são mais consolidadas no mercado com mais de 10 anos de atuação.

### Estratégias de Precificação

Partindo do comportamento estratégico, o estudo foi direcionado às estratégias de precificação utilizadas pelas empresas de arquitetura e urbanismo na venda de seus produtos/serviços. Aproveitando a oportunidade de estudo, estas já foram questionadas sobre o fator de sucesso em uma organização (Tabela 6).

Relacionando o fator de sucesso empresarial com as tipologias do comportamento estratégico, as empresas que foram identificadas com o perfil defensor, em sua maioria com 66,67%, acreditam que o fator de sucesso da organização está na qualidade do serviço/produto oferecido, corroborando as características relatadas por Miles e Snow (1978). Já as empresas com o perfil prospector relataram, em sua maioria com 70% da amostra, que o fator de sucesso da organização também é a qualidade. Neste caso, retornou uma característica diferente da relatada por Miles e Snow (1978) de que relacionaram inovação com o perfil prospector. Sendo o perfil analista um intermediário entre o perfil defensor e prospector e também a maior frequência da amostra, estes identificaram também como fator de sucesso a qualidade do produto/serviço, seguidas pelas empresas identificadas com o perfil reativo. De acordo com a frequência identificada, pode-se identificar como característica das empresas de arquitetura de Cascavel (PR), independente de seu comportamento estratégico, que a qualidade do serviço/

produto é considerada um fator para o sucesso empresarial. (Tabela 7).

Em relação à metodologia mais usual da organização na formação do preço de venda, nos comportamentos com exceção do reativo, a maioria foi a formação baseada no custo do produto/serviço. Vale aqui evidenciar alguns pontos semelhantes às características do perfil prospector e analista. De acordo com Miles e Snow (1978), o perfil de empresas prospectoras é estarem sempre antenadas a novas ideias, não se importando muito com o planejamento. Desde que seja algo novo, essas empresas têm tendência a se arriscar, chegando a ter valores altos sobre serviço ou produto ao alocá-

lo no mercado devido aos gastos de implantação e risco corrido, o que corrobora a pesquisa, apresentando 80% da preocupação com custos e gastos totais da organização. Já o perfil analista, de acordo com Miles e Snow (1978), é o de empresas que pensam bem antes de se arriscar a novos produtos e serviços; preferem investir naquilo que tem dado certo no mercado, corroborando assim a pesquisa realizada. Aproximadamente 67% das empresas identificadas com esse perfil buscam as bases no custo do produto/serviço; e 25% se baseia em características do produto para a formação do preço de venda. Além da metodologia, também foi questionado às or-

**Tabela 8 – Fator que mais afeta a formação do preço de venda na organização?**

Frequência	Defensor	Prospector	Analista	Reativo	Total
Atingir o retorno desejado.	-	1	2	2	5
Sensibilidade do consumidor ao preço.	2	1	-	1	4
Custos fixos e variáveis	-	-	1	1	2
Tipo do serviço/produto	3	8	4	1	16
Tempo destinado ao desenvolvimento do produto/serviço	1	-	5	1	7
Total	6	10	12	6	34

Fonte: dados da pesquisa (2018)

**Tabela 6 – Fator que a organização considera como o principal para o sucesso empresarial**

Frequência	Defensor	Prospector	Analista	Reativo	Total
Preços Justos	1	1	2	1	5
Custos Baixos	-	-	1	-	1
Qualidade	4	7	8	4	23
Tempo de Entrega	1	-	-	-	1
Inovação	-	2	1	1	4
Total	6	10	12	6	34

Fonte: dados da pesquisa (2018)

**Tabela 7 – Metodologia mais usual da organização na formação do preço de venda**

Frequência	Defensor	Prospector	Analista	Reativo	Total
Baseado no custo do produto/serviço.	2	5	8	1	16
Baseado no que o mercado paga por esse produto/serviço.	-	-	1	3	4
Baseado na Concorrência.	1	-	-	-	1
Baseado em referências de órgãos reguladores.	1	-	-	1	2
Baseado nos gastos totais da organização.	-	3	-	-	3
Baseado em características (tipo, tamanho, peso) do produto/serviço.	2	2	3	1	8
Total	6	10	12	6	34

Fonte: dados da pesquisa (2018)

ganizações os fatos que mais afetam a formação do preço de venda. A Tabela 8 traz a frequência das respostas.

Partindo do princípio que são empresas que trabalham, em sua maioria, por pedidos onde atendem especificações do cliente, o tipo do serviço e o tempo destinado àquela atividade acabam sendo fatores relevantes para uma organização elaborar o preço de venda. Do total de respondentes, independente do comportamento estratégico, foram 47,05% que têm como fator determinante o tipo do serviço, seguido por 20,28% dos que consideram o tempo destinado ao desenvolvimento do produto/serviço o fator determinante. Chama a atenção na frequência apresentada a convicção das empresas prospectoras com 80% da amostra, afirmando ser o tipo do serviço/produto o fator que mais afeta a formação do preço de venda. Realizados os questionamentos iniciais sobre fatores e metodologias na precificação, foi questionado sobre a estratégia de precificação mais adotada pela organização, a qual é apresentada na Tabela 9.

Ao relacionar os estudos de estratégia de precificação de Cogan (1999) como as tipologias estratégicas de Miles e Snow (1978), verifica-se a complementação e confirmação de características de cada comportamento estratégico. Ao observar a frequência das empresas do comportamento defensor, notam-se as características próprias do comportamento. Com a utilização da estratégia de preços distintos na utilização de preços diferenciados para mercados diferentes e descontos ocasionais, no perfil Prospectador, embora tenha suas frequências dispersas, as estratégias de preços distintos, com 30% da amostra em descontos ocasionais, as estratégias de competição com 30% da amostra em preços competitivos e as estratégias de preços por imagem com 20% da amostra só vêm afirmando a característica apresentada por Miles e Snow (1978), mostrando a sede de mercado

e a capacidade de se habituar a situações novas. Já o perfil analista tem aproximadamente 33% ligados à estratégia de preços competitivos, sendo essas organizações que buscam o que está dando certo no mercado e que replicam ganhando o seu espaço. Essa pesquisa corrobora as características do perfil, não só nessa estratégia de precificação, mas como na estratégia de preços distintos com preços diferenciados e descontos ocasionais, além de estratégias de preços por imagem com preços permanente *versus* ocasionais. Pelo fato de este perfil ter em sua essência a mistura do comportamento defensivo e prospectador, essas estratégias de precificação complementam as características do perfil. E, por fim, o comportamento reativo apresenta boa parte dos respondentes na estratégia de preços competitivos, abordando principalmente preços igualados à concorrência e preços competitivos. Miles e Snow (1978) relatam que esse comportamento é residual, em que não se tem uma estratégia bem definida ou até mesmo uma estratégia que não vem funcionando; ou ainda é uma estratégia recente, o que proporciona empresas que lutam para estar no mercado até que uma estratégia funcione ou sua nova estratégia gere frutos que possam alavancar seus resultados. Sendo assim a pesquisa corrobora as características

por não apresentar em sua maioria estratégias de precificação diferentes.

## Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo identificar a tipologia estratégica com base em Miles e Snow (1978) e as estratégias mais utilizadas na formação do preço de venda para cada tipologia nas empresas de arquitetura e urbanismo localizadas em Cascavel (PR) devidamente registradas no Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU). Com base nos resultados analisados, foi possível identificar que mais da metade dos entrevistados possuem perfis com idade de até 35 anos e possuem ensino superior. Já no que se refere aos perfis estratégicos, os mais predominantes são os perfis analíticos e os prospectores, abrangendo mais da metade das empresas entrevistadas, sendo que o tempo de atuação no mercado a maioria das empresas respondentes estão no mercado menos de cinco anos.

No que se refere a estratégias de formação de preço, evidenciou-se que a metodologia mais utilizada são o custo dos produtos/serviços e as suas características. O fator que as organizações mais levam em consideração para a formação do preço de venda é a qualidade. Os resultados

**Tabela 9 – Estratégia de precificação mais adotada pela organização**

Frequência	Defensor	Prospectador	Analista	Reativo	Total
<b>Estratégias de Preços Distintos</b>					
Preços diferenciados para mercados diferentes	2	1	2	-	5
Preços com descontos ocasionais	3	3	2	1	9
<b>Estratégias de Preços Competitivos</b>					
Preços Igualados a concorrência	-	-	-	2	2
Preços Competitivos	-	3	4	2	9
<b>Estratégias de Precificação por Linha de Produtos</b>					
Preço Cativo		1	1	1	3
Preço Pacote	1	-	1	-	2
<b>Estratégia por Imagem e Psicológicas</b>					
Preço Referência	-	2	-	-	2
Preço Permanente x ocasionais	-	-	2	-	2
Total	6	10	12	6	34

Fonte: dados da pesquisa (2018)

da pesquisa agregam informações importantes para as empresas do ramo, podendo identificar seus perfis de comportamento, colaborando assim com seu progresso, bem como as estratégias de formação de preço de venda, tendo em vista que foram realizados poucos estudos sobre esse tema em empresas de arquitetura e urbanismo. Este estudo se aplica so-

mente às empresas de arquitetura e urbanismo da cidade de Cascavel (PR), podendo chegar a resultados diferentes, caso seja replicada nas mesmas situações e até em empresas de outro ramo de atividade.

Por fim, pode-se observar que a presente pesquisa tem relevância para a área de Ciências Contábeis e afins, pois, além disso, até o

momento, não há estudos consolidados sobre o tema. Foi possível evidenciar ao profissional contador as lacunas existentes no mercado, onde ele pode exercer sua atividade com maestria, não só gerando informações significativas, mas auxiliando as organizações do ramo nas escolhas estratégicas a serem adotadas.

## Referências

ANSOFF, H. Igor. *Estratégia empresarial*. 1 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. *Manual de Planejamento Estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel*. São Paulo: Atlas, 2003.

BETHLEM, Agrícola. *Evolução do Pensamento Estratégico no Brasil: Textos e Casos*. 1ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BELEGANTE, Christian Geovane; BRUSTOLOM, Gleice da Silva; GOMES, Karen de Lima; PANDOLFI, Edgar de Souza. Estratégias de precificação: Uma organização da literatura publicada em português sobre precificação. Revista científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, V.8, n. 1, 177-191, jan.-jun.,2017. Disponível em: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/468> Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

BERNARDI, Luiz Antonio. *Manual de Formação de Preços: Política, Estratégias e Fundamentos*. 4 ed. São Paula: Atlas, 2010.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. *Gestão de Custos e Formação de Preços: Com Aplicação na Calculadora 12C e Excel*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOTT, Murilo Gustavo; SILVA, Paulo Alexandre. Uma abordagem estratégica baseada na tipologia de Miles e Snow. CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO. v. 14, n.2, p. 68-78, jul/dez. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/sabrinad/Downloads/1201-2031-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

CANEVER, Felipe Pereira. *Estratégia de formação de preço de venda em indústrias de Santa Catarina*. Florianópolis: 2008. disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291644.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

CARARO, Juliana F. J. ; WILLE, Silvio A. de C.; Fluxograma de atividades para a formação de preço de venda de projetos e serviços técnicos para escritórios de arquitetura. XI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC), Florianópolis . Anais. Santa Catarina: ENTAC, 2006. disponível em: [http://www.infohab.org.br/entac2014/2006/artigos/ENTAC2006\\_1449\\_1461.pdf](http://www.infohab.org.br/entac2014/2006/artigos/ENTAC2006_1449_1461.pdf)

CHIAVENATO, Adalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações*. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COGAN, Samuel. *Custos e Preços: formação e análise*. São Paulo: Pioneira, 1999.

CONANT, J. S.; MOKWA, M. P.; VARADARAJAN, P. R. Strategic types, distinctive marketing competencies and organizational performance: a multiple measures-based study. *Strategic Management Journal*, v. 11, n. 5, p. 365-383, 1990.

HAMBRICK, D. C. Some tests of the effectiveness and functional attributes of Miles and Snow's strategic types. *Academy of Management Journal*, v. 26, n. 1, p. 05-26, 1983.

HITT, Michel A; IRELAND,R. Duane; HOSKISSON, Robert E. *Administração Estratégica: competitividade e globalização*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

HOTZ, Eliziane; GAVASSO, Gisele; LORENZINI, Lucas P. Determinação Do Índice Mark-Up Para Precificação De Serviços De Uma Empresa Prestadora De Serviços De Telecomunicações Da Cidade De Cascavel – Pr, in: ECCI: 15 Encontro científico interinstitucional, Cascavel, Anais, 2017.



LEÃO, Nildo Silva. Formação de Preço: de Serviços e Produtos. 1 ed. São Paulo: Nobel, 2008.

---

LOBATO, David Menezes; FILHO, Jamil Moysés; TORRES, Maria Cândida Soletino; RODRIGUES, Murilo Ramos Alambert. *Estratégia de Empresas*. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

---

LOPES, Jorge. O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas. 1 ed. Recife: Editora Universitária, 2006.

---

MARTIGNAGO, Graciella; FIATES, Gabriela Gonçalves Silveira; ALPERSTEDT, Graziela Dias; Mudanças Estratégicas no Varejo de Materiais de Construção. Enanpad, 2005, Disponível em : <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-esoa-2812.pdf>. Acesso em 12/02/2018

---

MEDEIROS, Francisco da Nóbrega Neto. A importância da estratégia e do planejamento para as organizações em tempos de crise. Campina Grande – PB, 20/01/2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-importancia-da-estrategia-e-do-planejamento-para-as-organizacaoes-em-tempos-de-crise/37849/>. Acesso em: 14/01/2018.

---

MILAN, Gabriel Sperandio; SACILOTO, Evandro Busata; LARENTIS, Fabiano; TONI, Deonir de. *As estratégias de precificação e o desempenho das empresas*. Porto Alegre, Edição 84 - nº2, Maio/Agosto 2016, p. 419 – 453. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/read/v22n2/1413-2311-read-22-02-00419.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

---

MILES, R. E.; SNOW, C. C. *Organizational strategy, structure, and process*. New York: McGraw-Hill, 1978.

---

MIINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. *O Processo da Estratégia*. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2003.

---

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

---

PEREIRA, José Matias. *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

---

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia Científica: Para os Alunos de Graduação e Pós-Graduação*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

---

RIBEIRO, Ronaldo; ROSSETTO, Carlos Ricardo; VERDINELLI, Miguel Angel. *Comportamento estratégico da empresa e a visão baseada em recursos: um estudo no setor varejista de material de construção*. São Carlos, v. 18, n. 1, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pd30X2011000100013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pd30X2011000100013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11/02/2018.

---

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo:Atlas, 1989.

---

ROCHA, Adilson Carlos da; CERETTA, Gilberto Francisco. *Comportamento estratégico baseado na tipologia de Miles e Snow: Um estudo com empresas supermercadistas de Francisco Beltrão-PR*. Revista CAP, nº5 - ano 5, volume 5, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/sabrinad/Downloads/1541-4826-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/sabrinad/Downloads/1541-4826-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

---

ROSSETO, Carlos Ricardo. O comportamento estratégico segundo a teoria de Miles e Snow: um estudo multicaso em três empresas familiares na indústria da construção civil – setor de edificações. ENEGEP, 2000.

---

SANTANA, Gislaine Aparecida da Silva, MÁRIO, Poueri do Carmo, SEDIYAMA, Marcelo Yuto Nogueira. Análise do Orçamento sob uma abordagem teórica da perspectiva institucional. Revista Contabilidade e Controladoria. Curitiba, v. 1, n. 3, set/dez 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v1i3.20659>. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

---

SANTOS, Marcello Lopes dos. *Processos de formação de preços*. 1 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

---

SCHEER, S.; CARARO, J. F. J. A formação de preço em escritórios de arquitetura com suporte em sistemas de informação . In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC), 10. São Paulo. Anais. São Paulo: ENTAC, 2004. disponível em :[ftp://ip20017719.eng.ufjf.br/Public/AnaisEventosCientificos/ENTAC\\_2004/trabalhos/PAP0057d.pdf](ftp://ip20017719.eng.ufjf.br/Public/AnaisEventosCientificos/ENTAC_2004/trabalhos/PAP0057d.pdf)

---

SOMAVILLA, Sandra Mara Puhl; MACHADO, Nelson Santos; SHNEM, Simone. *Comportamento Estratégico Segundo a Teoria de Miles e Snow: um Estudo de Caso em um Provedor de Internet do Norte do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul, v. 3 n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/13468/9513>. Acesso em: 12/02/2018.

---

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John; *Administração estratégica: conceitos*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

---

## Apêndice

Prezado (a) Senhor (a),

Com o objetivo de coletar dados para a realização de uma pesquisa sobre as tipologias do comportamento estratégico e formação do preço de venda nas empresas de arquitetura e urbanismo registradas no CAU/PR de Cascavel-PR, solicitamos a sua colaboração, respondendo ao questionário abaixo.

Essa pesquisa é composta por 22 questões e demandará apenas alguns minutos. As respostas serão tratadas de forma agregada e o sigilo dos dados é garantido. Agradecemos a sua disponibilidade para realizar esta pesquisa. Em caso de dúvidas não hesite em contatar-nos. Sabrina Denardi (sabrina\_denardi@hotmail.com) acadêmica de pós graduação em Gestão Estratégica (UNIVEL) e Lucas Précoma Lorenzini (lplorenzini@gmail.com), professor orientador especialista em gestão estratégica de custos.

---

### TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS E DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao responder este questionário, você estará concordando com os seguintes termos da pesquisa:

- Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa e que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim, minha privacidade.
- Cedro todos os direitos autorais, desde que os dados pessoais sejam mantidos em sigilo, ao Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) do Centro Universitário Univel.

### COMPORTEAMENTO ESTRATÉGICO

As afirmações abaixo se referem ao Comportamento Estratégico da empresa, responda as questões de acordo com a estratégia usual ou a mais aproximada das ações reais da empresa.

#### 1) Os serviços e produtos oferecidos aos nossos clientes são melhores caracterizados como:

- São mais inovadores e estão constantemente mudando e ampliando sua área de aplicação.
- Alguns são bastante estáveis no mercado enquanto outros são inovadores.
- São bem focados, relativamente estáveis e bem definidos na organização e no mercado.
- Estão em estado de transição e são baseados em respostas a oportunidades ou ameaças do mercado ou ambiente.

#### 2) Nossa empresa tem uma imagem no mercado de uma organização que:

- Oferece poucos produtos/serviços, porém seletivos e de alta qualidade.
- Adota novas ideias e inovações, mas somente após análise cuidadosa.
- Reage às oportunidades ou ameaças de mercado para manter e reforçar nossa posição.
- Tem reputação de ser inovadora e criativa.

#### 3) O tempo investido pela empresa para monitorar as mudanças e tendências no mercado pode ser melhor descrito como sendo: \*

- Extenso, a empresa está constantemente monitorando o mercado.
- Mínimo, a empresa realmente não passa muito tempo monitorando o mercado.
- Médio, a empresa gasta algum tempo monitorando o mercado.
- Esporádico, às vezes a empresa gasta um bom tempo e outras vezes ela gasta pouco tempo monitorando o mercado.

#### 4) O crescimento ou diminuição de nossa demanda é devido muito provavelmente à:

- Nossa prática de nos concentrarmos no desenvolvimento dos mercados que já servimos.
- Nossa prática de respondermos às pressões do mercado, correndo poucos riscos.
- Nossa prática de entrar agressivamente em novos mercados com novos tipos de serviços/produtos.
- Nossa prática de nos aprofundarmos nos mercados que já servimos, enquanto adotamos novos serviços/produtos somente após uma análise cuidadosa do seu potencial.

**5) Uma das metas mais importantes da empresa é a dedicação e compromisso em:**

- Manter os custos sob controle.
- Analisar cuidadosamente nossos custos e receitas para manter os custos sob controle, seletivamente gerar novos serviços/produtos e entrar em novos mercados.
- Garantir que pessoas, recursos e equipamentos necessários para desenvolver novos serviços/produtos e novos mercados estejam disponíveis e acessíveis.
- Resguardar a empresa contra ameaças críticas adotando as ações que sejam necessárias.

**6) As competências e habilidades que os funcionários da empresa possuem podem ser melhor caracterizadas como:**

- Analíticas: suas habilidades os capacitam a identificar tendências e a desenvolver novos serviços/produtos e novos mercados.
- Especializadas: suas habilidades são concentradas em poucas áreas específicas.
- Amplas e empreendedoras: suas habilidades são diversas, flexíveis e os habilitam a mudar de forma criativa.
- Flexível: suas habilidades estão relacionadas com as demandas de curto prazo do mercado.

**7) Uma das coisas que protege nossa empresa de outros concorrentes é que nós**

- Somos capazes de cuidadosamente analisar tendências emergentes e adotar aquelas que têm potencial comprovado.
- Somos capazes de fazer um número limitado de coisas excepcionalmente bem.
- Somos capazes de responder a novas tendências mesmo que, quando elas surgem, possuam apenas um potencial moderado.
- Somos capazes de desenvolver novos serviços/produtos e novos mercados de maneira consistente.

**8) O gerenciamento da empresa tende a concentrar-se em:**

- Manter uma situação segura por meio de medidas de controle de custos de qualidade.
- Analisar oportunidades no mercado e escolher apenas aquelas que apresentam potencial, e, ao mesmo tempo, manter a situação financeira protegida.
- Atividades ou negócios que mais necessitam de atenção em vista das oportunidades ou problemas que estão sendo enfrentados.
- Desenvolver novos serviços ou se expandir para novos mercados ou novos segmentos de mercado.

**9) A organização se prepara para o futuro da seguinte forma:**

- Identificando as melhores soluções possíveis para aqueles problemas ou desafios que requerem atenção imediata.
- Identificando tendências e oportunidades no mercado que possam resultar na criação de serviços ou produtos inovadores no ramo de negócio da empresa ou possam atender a novos mercados.
- Identificando aqueles problemas que, se resolvidos, irão manter e melhorar nossos serviços ou produtos e nossa posição de mercado.
- Identificando as tendências de negócios cujo potencial a longo prazo já foi demonstrado por outras empresas e podem ajudar a resolver os problemas relativos aos produtos/serviços de nossa empresa.

**10) A estrutura de nossa empresa é:**

- Funcional por natureza (isto é, organizada em departamentos).
- Orientada pelo serviço/produto ou pelo mercado.
- Essencialmente funcional, porém possui também uma estrutura orientada para serviços ou mercados nas áreas que são mais novas.
- Continuamente mudando para permitir um melhor aproveitamento das oportunidades ou resolver problemas assim que eles surgem



**11) Os procedimentos que a Organização usa para avaliar seu desempenho são mais bem descritos como:**

- Descentralizados e participativos, encorajando todos os membros da organização a se envolverem.
- Orientados para solicitações de relatórios que exigem atenção imediata.
- Centralizados e basicamente de responsabilidade da alta gerência.
- Centralizados em áreas de serviços/produtos mais estáveis, e mais participativos em áreas mais novas ou emergentes.

**FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS**

Nessa seção de perguntas é abordado como ocorre a formação do preço de venda na empresa, responda de acordo com as ocorrências ou a afirmação que mais se aproxima do método utilizado pela organização.

**1) Qual destes fatores a organização considera como o principal para o sucesso empresarial?**

- Preços Justos
- Custos Baixos
- Qualidade do serviço/produto
- Tempo de entrega
- Inovação

**2) A empresa se utiliza de um método de custeio ou técnica auxiliar para apuração dos custos do serviço ou produto?**

- Sim
- Não

**3) Se na resposta anterior foi sim, qual desses métodos a empresa utiliza?**

- Custeio por Absorção
- Custeio Absorção por Departamentalização
- Custeio Baseado em Atividades (ABC)
- Custeio Variável (Custeio Direto)
- Custo Padrão
- Outro:

**4) Qual a metodologia mais usual da organização na formação do preço de venda?**

- Baseado no custo do produto/serviço.
- Baseado no que o mercado paga por esse produto/serviço.
- Baseado na Concorrência.
- Baseado em referências de órgãos reguladores.
- Baseado nos gastos totais da organização.
- Baseado em características (tipo, tamanho, peso) do produto/serviço
- Outro:

**5) Quais desses fatores mais afeta a formação do preço de venda na organização?**

- Atingir o retorno desejado.
- Sensibilidade do consumidor ao preço.
- Custos fixos e variáveis
- Tipo do serviço/produto
- Tempo destinado ao desenvolvimento do produto/serviço

**6) A estratégia de precificação mais adotada pela organização é:**

- Preços diferenciados para mercados diferentes
- Preço de Desnatação (O preço é sistematicamente reduzido à medida que o tempo passa)
- Preços com descontos ocasionais ou em virtude de novas oportunidades
- Preços Iguais a concorrência
- Preços Competitivos
- Preço Líder de mercado
- Preço de penetração de mercado
- Preços por Tradição
- Preço Inflacionário
- Preço Cativo (Produto/Serviço básico = preço relativamente baixo; Produtos/Serviços complementares = preços elevados)
- Preço Isca e Preço Líder
- Preço pacote e múltiplas unidades de preço
- Preço Referência
- Preço Permanente x ocasionais
- Preço Prestígio (depende da imagem de como é visto o produto)

**PERFIL DA EMPRESA E DO RESPONDENTE**

Nessa seção são questões para identificar as suas qualificações e a da empresa.

**1) Qual o seu sexo?**

- Masculino
- Feminino

**2) Qual a sua escolaridade?**

- Superior Completo
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado

**3) Qual sua faixa etária?**

- Até 18 anos
- De 19 a 25 anos
- De 26 a 35 anos
- De 36 a 45 anos
- De 46 a 55 anos
- Acima de 55 anos

**4) Com relação ao porte, sua empresa é...**

- Micro
- Pequena
- Média
- Grande

**5) Há quanto tempo a sua empresa está no mercado?**

- Até 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Acima de 10 anos





# O nível de transparência do Poder Legislativo municipal: um estudo nos portais de transparências das câmaras municipais das capitais da região Norte

**E**ste estudo tem como objetivo identificar e analisar os níveis de transparência das informações públicas disponibilizadas, por meio de sítios eletrônicos, pelas câmaras municipais das capitais da região Norte, a partir da metodologia adaptada de Biderman e Puttomatti por Silva et al. (2016). Esta metodologia elabora um *ranking* de transparência das câmaras municipais por meio da análise de diversas variáveis nos portais de transparência das câmaras. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. Além disso, utilizou-se de pesquisa quantitativa e qualitativa para a mensuração dos dados e para a interpretação das informações obtidas. A amostra desta pesquisa apresenta os portais eletrônicos das câmaras municipais da região Norte, correspondendo aos seguintes municípios: Belém (PA), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Manaus (AM), Palmas (TO), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Os resultados do estudo apontam que o maior nível de transparência pertence ao sítio eletrônico da Câmara Municipal de Rio Branco e o portal eletrônico com menor nível no *ranking* é o da Câmara Municipal de Macapá. Conclui-se que todos os portais das câmaras municipais não cumpriram algum dos requisitos proposto na metodologia, e descumpriam algumas regulamentações legais exigidas e que, embora alguns portais tenham obtidos posições positivas no *ranking*, faz-se necessário o aprimoramento da divulgação das informações para a sociedade.

Vagner Wenderson de Oliveira Alves

Vagner Wenderson de Oliveira Alves é estudante de Ciências Contábeis, cursando o 8º período pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). É voluntário no projeto de extensão sobre educação financeira nas escolas públicas e no Programa de Iniciação Científica (Paic) e é bolsista como monitor na disciplina de Contabilidade de Custos.

E-mail: vagnerwdoa@gmail.com

Edileuza Lobato da Cunha

É bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Nilton Lins (1993), especialista em Auditoria Interna e Externa pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa), 2000; e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas (2001). Possui MBA em Gestão Financeira, Contabilidade e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004 e MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte), 2007. É especialista em Contabilidade Pública e Tributária pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte), 2009. Possui MBA em Gerenciamento de Projetos pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte), 2011, e é doutoranda do Programa de Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Itajaí (Univali). Tem experiência nas áreas de Contabilidade, Finanças Corporativas e Finanças Públicas e atua como docente de Ensino Superior desde 1999 nas áreas de Finanças e Contabilidade e como orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso. Participa de Projetos de Pesquisa e Extensão.

2090 - Recebido em 17/7/2018. Distribuído em 19/7/2018. Pedido de revisão em 25/9/2018 e 29/10/2018. Resubmetido pelo autor em 23/10/2018. Aprovado em 29/10/2018, na quinta rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição novembro-dezembro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

## 1. Introdução

Recentemente, houve um crescimento importante nas discussões que tratam sobre a transparência das atividades desenvolvidas na administração pública e observa-se a crescente busca por informações fidedignas, tempestivas e transparentes dos atos públicos, principalmente, por conta dos escândalos de corrupção que vêm ocorrendo no Brasil.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à informação e à transparência dos atos da administração pública. Tal direito é previsto no inciso XXXIII do Art. 5º da CF, em que fica estabelecido que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral. (BRASIL, 1988).

Embora não houvesse nenhum instrumento legal para a divulgação das informações públicas antes da CF, a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal eram obrigados a elaborar os orçamentos e balanços para prestarem contas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas.

A divulgação das informações dos órgãos públicos passou a ser exercida após a criação da Lei Complementar (LC) n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fazendo com que os administradores públicos obedecessem às normas e aos limites das finanças, prestando contas dos recursos gastos da sociedade.

Após a Lei de Responsabilidade Fiscal, surgiu outro dispositivo legal com o objetivo de intensificar a transparência nos órgãos públicos, a Lei Complementar n.º 131/2009, ou Lei da Transparência, determinando aos entes públicos que disponibilizassem para a sociedade, em meios eletrônicos de acesso público e em

tempo real, dados sobre a execução orçamentária e financeira.

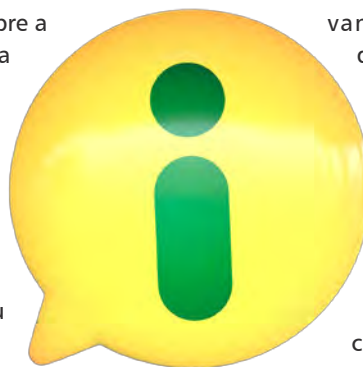
Logo depois, surgiu então a Lei n.º 12.527/2011, que ficou conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Isso garantiu acesso amplo a qualquer informação produzida ou custodiada pelos órgãos públicos, garantindo, assim, um direito fundamental estabelecido na Constituição Federal.

Todos esses instrumentos servem como utensílios para fiscalização dos recursos públicos, e no que tange à fiscalização dos recursos orçamentários dos municípios, a câmara municipal tem o papel de fiscalizar o ato do prefeito na administração dos recursos do município. Diante disso, observa-se que a câmara municipal é um órgão do Poder Legislativo que deve demonstrar comprometimento com esses instrumentos de transparência.

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa a ser investigado: **Quais são os níveis de transparência das câmaras municipais das capitais da região Norte?** Traçou-se como objetivo desta pesquisa identificar e analisar os níveis de transparência das informações públicas disponibilizadas nos sítios eletrônicos das câmaras municipais de todas as capitais da região Norte.

Considerando a importância do problema de pesquisa e a baixa existência de estudos sobre a transparência do Poder Legislativo, este trabalho se propõe a analisar a transparência via portais eletrônicos, alinhando-se aos estudos nacionais voltado para essa temática como os de Silva et al. (2016), Campagnoni et al. (2015), Cruz et al. (2012) e Raupp e Pinho (2011).

O presente estudo se faz rele-



vante pelo fato de que é por meio da disponibilização de informação que é possível a participação social para realizar a fiscalização das entidades públicas, bem como é preciso demonstrar para a sociedade o nível de comprometimento dos órgãos públicos com as informações disponibilizadas por eles. Dessa forma, o presente estudo contribui para o enriquecimento da literatura ao apresentar informação sobre a transparência das câmaras municipais, assim como expande a linha de pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2016).

O artigo está estruturado em cinco seções para facilitar a compreensão. A primeira seção se constitui nessa introdução, que contempla o tema e sua importância, o problema a ser investigado, o objetivo, relevância e justificativa da pesquisa. Na segunda seção, Referencial Teórico, serão tratados os temas Transparência e Acesso à Informação no Setor Público no Brasil; Lei de Acesso à Informação Pública; e Câmara Municipal e a Transparência. A terceira seção aborda o método utilizado na pesquisa. A quarta seção traz a análise dos resultados e a última seção, as considerações finais.

O artigo está estruturado em cinco seções para facilitar a compreensão. A primeira seção se constitui nessa introdução, que contempla o tema e sua importância, o problema a ser investigado, o objetivo, relevância e justificativa da pesquisa. Na segunda seção, Referencial Teórico, serão tratados os temas Transparência e Acesso à Informação no Setor Público no Brasil; Lei de Acesso à Informação Pública; e Câmara Municipal e a Transparência. A terceira seção aborda o método utilizado na pesquisa. A quarta seção traz a análise dos resultados e a última seção, as considerações finais.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Transparência e Acesso à Informação no Setor Público no Brasil

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu e impulsionou a transparência nos órgãos públicos, bem como deu abertura para a instituição de órgãos controladores e fiscalizadores, desenvolvendo também mecanismos de participa-

ção dos cidadãos no campo da fiscalização, do controle e participação social das entidades públicas.

A transparência é um dos princípios da governança pública e as iniciativas que visem aperfeiçoar os mecanismos de transparência de informações acerca da gestão são consideradas boas práticas de governança. De um modo geral, a transparência deve caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de maneira que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado a partir do poder de representação que lhes foi confiado (Cruz et al. 2009).

Nesse sentido, dar transparência não é simplesmente disponibilizar informações, e não é uma tarefa fácil para os gestores públicos. Desse modo, verifica-se que, no Brasil, de um modo geral, a transparência se encontra em processo de aprimoramento dos seus mecanismos legais, e é algo novo introduzido na sociedade.

Um dos mecanismos desenvolvidos, a Lei Complementar n.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) introduziu uma série de obrigações para os gestores públicos e impôs o controle dos recursos públicos, como também proporcionou à sociedade o acompanhamento e a fiscalização de atos públicos.

A transparência, entendida como produção e divulgação siste-

mática de informações, é um dos pilares em que se assenta a LRF. Conferir transparência, além de se constituir em um dos requisitos fundamentais da boa governança, cumpre a função de aproximar o estado da sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública (CULAU; FORTIS, 2006).

Outro dispositivo que deu força à transparência dos órgãos públicos foi a Lei Complementar n.º 131, de 2009, denominada Lei da Transparência, que modificou a LRF. Este instrumento legal determinou o acesso e a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira das entidades públicas.

A alteração legislativa operada pela Lei Complementar n.º 131, de 2009, promoveu a institucionalização da transparência. Foi a primeira vez que uma lei obrigou todos os entes públicos – União, estados e municípios – e todos os Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – a colocarem na internet, de forma amigável e em tempo real, todas as despesas e receitas (VIEIRA, 2013, p.7).

Por fim, a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei n.º 12.527/2011, impôs para a administração pública uma série de outros procedimentos ligados à transparência para garantir o acesso à informação e permitir que qualquer pessoa possa solicitar e receber dos órgãos públicos informações produzidas por eles.

A nova lei traz muitos avanços em relação à legislação anterior e está sendo considerada uma das mais modernas do mundo pela sua ampla abrangência (aplica-se aos três poderes e às três esferas federativas) e pela consagração do princípio de dados abertos e de requisitos de acessibilidade a orientar a publicação de informações na internet (VIEIRA, 2013, p.11).

## 2.2 Lei de Acesso à Informação Pública

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei n.º 12.527/2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação Pública”, teve por objetivo a regulamentação e a inserção de uma série de procedimentos para garantia da transparência dos órgãos públicos da União, estados, Distrito Federal e os municípios.

A LAI trouxe mudanças significativas no que se refere à transparência pública, garantindo ao cidadão o acesso amplo a qualquer documento ou informação produzida ou custodiada pelo estado, disponibilizando-lhe ferramentas e dispositivos de combate à corrupção, exigência pela prestação de contas e incentivo à transparência.

A Lei n.º 12.527/2011 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011),

“Nesse sentido, dar transparência não é simplesmente disponibilizar informações, e não é uma tarefa fácil para os gestores públicos. Desse modo, verifica-se que, no Brasil, de um modo geral, a transparência se encontra em processo de aprimoramento dos seus mecanismos legais, e é algo novo introduzido na sociedade.”

fomentando na sociedade a cultura da participação do processo de fiscalização das entidades públicas.

Segundo Meirelles (2014, p. 100), a Lei n.º 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos para o devido acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios da administração pública e com os seguintes dizeres, previstos no Art. 3º:

- I) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública
- V) desenvolvimento do controle social da administração pública.

A Lei de Acesso à Informação pública definiu que as informações disponibilizadas pelos órgãos públicos devem ser de forma clara e em linguagem de fácil compreensão para o cidadão, além de estabelecer em seu § 1º do Art. 8º os requisitos necessários para a divulgação das informações:

- I) registro das competências e estrutura organizacio-



nal, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

- II) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III) registros das despesas;
- IV) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V) dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
- VI) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Diante disso, o Poder Público proporciona aos cidadãos, por meio de sítios eletrônicos, a consulta dos gastos, repasses, informações sobre licitação, estrutura organizacional e outras informações pertinentes, garantindo que a sociedade participe e fiscalize as ações dos gestores públicos.

### 2.3 Câmara Municipal e a Transparência

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidou o município como peça fundamental no cenário político, econômico e social, destacando-o como ponto central de tomadas de decisões, planejamento e a execução de políticas públicas. A autonomia do município resultou na criação da câmara municipal para produzirem suas próprias leis, por meio de representantes, com base na Constituição Federal.

A câmara municipal é um órgão do Poder Legislativo da administração dos municípios, configurando-se como a assembleia de representantes dos cidadãos residentes em determinados municípios, como, por exemplo, a Câmara Municipal de Manaus, que representa os cidadãos do Município de Manaus (AM). Cada municí-

pio tem um número máximo de vereadores, fixados pela Constituição de 1988. Depois da Emenda Constitucional n.º 58, de 2009, ficaram fixados os limites máximos para a composição das Câmaras Municipais (CF, Art. 29, IV).

Segundo Meirelles (2008), as atribuições dos vereadores são principalmente legislativas, embora exerçam ainda funções de controle e de fiscalização de determinados atos do Executivo, de julgamento de infrações político-administrativas do prefeito e de seus pares; e pratiquem atos meramente administrativos nos assuntos de economia interna da Câmara, quando investidos em cargos da Mesa ou em funções transitórias de administração da Casa.

De acordo com Silva et al. (2016), logo, por ser o órgão legislativo da administração direta mais próxima dos cidadãos, com funções que abordam desde o legislar em favor dos direitos da sociedade e da fiscalização do orçamento municipal, as câmaras municipais, enquanto órgãos fiscalizadores de direito positivo, devem, também, cumprir os dispositivos legais das legislações vigentes, em particular das leis de acesso à informação.

Nesse contexto, observa-se que o órgão que detém o papel de fiscalizador, como a câmara municipal, também tem a responsabilidade de cumprir as normas que tratam sobre transparência dos atos públicos e isso, além de fortalecer a ideia de comprometimento da divulgação das informações, permite ao cidadão à capacidade de conduzir os rumos das políticas públicas por meio da alimentação dessas informações.

### 2.4 Estudos anteriores sobre o nível de transparência nas câmaras municipais

Estudos sobre a transparência por meio dos portais eletrônicos das câmaras municipais no



Brasil têm sido pouco desenvolvidos, e trabalhos encontrados sobre essa temática apontam essa baixa existência na área. De acordo com Campagnoni et al. (2015), há uma baixa existência de estudos que tratem sobre a transparência no âmbito do Poder Legislativo.

Raupp e Pinho (2011) investigaram as condições de prestação de contas nos portais eletrônicos antes e após a Lei de Transparência em dez câmaras municipais do Estado de Santa Catarina, cujos municípios possuem mais de 100.000 habitantes. Os resultados apontaram, por meio da metodologia empregada pelos autores, que as câmaras municipais não avançaram na questão da transparência.

No estudo desenvolvido por Cruz et al. (2012), verificou-se o nível de transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado. Os autores constataram que, de forma geral, existe uma associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações. O estudo de Campagnoni et al. (2015) objetivou verificar e analisar os níveis de transparência apresentados pelos portais eletrônicos das câmaras de vereadores das capitais brasileira. Os resultados encontrados pelos autores demonstram que os portais eletrônicos apresentaram um nível de transparência insuficiente em relação à disponibilização das informações de interesse da população.

Silva et al. (2016) verificaram o índice de transparência das informações públicas disponibilizadas nos portais de transparência das câmaras municipais da região Nor-

deste, por meio da metodologia de pesquisa desenvolvida por Biderman e Puttomatti (2011). Os resultados encontrados demonstram que os portais das câmaras municipais, em sua maioria, deixam de cumprir algumas regulamentações legais, sendo fundamental empregar esforços para melhorar alguns pontos não apresentados.

O presente estudo dá continuidade às pesquisas sobre transparência pública no âmbito do Poder Legislativo municipal. Além disso, o estudo utiliza uma metodologia empregada por outros autores para definir o nível de transparência das informações públicas disponibilizadas e dá prosseguimento a linha de pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2016), trabalhando outras câmaras municipais da região Norte do Brasil e enriquecendo sobre a temática.

### 3. Metodologia

#### 3.1 Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta característica de pesquisa bibliográfica e documental, atentando ao fato de que, para a elaboração do referencial teórico do estudo, foi necessária a realização de leituras das literaturas já produzidas, ao passo que, para a coleta de dados, houve a necessidade de consultar os sítios eletrônicos das câmaras municipais, a fim de identificar o índice de transparência de cada portal consultado.

De acordo com Beuren e Raupp (2006), a pesquisa documental concentra-se em materiais que ainda não foram objetos de análises analíticas ou podem receber tratamento diferenciado, de acordo com os objetivos da pesquisa, atribuindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta.

O estudo caracteriza-se pela abordagem mista: qualitativa e quantitativa. Utilizou-se de pesquisa quantitativa para mensurar os dados disponibilizados nos sítios eletrônicos das câmaras municipais e qualitativa para interpretar as informações que foram reveladas por meio dos dados demonstrados nas tabelas.

Segundo Beuren et al. (2008, p. 92), a abordagem quantitativa “[...] caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”, enquanto a abordagem qualitativa “visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo através de análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado”.

#### 3.2 Amostra da Pesquisa

A pesquisa desenvolvida analisa o nível de transparência e corresponde às sete câmaras municipais das capitais situadas na região Norte do Brasil, a partir dos seus sítios eletrônicos e respectivos Portais de Transparência. A Tabela 1 apresenta os municípios, os seus respectivos estados e os endereços eletrônicos dos por-

Tabela 1 – Municípios, estados e os portais das câmaras municipais

Nº	Município	Estado	Endereço do portal
1	Belém	Pará	www.cmb.pa.gov.br
2	Boa Vista	Roraima	www.boavista.rr.leg.br
3	Macapá	Amapá	www.macapa.ap.leg.br
4	Manaus	Amazonas	www.cmm.am.gov.br
5	Palmas	Tocantins	www.cmpalmas.to.gov.br
6	Porto Velho	Rondônia	www.portovelho.ro.leg.br
7	Rio Branco	Acre	www.riobranco.ac.leg.br

Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

tais da transparência das câmaras municipais.

A Tabela 2 contempla as capitais da região Norte que fazem parte da amostra desta pesquisa, destacando informações pertinentes acerca de suas cidades, como a população estimada, receita auferida pelos municípios no ano de 2017 e quantidade de vereadores presente nas câmaras municipais.

### 3.3 Procedimentos para Coleta de Dados

O estudo foi baseado na metodologia de Biderman e Puttmatti (2011), adaptada por Silva et al. (2016), com a finalidade de identificar o nível de transparência das câmaras municipais. Mas essa metodologia possui algumas alterações da proposta pelo método original, pois acrescentou informações e excluiu outras para adequar aos portais eletrônicos das câmaras.

Com a adequação realizada pelos autores, é possível criar um *ranking* de transparência das câmaras municipais. O Quadro 1 apresenta os parâmetros com pontuação, temas e as variáveis.

Para o cálculo do índice de transparência, considera-se 50 variáveis, distribuídas entre três parâmetros analisados: conteúdo com 39

itens, série histórica e frequência de atualização dois itens e usabilidade nove itens. Portanto, o cálculo é realizado a partir da somatória de cada variável analisada dos três parâmetros e, com relação à pontuação máxima de cada parâmetro, têm-se as seguintes ponderações máximas:

**C**= Conteúdo, cuja pontuação máxima é igual a 1.400 pontos, sendo 70% do total;

**SH**= Série Histórica e Frequência de Atualização, cuja pontuação máxima é igual a 200 pontos, sendo 10% do total;

**U**= Usabilidade, cuja pontuação máxima é igual a 400 pontos, sendo 20% do total.

Assim a equação é:

$$C_{m\acute{a}x} + SH_{m\acute{a}x} + U_{m\acute{a}x} = 2.000 \text{ pontos (100\%).}$$

Em termos percentuais, o Índice de Transparência apresenta a seguinte equação:

$$C_{m\acute{a}x} + SH_{m\acute{a}x} + U_{m\acute{a}x} = 1.$$

A coleta de dados ocorreu no mês de fevereiro de 2018 nos portais eletrônicos de cada câmara municipal. Após a coleta de dados, utilizou-se a ferramenta *Microsoft Excel* para elaborar as planilhas com o objetivo de obter o índice de transparência das câmaras municipais das capitais da região Norte.

## 4. Análise dos Resultados

Os resultados desta pesquisa compreendem a avaliação dos três parâmetros e, para o entendimento do índice de transparência, faz-se

Município	População estimada	Receita (2017)	Quant. Vereadores
Belém	1.485.732	R\$ 2.739.561.906,09	35
Boa Vista	375.374	R\$ 1.224.794.000,00	21
Macapá	493.634	R\$836.675.000,00	23
Manaus	2.145.444	R\$ 4.301.291.949,18	41
Palmas	291.855	R\$ 1.439.668.846,98	19
Porto Velho	519.531	R\$ 1.403.680.000,00	21
Rio Branco	401.155	R\$ 884.827.000,00	17

Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

Parâmetros	Temas	Variáveis
Conteúdo (1.400 pontos)	Informações gerais	Registros das competências, estrutura organizacional, vereadores, endereço, telefone da respectiva unidade, horário de atendimento ao público e texto introdutório ao portal de transparência.
	Divulgar da legislação	Presença das legislações e decretos que asseguram o acesso dos cidadãos às informações públicas; Lei Orgânica.
	Receita Orçamentária	Órgão ou unidade gestora arrecadadora, origem da receita, valor da previsão e valor arrecadado.
	Execução e classificação	Classificação da despesa, unidade orçamentária, fonte do recurso, elemento de despesa, descrição do item, valores parciais e totais empenhados, valores liquidados e valores pagos no exercício.
	Contratos	Razão social da contratada, data de publicação, modalidade, vigência, valor contratado, objeto, número do contrato, natureza da despesa e empenho.
	Detalhamento de pessoal	Relação completa de nomes, cargos ou funções, regime, salário e desconto.
	SIC	Presença do serviço de informação ao cidadão com formulário de requisição para solicitação de informações públicas.
Série histórica e frequência de atualização (200 pontos)	Séries históricas	Disponibilização de séries históricas (entre um e cinco anos).
	Atualização	Maior frequência possível de atualização das informações disponibilizadas (diária, semanal, mensal).
Usabilidade (400 pontos)	Interação	Interação com os usuários, tornando possível o esclarecimento de eventuais dúvidas, por meio dos seguintes instrumentos: manual de navegação, glossário, perguntas frequentes e fale conosco por telefone e e-mail.
	Possibilidade de download	Possibilidade de download dos dados para tratamento específicos e comparações estatísticas.
	Delimitação das consultas	Possibilidade de consultas em diversas periodicidades (mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual).
	Facilidade de navegação	Permitir que os usuários tenham fácil navegação no site.

Fonte: modelo de Biderman e Puttmatti adaptado por Silva et al. (2016).

necessário apresentar de forma individual cada resultado encontrado em cada parâmetro.

Os resultados observados para o conteúdo dos portais são apresentados na Tabela 3.

O parâmetro “conteúdo” é o responsável por analisar 78% das variáveis presentes nos portais de transparência das câmaras municipais das capitais da região Norte, ou seja, ele é um dos parâmetros mais importante que devem ser divulgados pelas entidades.

Esse parâmetro contém informações ricas para os cidadãos que desejam fiscalizar, consultar e acompanhar os órgãos públicos, pois nele podemos obter dados sobre o nível de despesa em determinado setor, as receitas auferidas, legislações, vereadores, recursos humanos, entre outros.

Analisando o parâmetro do conteúdo, a primeira observação que se faz é a seguinte: entre os sete portais eletrônicos das câmaras, nenhum atendeu às 39 variáveis elencadas, portanto, nenhuma capital conseguiu obter nota máxima nesse item.

Fazendo outra análise de forma individual dos grupos que com-

põem o parâmetro conteúdo, verificou-se que, em seis deles, no mínimo, três câmaras obtiveram nota máxima. Os seis grupos que possuem notas máximas obtidas pelas câmaras são: informações gerais, divulgação da legislação, execução e classificação orçamentária, contratos, detalhamento pessoal e SIC.

A divulgação da legislação foi o item que mais teve pontuação máxima, todos os portais da região Norte apresentam suas respectivas legislações, bem como leis de outros âmbitos por meio de *links* disponíveis em seus *sites* eletrônicos.

O grupo da receita orçamentária apresenta o pior resultado em relação aos demais do parâmetro “conteúdo”, e os problemas relacionados a esse grupo é devido à ausência de dados dos repasses ou transferências de recursos financeiros.

No balanço geral dos portais das câmaras municipais no quesito “conteúdo”, o portal que apresenta a maior pontuação é Câmara Municipal de Rio Branco (AC), com 1.220,6 pontos, e o com pior desempenho é o portal da Câmara Municipal de Macapá (AP), com 682,1 pontos.

O parâmetro “série histórica e frequência de atualização” tem a finalidade de apresentar o período das informações, e a frequência com que as informações, disponibilizadas são atualizadas nos portais de transparência.

Os resultados encontrados na Tabela 4 demonstram que todos os portais das câmaras municipais da região Norte obtiveram no item “série histórica”, pontuação máxima. Portanto, todas as câmaras possuem registros com períodos iguais ou superiores a cinco anos.

Em relação ao item “frequência de atualização”, alguns portais de transparência deixam a desejar, como é o caso de Macapá (AP) e Palmas (TO), que não atualizam os seus portais desde o início do ano. Os portais das câmaras que alcançaram a maior nota não disponibilizam suas informações em tempo real, entretanto mantêm uma atualização em um intervalo de dias.

O parâmetro “usabilidade” apresenta o nível de interação com o usuário, a possibilidade de *download* das informações, delimitação das consultas e a facilidade

Tabela 3 – Pontuação do parâmetro Conteúdo

Parâmetros	Valor Máximo	Bel	Bvb	Mcp	Mao	Pmw	Pvh	Rbr
Conteúdos	1400	1077	1184,7	682,1	1041,1	1041,1	969,3	1220,6
Informações gerais	251,3	143,6	251,3	215,4	143,6	251,3	35,9	251,3
Divulgação da legislação	71,8	71,8	71,8	71,8	71,8	71,8	71,8	71,8
Receita Orçamentária	179,5	0	143,6	71,8	0	107,7	0	0
Execução e classificação orçamentária	323,1	323,1	251,3	323,1	251,3	179,5	323,1	323,1
Contratos	323,1	287,2	215,4	0	323,1	179,5	323,1	323,1
Detalhamento de pessoal	215,4	215,4	215,4	0	215,4	215,4	215,4	215,4
SIC	35,9	35,9	35,9	0	35,9	35,9	0	35,9

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Legenda: Bel: Belém/ Bvb: Boa Vista/ Mcp: Macapá/ Mao: Manaus/ Pmw: Palmas/ Pvh: Porto Velho/ Rbr: Rio Branco

Tabela 4 – Pontuação do parâmetro Série Histórica e Frequência de Atualização

Parâmetros	Valor Máximo	Bel	Bvb	Mcp	Mao	Pmw	Pvh	Rbr
Série histórica e frequência de atualização	200	200	200	100	160	100	180	200
Série histórica	100	100	100	100	100	100	100	100
Frequência de atualização	100	100	100	20	60	20	80	100



“Dessa forma, considerando as câmaras municipais analisadas, demonstra-se que os órgãos possuem uma deficiência em divulgar ou apresentar as prestações de contas para a sociedade. Embora algumas câmaras tenham obtidos notas satisfatórias, faz-se necessário aprimorar as informações contidas em seus portais.”

de de navegação para as pessoas que desejam buscar algo nos portais das câmaras municipais. Na Tabela 5 podem ser vistos os resultados desse parâmetro.

Quanto ao quesito “interação”, foi verificado se os portais disponibilizavam manual de navegação, glossário, perguntas frequentes e fale conosco por telefone e *e-mail*. Os sítios que se destacaram nesse item são dos municípios de Boa Vista (RR), Macapá (AP) e Rio Branco (AC), e os demais obtiveram um resultado bem abaixo, como é caso de Palmas (TO), que zerou no quesito.

O item de “possibilidade de *download*” é visto em todos os municípios, entretanto alguns atingiram uma nota menor pelo fato de não possibilitarem outras opções de *download* para tratamento específico dos dados, por exemplo, no formato do arquivo Excel.

Nos itens “delimitação das consultas” e “facilidade de navegação”, todos os sítios lograram nota máxima, ou seja, a possibilidade de obter informações em determinado período de tempo e a facilidade para navegarem nos portais das câmaras municipais é perceptível para os usuários.

Diante da análise do último parâmetro, é possível realizar o agrupamento dos três parâmetros em

uma só tabela e, com isso, podemos fazer a construção e conhecer o índice de transparência das câmaras municipais, conforme demonstrado na Tabela 6.

Assim, conforme se pode observar na Tabela 6, a Câmara Municipal de Rio Branco foi a que demonstrou o maior nível de transparência em seu portal eletrônico e que conquistou notas máximas nos itens “série histórica” e “atualização e usabilidade”.

Em último lugar, no *ranking* do índice de transparência das câma-

ras municipais, pode-se apontar a Câmara Municipal de Macapá, a qual apresentou resultados baixos em relação aos parâmetros “conteúdo, série histórica” e “atualização e usabilidade”.

Além disso, os resultados encontrados confirmam outras análises desenvolvidas em pesquisas nacionais que versam sobre a temática da transparência pública das câmaras municipais por meio do portal da transparência. Silva et al. (2016), Campagnoni et al. (2015), Cruz et al. (2012) e Raupp e Pinho (2011), em

Tabela 5 – Pontuação do parâmetro Usabilidade

Parâmetros	Valor Máximo	Bel	Bvb	Mcp	Mao	Pmw	Pvh	Rbr
Usabilidade	400	360	350	400	270	250	360	400
Interação	100	60	100	100	20	0	60	100
Possibilidade de <i>download</i>	100	100	50	100	50	50	100	100
Delimitação das consultas	100	100	100	100	100	100	100	100
Facilidade de navegação	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 6 – Índice de Transparência das Câmaras Municipais da Região Norte

	Valor Máximo	Bel	Bvb	Mcp	Mao	Pmw	Pvh	Rbr
Conteúdo	1400	1077	1184,7	682,1	1041,1	1041,1	969,3	1220,6
Série Histórica e Atualização	200	200	200	120	160	120	180	200
Usabilidade	400	360	350	400	270	250	360	400
Pontuação Total	2000	1637	1734,7	1202,1	1471,1	1411,1	1509,3	1820,6
Índice de Transparência	100%	81,85%	86,73%	60,10%	73,55%	70,55%	75,46%	91,03%
Ranking	-	3º	2º	7º	5º	6º	4º	1º

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Legenda: Bel: Belém/ Bvb: Boa Vista/ Mcp: Macapá/ Mao: Manaus/ Pmw: Palmas/ Pvh: Porto Velho/ Rbr: Rio Branco

seus estudos, verificaram baixa transparência nos portais eletrônicos.

Dessa forma, considerando as câmaras municipais analisadas, demonstra-se que os órgãos possuem uma deficiência em divulgar ou apresentar as prestações de contas para a sociedade. Embora algumas câmaras tenham obtidos notas satisfatórias, faz-se necessário aprimorar as informações contidas em seus portais.

## 5. Considerações Finais

O presente estudo buscou atender ao problema da pesquisa, pois determinou e consolidou o nível de transparência das câmaras municipais das capitais da região Norte, por meio das informações e dos dados disponibilizados nos portais eletrônicos de transparência das câmaras municipais.

Os resultados do estudo apontam que o maior nível de transpa-

rência pertence ao sítio eletrônico da Câmara Municipal de Rio Branco, e o portal eletrônico com menor nível de transparência no *ranking* é o da Câmara Municipal de Macapá. Contudo, observa-se que as informações divulgadas para a sociedade são suprimidas ou não são atendidas conforme estabelecido na legislação.

O estudo realizado por Silva et al. (2016) sobre o índice de transparência das câmaras municipais das nove capitais da região Nordeste converge com os resultados encontrados nesta pesquisa e fortalece a ideia de que há limitações e a necessidade de aprimoramento da divulgação das informações públicas por parte dos agentes públicos.

Esta pesquisa ampliou o estudo sobre a transparência das câmaras municipais desenvolvida por Silva et al. (2016), em que foi empregada a mesma metodologia utilizada pelos autores, e a utilização da região Norte como foco da

pesquisa. Dessa forma, o referido trabalho acrescenta informações sobre a situação das câmaras municipais do Norte do país em relação ao nível de transparência nos portais eletrônicos.

Conclui-se que todos os portais das câmaras municipais não cumpriram algum dos requisitos propostos na metodologia e não cumpriram algumas regulamentações legais exigidas. E, também, que, embora alguns portais tenham obtidos posições positivas no *ranking*, faz-se necessário o aprimoramento da divulgação das informações para a sociedade.

Com base nos resultados colhidos na pesquisa, nota-se que os conhecimentos obtidos nesse estudo podem abranger novos horizontes de pesquisa, como um estudo para verificar e estabelecer um *ranking* de transparência das Câmaras com municípios mais populosos da região Norte ou do Estado do Amazonas.

## 6. Referências

BARACHO JUNIOR, J. A. de O. O poder municipal e o papel dos vereadores. *Revista do legislativo*. Belo Horizonte, n. 29, p.44-47, out./dez. 2000. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1426/1426.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, Ilse Maria., RAUPP, Fabiano. Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

BIDERMAN, C. PUTTOMATTI, G. *Metodologia do Índice de Transparência*. Disponível em: <[http://indicedetransparencia.org.br/?page\\_id=7](http://indicedetransparencia.org.br/?page_id=7)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

CAMPAGNONI, M. et al. Transparência no Poder Legislativo: uma análise dos portais eletrônicos das câmaras de vereadores das capitais brasileira. *Anais...XV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria: a contabilidade e o interesse público* – Coimbra, 11 e 12 de Junho de 2015.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. da S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública* – volume 46- nº - 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080/5635>. Acesso em 04 out 2018.

CRUZ, C.F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, II, Recife, 2009. *Anais...* Anpad, 2009.

---

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

---

BRASIL. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

---

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 05 de maio de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/lcp101.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2018.

---

BRASIL. *Lei Complementar nº 131, de Maio de 2009*. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2018.

---

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011*. Regula o acesso a informações prevista no inciso XXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05 de Maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1.991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 20 mai de 2018.

---

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Acesso à informação pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília: CGU, 2011. Cartilha

---

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11. *Anais*. Cidade da Guatemala, 2006.

---

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores. 2008.

---

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 41ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

---

RAUPP, M. F.; PINHO, G. A. J. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência.

---

*Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ*. Rio de Janeiro, v. 16, n.3, p. 81 – p. 98, set./dez., 2011.

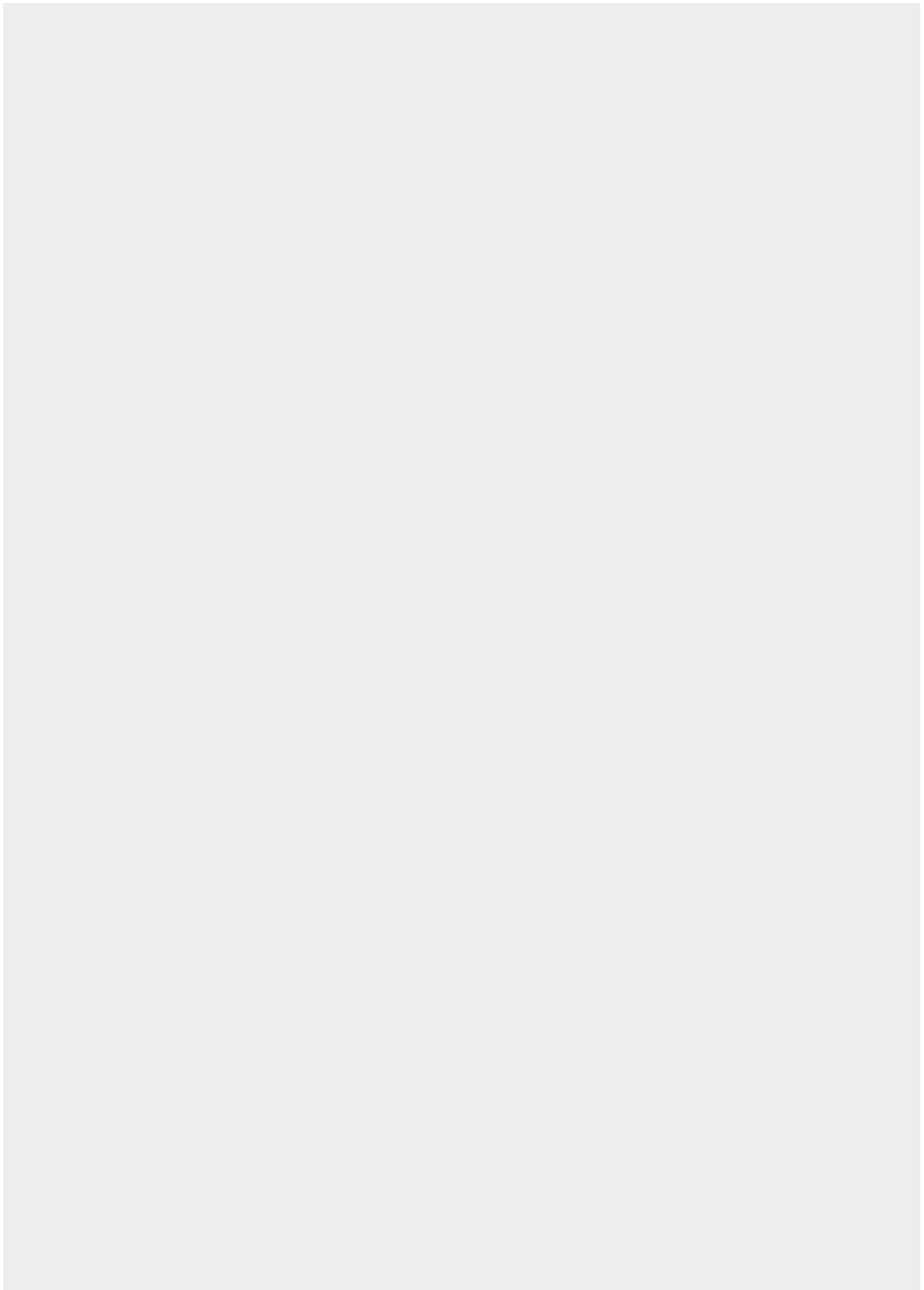
---

SILVA, Victor Pereira; PADILHA, Rivaldo Júnior de Oliveira; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Prestação de contas no Poder Legislativo: um estudo nos portais eletrônicos das câmaras municipais das capitais da região Nordeste. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 221, p. 52-65, dez. 2016. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1452>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

---

VIEIRA, VâniaLuciaRibeiro. Efeitos da lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011) nas compras públicas. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: 2013. 22p.

---





BANCO

ISLÂMICO



# Análise bibliométrica dos artigos científicos sobre bancos islâmicos durante os anos de 2007 a 2017: afinal, o que estudar sobre bancos que não cobram juros?

O surgimento dos bancos islâmicos se deu em função da crítica dos muçulmanos aos bancos convencionais que cobravam juros sobre suas atividades bancárias, fato que afrontava seus valores e princípios religiosos. Verificou-se, por parte dos muçulmanos, que a prática dos juros poderia provocar um efeito negativo no desenvolvimento do sistema socioeconômico ao redor do mundo, o que chocava frontalmente com os valores econômicos do Islã. A proibição da cobrança da *riba* no Islã pode ser vista como parte da visão geral da religião, que considera a economia islâmica orientada à moralidade e ao bem-estar social. Dessa forma, o sistema financeiro islâmico foi introduzido como uma alternativa ao sistema bancário convencional, inicialmente nos países de maioria islâmica e, nos tempos mais recentes, em diversos países ocidentais. Em função da temática tão singular para o mercado financeiro ocidental, o presente artigo teve como objetivo apresentar os resultados sobre o perfil dos artigos científicos em bancos islâmicos publicados nos periódicos recomendados pela *Association of Business Schools* (ABS), no período de 2007 a 2017, com vistas a ampliar o conhecimento acerca da evolução da divulgação dos estudos científicos em temas pouco explorados no Brasil. Para a realização deste artigo, foi executada uma pesquisa descritiva; quanto ao procedimento, foi do tipo bibliográfico e bibliométrico com abordagem quantitativa. Os resultados indicam que houve uma grande variedade entre os temas de finanças islâmicas abordados em periódicos internacionais, com a predominância para temas voltados ao mercado financeiro e à gestão de grandes negócios, sendo que estudos sobre governança corporativa e mercado de capitais islâmico foram os mais publicados.

2112 - Recebido em 2/10/2018. Distribuído em 2/10/2018. Aprovado em 5/10/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição novembro-dezembro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Prof. Dr. Ahmed Sameer El Khatib

É professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet). Ocupa o cargo de Coordenador - Geral do Orçamento na Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo. É doutor em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2018. É mestre em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2013; possui MBA em Finanças pela FIA (2010); possui MBA em IFRS pela FIPECAFI (2013); e é Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), 2007. É autor de artigos em revistas nacionais e internacionais sobre contabilidade e finanças islâmicas.

E-mail: ahmed.khatib@fecap.br

Prof. Dr. Fabio Gallo Garcia

É professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É bacharel em Engenharia e em Administração de Empresas. É mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), 1985, e doutor em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), 2002, e parte pela *Univerty of Texas at Austin*. Doutorando em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é sócio da Tutóia Consultoria e sócio da LGM Consultoria e Repres. Ltda, sócio-diretor Sinalização e Arte Comunicação Visual Ltda, Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: Assimetria Informacional, Finanças Internacionais, Finanças Comportamentais.

E-mail: fabio.gallo@fgv.br

## 1. Introdução

Os bancos islâmicos tornaram-se cada vez mais significativos para o setor financeiro global nas últimas décadas. Dentro do mercado financeiro global, os bancos islâmicos se estabeleceram como alternativas competitivas com uma variedade de produtos e serviços, muitas vezes diferentes (DUSUKI, 2008). Quarenta anos após o primeiro banco islâmico moderno abrir suas portas, ainda é difícil estimar o tamanho real desse setor em rápido crescimento (GHEERAERT, 2014). Estudos indicaram um crescimento anual dos ativos bancários islâmicos de 17,6% entre os anos de 2009 a 2016 (EY, 2017). Espera-se uma taxa média de crescimento de 19,7% ao ano até 2019 (EY, 2017). Muitos bancos ocidentais, como *HSBC*, *Citibank* ou o *Bank of America* estabeleceram suas próprias agências bancárias islâmicas em diferentes países (KHAN, 2010).

O objetivo dos bancos islâmicos é uma integração holística de preocupações éticas, ecológicas e sociais. Isso não inclui apenas os clientes e o público em geral, mas também deve ser estendido às indústrias envolvidas (MOHAMAD, 2014). Na prática, isso significa que as empresas que atuam como parceiras de negócios das institui-

ções financeiras islâmicas devem ser restritas para cobrir quaisquer transações proibidas e seus modelos de negócios devem estar em harmonia com as metas sociais, éticas e ecológicas da Sharia (MOHAMAD, 2014).

A recente crise financeira global e a demanda associada por alternativas sustentáveis, em comparação com o sistema bancário convencional, explicam e sustentam as enormes taxas de crescimento mencionadas anteriormente. As regras éticas e morais, bem como a suposta consciência de maior risco, tornam o sistema bancário islâmico uma boa alternativa. Não apenas nos países muçulmanos, mas também é uma alternativa financeira emergente em muitos países ocidentais (JAWADI; LOUCHICHI, 2014). No entanto, não apenas o lado da demanda mudou, mas as próprias instituições estabeleceram várias ações para tornar o sistema financeiro islâmico mais atraente em países não muçulmanos (RETHEL, 2011). No entanto, poucas pessoas têm conhecimento do pano de fundo dessa indústria em rápido crescimento (AHMED, 2010). Um grande desafio no mundo ocidental, em particular, é o contínuo ceticismo em relação à incorporação de questões religiosas na economia (FANG; FOUCART, 2013). A literatura atual confirma essa visão, pois uma forte polarização entre os apoiadores e os céticos pode ser reconhecida, o que torna difícil obter uma visão objetiva do sistema bancário e das finanças islâmicas por meio de pesquisa bibliográfica. Apesar da relevância deste tema, poucos artigos foram publicados nos principais periódicos nacionais e internacionais (KHATIB, 2013; ABDELSALAM, 2014).

Dessa forma, o objetivo principal deste artigo é proceder a uma revisão sistemática da literatura sobre finanças e serviços ban-

cários islâmicos, tendo como objetivos específicos os pontos a seguir:

- 1) Entender o estado atual da pesquisa acadêmica sobre bancos islâmicos.
- 2) Avaliar até que ponto o sistema bancário islâmico poderia ser considerado uma alternativa ética.
- 3) Destacar quais seriam as áreas importantes para pesquisas futuras no Brasil.

De modo geral, a investigação que deu origem ao presente artigo se justifica em função de três importantes fatores: (i) o contexto atual, no que se refere à importância de se incorporar elementos éticos e morais na estrutura de incentivos dos mercados financeiros; (ii) a forte expansão das finanças islâmicas verificada nos últimos anos, que há muito não se limitam a países e pessoas muçulmanas; e (iii) os benefícios que podem decorrer da investigação acadêmica das práticas financeiras islâmicas, a partir da identificação de temas amplamente pesquisados no exterior.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Finanças Islâmicas

Segundo Khan (2010, p. 12), as principais características dos produtos de Finanças Islâmicas, de acordo com a Sharia são: (i) proibição de cobrança de juros em suas operações; (ii) proibição de negócios que envolvam álcool, carne suína, jogatina e pornografia; (iii) proibição de qualquer forma de atividade econômica que seja social ou moralmente prejudicial; (iv) indivíduos e instituições islâmicas têm obrigação em contribuir com parte de sua riqueza para os setores mais necessitados da população; (v) nenhuma forma de investimento especulativo é permitida; (vi) sistema é baseado em ativos, com ativos fixos e com-





*modities* no seu cerne e; (vii) não há a figura do credor e devedor, mas de compradores e vendedores. Segundo Haqiqi e Pomeranz (1987), o objetivo básico da *Sharia* é assegurar o bem-estar geral e a justiça socioeconômica, pois toda a riqueza do mundo pertence a Alá sendo que os seres humanos são apenas servos responsáveis por esta riqueza, seguindo o princípio de que nenhuma pessoa pode reclamar para si mesmo o que é basicamente a criação de Alá ou o produto dos esforços e habilidades de outro homem.

Diferentemente da visão ocidental, nas economias islâmicas, as pessoas não têm o direito absoluto e incondicional sobre sua riqueza, sendo meros agentes, que devem seguir as instruções do Criador. Assim, a maximização dos lucros não é o objetivo principal em economias islâmicas. Uma consequência deste raciocínio é de que a riqueza não deve estar concentrada nas mãos de poucos, mas, sim deve circular por toda a população, inclusive aos oprimidos socialmente, por meio do *zakat*. As finanças islâmicas não são um fenômeno temporário e dão sinais que continuarão a crescer e a expandir (ARIFF; 1988; EY, 2018). Os motivos para o sucesso e disseminação estão em suas diferenças para os bancos conven-

cionais. Karim (2001) destaca que a maioria dos bancos islâmicos desempenham duas funções básicas, chamadas administração de investimentos e de banco comercial. Diferentemente dos bancos comerciais tradicionais, os bancos islâmicos não pagam ou recebem dinheiro em empréstimos obtidos ou dados. Isso porque a *Sharia* proíbe estritamente, entre outras coisas, o recebimento e pagamento da *riba* (juros). Então, bancos islâmicos não podem adquirir ou emitir valores mobiliários que rendam juros, como títulos públicos ou privados.

Bancos islâmicos, e até mesmo as filiais instaladas nos países ocidentais, diferem dos bancos convencionais sob diversas perspectivas. A diferença mais importante pode ser vista na proibição dos juros ou da *riba* no Islamismo, que não permite aos bancos islâmicos aceitarem que seus clientes tenham pagamentos de juros fixos para seus depósitos ou cobrem juros sobre empréstimos (CHONG; LIU, 2009). A lei islâmica, ao contrário, apoia a teoria de que as transações financeiras devem ser fundamentadas em um princípio de participação nos lucros e perdas (UPPAL; MANGLA, 2014). Além disso, o mais importante é que uma transação econômica envolvendo um ativo real

apoie todas as transações financeiras (BECK; DEMIRGÜÇ; KUNT; MERROUCHE, 2013). Essa abordagem desencadeia discussões sobre o perfil de risco e a relação custo e a eficácia dos bancos islâmicos. A partilha de risco entre as partes envolvidas (mutuário, investidor e banco) leva a uma menor especulação e ao desenvolvimento de instrumentos financeiros de baixo risco (JAWADI; LOUCHICHI, 2014). Ao vincular os participantes, não é possível, por exemplo, conceder empréstimos que não sejam necessários para uma transação real. Assim, o crescimento do crédito está diretamente ligado ao crescimento econômico real dos bancos islâmicos (AHMED, 2010).

## 2.2 Bases doutrinárias das Finanças Islâmicas

As religiões constroem o corpo para a compreensão das pessoas sobre o que é considerado certo ou errado. Os valores subjacentes da religião são frequentemente a base para o comportamento ético (PARBOTEEAH; HOEGL; CULLEN, 2007). Como o modelo de negócios dos bancos islâmicos se baseia na lei islâmica, a *Sharia*, que retrata os ideais religiosos, é frequentemente vista como tendo sua própria identidade ética. Dessa forma, temos como resultado o fato de que os princípios da *Sharia* foram criados

“Diferentemente dos bancos comerciais tradicionais, os bancos islâmicos não pagam ou recebem dinheiro em empréstimos obtidos ou dados. Isso porque a *Sharia* proíbe estritamente, entre outras coisas, o recebimento e pagamento da *riba* (juros).”



não apenas para promover a espiritualidade religiosa, mas também para encorajar o bem-estar social e a justiça (HANIFFA; HUDAIB, 2007). Os bancos islâmicos, por exemplo, também incentivam metas sociais, como doações por razões de caridade, bem como empréstimos benevolentes para pessoas socialmente desfavorecidas (HANIFFA; HUDAIB, 2007).

Diversos ensinamentos sobre finanças e economia estão presentes no Corão. Trata-se de um compêndio de valores, princípios, valores, guias e regras que servem de base para um desenvolvimento apropriado do sistema econômico e financeiro do mundo islâmico. Os valores positivos discutidos no Corão incluem: justiça, honestidade, moderação e bondade aos menos favorecidos, enquanto a injustiça, avareza, extravagância, miséria e acumulação são consideradas como valores negativos e encontradas em nossa sociedade atualmente. Diante disso, existem duas bases doutrinárias primárias nas finanças islâmicas: o Corão e a Lei Islâmica (*Sharia*).

### 3. Metodologia

Foi realizada uma análise aprofundada dos artigos de periódicos, considerando os seguintes temas: i) Fundamentos e História das Finanças Islâmicas; ii) Ética e Sustentabilidade; iii) Risco nas Finanças Islâmicas; iv) Instrumentos Financeiros Islâmicos; e v) Coexistência de bancos islâmicos e bancos convencionais.

Para dividir os artigos analisados em categorias centrais, a codificação foi primeiramente realizada com base em títulos e resumos. A codificação torna mais fácil para o pesquisador resumir e estruturar os dados disponíveis com o risco de negligenciar as relações entre as

diferentes categorias (DENZIN; LINCOLN, 2011). Após o estabelecimento de cinco tópicos centrais de pesquisa, foram categorizados os artigos com base em seu conteúdo. A fim de definir tópicos de pesquisa atuais, bem como questões futuras relevantes, uma codificação adicional foi usada em passagens de texto dentro dos artigos. Dependendo do número de autores que já estão trabalhando em um determinado tópico, o alcance geográfico da pesquisa, bem como os métodos de pesquisa usados no progresso, o estado e a relevância são divididos em várias faixas (estado da pesquisa atual: maduro-intermediário-nascente/relevância para pesquisas futuras: alta, média e baixa) dentro da revisão de literatura.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se, inicialmente, a pesquisa bibliográfica para se obter maior conhecimento sobre bancos islâmicos e a organização de seus diversos temas de estudo, assim como sobre a bibliometria e sua aplicação para a identificação das características de trabalhos científicos publicados. Na sequência, utilizou-se a análise bibliométrica para a coleta e o tratamento dos dados oriundos dos artigos científicos selecionados. A abordagem para a análise e apresentação dos dados foi quantitativa.

Para a análise bibliométrica foram selecionados como indicadores a quantidade de artigos publicados por ano, os gêneros e as titulações dos autores, a quantidade de autores por artigo (coautorias), a filiação acadêmica e a localização geográfica de tais instituições educacionais, a identificação dos autores que mais publicaram artigos na revista, no período analisado e



as temáticas da área de finanças mais abordadas.

A análise sistêmica constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Por meio dessa análise, conduziram-se as descrições sistêmicas, qualitativas ou quantitativas (MORAES, 1999). No mesmo contexto, descrever a história da análise de conteúdo é essencialmente seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos, observando, posteriormente, como os materiais foram aperfeiçoados (BARDIN, 2009). A análise sistêmica (de conteúdo) é um instrumento de construção de conhecimento, pois evidencia o resultado objetivado na pesquisa, permitindo ao pesquisador conhecer o estado da arte do tema desejado, que, neste estudo, tem como foco as finanças islâmicas.

Este estudo utilizou como instrumento de pesquisa a *ProKnow-C (Knowledge Development Process-Constructivist)* proposto por Ensslin et al. (2010), o qual foi adaptado para a realização da presente pesquisa. Esse instrumento foi utilizado em estudos precedentes por vários autores (AFONSO et al., 2012; BORTOLUZZI et al., 2011). Esse processo constitui uma metodologia de construção de conhecimento, estruturado em três etapas: (i) seleção do portfólio bibliográfico que proporcionará a revisão da literatura; (ii) análise bibliométrica do portfólio bibliográfico e; (iii) análise sistêmica do portfólio bibliográfico.

Apesar da existência de muitos artigos recentes disponíveis sobre o sistema bancário islâmico

mico, que ainda é considerado uma área de pesquisa nascente, os tópicos pesquisados não são agrupados e ainda não foram verificados quanto à relevância. Portanto, será realizada uma revisão sistemática da literatura para definir tópicos atuais de pesquisa e, posteriormente, derivar futuras proposições de pesquisa. Para esse propósito, é utilizada a lista

da *Association of Business Schools (ABS)* (Tabela 1).

Foram identificados cinco tópicos centrais como mais relevantes em relação ao setor bancário e às finanças islâmicas, listados na Tabela 2.

Para o propósito de uma melhor estrutura na revisão da literatura, a codificação foi utilizada nos artigos pesquisados. Dessa

forma, foi possível identificar cinco tópicos centrais conforme descrito na Tabela 2.

## 4. Análise dos Resultados

### 4.1 Fundamentos e História

Em resumo, pode-se afirmar que, além da explicação geral dos fundamentos do sistema bancário islâmi-

Tabela 1 – Lista de periódicos revisados

Nome do Periódico	ISSN	Número de Artigos	ABS 4th*
<i>Journal of Business Ethics</i>	0167-4544	6	SIM
<i>Journal of Economic Behaviour &amp; Organisation</i>	0167-4544	5	SIM
<i>International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management</i>	1753-8394	4	NÃO
<i>Pacific-Basin Finance Journal</i>	0927-538X	4	SIM
<i>Journal of Banking &amp; Finance</i>	0378-4266	2	SIM
<i>Managerial Finance</i>	0307-4358	2	SIM
<i>Qualitative Research in Financial Markets</i>	1755-4179	2	NÃO
<i>Review of Financial Economics</i>	1058-3300	2	SIM
<i>Review of International Political Economy</i>	0969-2290	2	SIM
<i>Corporate Governance: The international journal of business in society</i>	1472-0701	2	SIM
<i>American Journal of Social and Management Sciences</i>	2156-1559	1	NÃO
<i>Applied Economics</i>	0003-6846	1	SIM
<i>Humanomics</i>	0828-8666	1	NÃO
<i>International Journal of Bank Marketing</i>	0265-2323	1	SIM
<i>International Journal of Business and Social Science</i>	2219-6021	1	NÃO
<i>International Journal of Islamic and Civilizational Studies</i>	2289-8204	1	NÃO
<i>International Journal of Humanities and Social Science</i>	2221-0989	1	NÃO
<i>International Journal of Social Economics</i>	0306-8293	1	SIM
<i>Journal of Comparative Economics</i>	0147-5967	1	SIM
<i>Journal of Emerging Economies and Islamic Research</i>	2289-2559	1	NÃO
<i>Journal of Finance and Bank Management</i>	0022-1082	1	SIM
<i>Journal of Finance Issues</i>	1540-6261	1	NÃO
<i>Journal of International Economics</i>	0022-1996	1	SIM
<i>Journal of Islamic Economics</i>	2070-4658	1	NÃO
<i>Journal of Islamic Marketing</i>	1579-0833	1	NÃO
<i>Journal of Management Development</i>	0262-1711	1	SIM
<i>Journal of Risk Finance</i>	1526-5943	1	SIM
<i>Quarterly Review of Economics and Finance</i>	1062-9769	1	SIM

\* Academic Journal Quality Guide Version 4 publicado pela ABS - Associação de Escolas de Negócios.

Fonte: autores, (2018).

Tabela 2 – Tópicos de Pesquisa

	Fundamentos e História	Ética e Sustentabilidade	Riscos em Finanças Islâmicas	Instrumentos Financeiros	Coexistência entre bancos islâmicos e ocidentais
PALAVRAS CHAVE	Transações Proibidas	Preocupação Social com o Cliente	Participação no Capital	Sukuks versus Bonds Convencionais	Diretrizes Regulatórias
	Compliance com a Sharia	Ética e Maximização do Lucro	Capitalização do Sistema Bancário Islâmico	Empréstimos nos Bancos Islâmicos	Produtos Diferentes
	Sem Juros ou com Juros	Excesso de Juros (Riba)	Risco Sharia	Instrumentos Diferentes	Crise Financeira Internacional
	Razões Históricas	RSC nos Bancos Islâmicos	Qualidade dos Ativos	Funcionalidade dos Instrumentos	Rápido Crescimento

Fonte: autores (2018).

co, a proibição de juros é uma das questões mais discutidas na pesquisa atual. Autores discordam sobre como a *riba*, conceituada no Corão, deve ser definida. Malik et al. (2011), por exemplo, mostram que alguns muçulmanos não estão convencidos da proibição geral dos juros, enquanto a maioria dos estudiosos muçulmanos considera o princípio da proibição de juros como certo (MALIK et al., 2011; SOUAIAIA, 2014).

A Tabela 3 resumirá futuras proposições de pesquisa, a fim de sublinhar a importância dos tópicos discutidos anteriormente.

Pesquisas adicionais concentram-se, principalmente, na honestidade das instituições bancárias islâmicas e no cumprimento das regras da Sharia (HANIFFA; HUDAIB, 2007; KHAN, 2010; HAMZA, 2013). Perry e Rehman (2011), em suas pesquisas, encontraram uma variedade de conselhos e concluíram que suas decisões não são uniformes em relação à conformidade da Sharia de produtos financeiros, o que torna necessário unificar o marco regulatório em todo o mundo, e trabalhar com um conselho de supervisão independente internacional (PERRY; REHMAN, 2011; AZMAT et al., 2014). Para pesquisas futuras, nessa linha de pensamento, foram encontradas as seguintes oportunidades, apresentadas na Tabela 4.

#### 4.2 Ética e Sustentabilidade

As religiões definem o corpo para a compreensão do que é certo ou errado e ensinam às pessoas valores que, muitas vezes, são responsáveis por seu comportamento ético (PARBOTEEAH et al., 2007). Cada indivíduo define seus próprios princípios morais que distinguem entre o que é certo ou errado. No entanto, há sempre uma opinião geral sobre como algo deve ocorrer (HOSSAN; CHOWDHURY, 2011). Quando se fala de

ética nos negócios ou no setor financeiro, em particular palavras-chave, como verdade e justiça, são mencionadas no contexto de concorrência, responsabilidade social ou comportamento corporativo, por exemplo (HOSSAN; CHOWDHURY, 2011).

Um número crescente de investidores integra questões sociais e ambientais ao tomar decisões financeiras (RICHARDSON, 2008). Geralmente, as pessoas não acreditam nas intenções das políticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de várias instituições e veem principalmente os esforços de RSC como parte de uma estratégia de *marketing* (PAULET; PARNAUDEAU; RELANO, 2014), quando na verdade deveriam tratar de investimentos e financiamentos que visam criar bem-estar social e justiça à sociedade (MOHAMAD, 2014). Alguns bancos previram esse desenvolvimento

e voltaram a focar no *core business* do setor. Esses chamados bancos éticos surgiram, pela primeira vez, na década de 1980 e se concentram na coleta de poupança e na distribuição de créditos para alavancar obras de infraestrutura (PAULET et al., 2014). Os bancos éticos também analisam as metas sociais e ambientais de seus parceiros de negócios e baseiam sua decisão sobre financiar, ou não, um projeto por meio da consideração da meta subjacente em termos de sua estrutura social e ambiental (PAULET, 2011).

Intimamente ligada aos temas de cumprimento da *Sharia* mencionados anteriormente, a literatura atual examina a questão de se a ética e a justiça realmente têm esse alto significado nos serviços bancários islâmicos ou se a eficiência de custos e a maximização do lucro desempenham o papel principal dentro do setor (KHAN, 2010).

Tabela 3 – Tópicos atuais de pesquisa: Fundamentos e História

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Status dos juros ( <i>riba</i> ) nos Bancos Islâmicos	Ghannadian e Goswami (2004) Perry e Rehman (2011) Malik et al. (2011) Souaiaia (2014) Mallin et al. (2014)	+++
Cumprimento das regras da <i>Sharia</i>	Ghannadian e Goswami (2004) Haniffa e Hudaib (2007) Khan (2010) Malik et al. (2011) Mallin et al. (2014) Beck et al. (2013) Hamza (2013) Gheeraert (2014) Jawadi (2014)	++
Possibilidades de Auditoria	Perry e Rehman (2011) Hamza (2013) Azmat et al. (2014) Ginena (2014) Mohamad (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018).

Tabela 4 – Tópicos atuais de pesquisa: oportunidades

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Diminuição das diferenças legais entre os conselhos regulatórios dos países.	Perry e Rehman (2011) Azmat et al. (2014)	+++
Implantação de um Conselho Internacional de Supervisão da <i>Sharia</i>	Perry e Rehman (2011) Azmat et al. (2014)	+++
Cumprimento das regras da Basiléia	Lahrech et al. (2014)	++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

A Tabela 5 resume os atuais tópicos de pesquisa ligados à ética e sustentabilidade no sistema bancário islâmico.

Pode-se resumir que os incidentes dos últimos anos, especialmente relacionados aos da Crise Financeira Internacional de 2007/2008, forçaram os investidores a mudar seu comportamento e pensar sobre ética e sustentabilidade também em relação às decisões bancárias e financeiras (PAULET et al., 2014). Nesse contexto, os bancos islâmicos também se aplicam como uma alternativa atraente aos não muçulmanos (DUSUKI, 2008). Não só Khan, mas também Uppal e Mangla mostram, em sua pesquisa, que se a crescente competição no setor está afastando os bancos islâmicos do cumprimento das regras da Sharia para uma estratégia de maximização do lucro está sendo questionada cada vez mais (KHAN, 2010; UPPAL; MANGLA, 2014). Como os ensinamentos do Alcorão consideram a justiça e o bem-estar social como os mais importantes, os futuros tópicos de pesquisa sobre ética e sustentabilidade andam de mãos dadas com os temas fundamentais da pesquisa. Os autores citados veem o cumprimento genuíno das regras da Sharia, não apenas para atrair potenciais clientes, como o objetivo mais importante para perseguir os objetivos éticos do sistema bancário islâmico. Além disso, é necessário investigar como o rápido crescimento desse segmento afeta o foco na maximização do lucro.

A Tabela 6 apresenta oportunidades nessa linha de pesquisa, considerando sua relevância.

#### 4.3 Risco nas Finanças Islâmicas

Em teoria, devido à natureza pretendida de compartilhamento de lucros e perdas dos contratos

de financiamento islâmico, os lucros só podem ser obtidos se uma parte do risco for assumida por todas as partes envolvidas (KHAN, 2010). Em cada projeto, o risco é compartilhado entre o investidor e o empreendedor, o que significa que, se um projeto é bem-sucedido, as partes envolvidas compartilham o lucro e as perdas do empreendimento (AZMAT et al., 2014). Infelizmente, há uma queda constante no uso de instrumentos de participação nos lucros e perdas (PLS) dos bancos islâmicos. Khan e Bhatti (2008) argumentam que os formuladores de políticas em bancos islâmicos veem empréstimos ruins, potencial de alto

risco e previsões de lucros excessivamente otimistas em seus projetos financiados. Além disso, a falta de padrões e as altas despesas de execução e monitoramento podem ser vistas. Além disso, os bancos temem que os poupadores retirem, instantaneamente, seus depósitos assim que a PLS for introduzida (KHAN; BHATTI, 2008). Contudo, embora os requisitos regulatórios devam ser cumpridos, os bancos islâmicos não têm o mesmo grau de padronização e ferramentas de gerenciamento de risco que os bancos convencionais (EL-HAWARY; GRAIS; IQBAL, 2007). Assim, os bancos islâmicos estão, na verdade, mais ligados a um sis-

Tabela 5 – Tópicos atuais de pesquisa: Ética e Sustentabilidade

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Crise Financeira Internacional e Alteração no comportamento dos Clientes	Dusuki e Abdullah (2007) Dusuki (2008) Richardson (2008) Ahmed (2010) Masood et al. (2012) Mohamad (2014) Paulet et al. (2014) Abdelsalam et al. (2014) Mallin (2014)	+++
RSC e ética no Setor Financeiro	Haniffa e Hudaib (2007) Dusuki (2008) Hossan e Chowdhury (2011) Mallin (2014) Paulet et al. (2014)	+
Ética versus maximização dos lucros	Khan (2010) Uppal e Mangla (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018).

Tabela 6 – Futuros tópicos de pesquisa: Ética e Sustentabilidade

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Conformidade com as Regras da Sharia	Dusuki e Abdullah (2007) Richardson (2008) Dusuki (2008) Ahmed (2010) Khan (2010) Masood et al. (2012) Abdelsalam et al. (2014) Mallin (2014) Mohamad (2014) Paulet et al. (2014) Uppal e Mangla (2014)	+++
Ética versus maximização dos lucros em mercados crescentes	Khan (2010) Uppal e Mangla (2014)	++
Harmonização da ética com o desempenho dos produtos oferecidos	Khan (2010) Uppal e Mangla (2014)	++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).



“Como os ensinamentos do Alcorão consideram a justiça e o bem-estar social como os mais importantes, os futuros tópicos de pesquisa sobre ética e sustentabilidade andam de mãos dadas com os temas fundamentais da pesquisa.”

tema de transferência de riscos, como seus equivalentes convencionais, do que a um sistema de compartilhamento de risco compatível com a *Sharia* (IBRAHIM; MIRAKHOR, 2014). Para fomentar a pesquisa teórica e empírica mais “islâmica” sobre as possibilidades de uso do PLS, parece ser cada vez mais importante no futuro a exploração desse modelo de compartilhamento de ganhos e perdas (AZMAT et al., 2015).

Embora o risco de falência e o risco de crédito possam ser reduzidos devido à adoção de instrumentos de participação nos lucros e perdas, há um conjunto de riscos únicos que também devem ser levados em conta (UPPAL; MANGLA, 2014). Relacionado a isso, outro paradoxo interessante pode ser encontrado na literatura atual. Perry e Rehman (2011) criticam fortemente a má capitalização dos bancos islâmicos ao conduzir sua revisão de literatura sobre a globalização das finanças islâmicas. Seguindo em sentido oposto, um estudo quantitativo realizado por Beck et al. (2013) revela que os bancos islâmicos têm melhor capitalização e melhor qualidade de ativos do que seus equivalentes convencionais, o que é marcado como positivo, enquanto que um grande risco está em combinar diferentes maturidades. Os ativos islâmicos são geralmente de vencimento de longo prazo, enquanto os passivos

são, em sua maioria, de curto prazo, o que cria um risco contínuo de liquidez para lidar esse desequilíbrio (MALIK et al., 2011; PALDI, 2014). Um estudo publicado por Ginena (2014) aponta que o chamado risco *Sharia* também pode comprometer fortemente a eficiência de um banco islâmico.

O uso de instrumentos de *hedge* nas finanças islâmicas representa uma área de pesquisa embrionária. Devido ao fato de que esses instrumentos financeiros possuem elementos de risco (*gharar*) envolvidos, eles são tradicionalmente proibidos nos bancos islâmicos (SIDDIQUI, 2008). Ao contrário dos bancos tradicionais, os instrumentos de cobertura islâmica são usados para mitigar riscos reais e não para questões de especulação. Por essa razão, eles

não são comercializáveis como derivativos convencionais (MOHAMAD et al., 2014). Mohamad et al. (2014) revelaram dois grandes desafios na cobertura islâmica: como a especulação é proibida pelos princípios da *sharia* e os instrumentos de cobertura têm que cumprir esses princípios, há possibilidades limitadas de cobertura nos serviços bancários islâmicos. Em segundo lugar, as instituições bancárias islâmicas têm de ser capazes de fornecer soluções alternativas de cobertura para os seus clientes. O desafio, portanto, está no desenvolvimento de novos instrumentos de *hedge* para atender os riscos nas operações financeiras islâmicas (MOHAMAD et al., 2014). A Tabela 7 apresenta os temas atuais em riscos nas finanças islâmicas.

Tabela 7 – Tópicos atuais de pesquisa: Risco nas Finanças Islâmicas

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Compartilhamento dos riscos o sistema bancário islâmico	El-Hawary et al. (2007) Khan e Batti (2008) Ibrahim e Khan (2010) Mirakhor (2014) Azmat et al. (2014) Azmat et al. (2015)	++
Tipos de riscos (risco de liquidez, risco operacional, risco de <i>Sharia</i> ).	Malik et al. (2011) Perry e Rehman (2011) Beck et al. (2013) Ginena (2014) Paldi (2014) Uppal e Mangla (2014)	++
Hedge nas Finanças Islâmicas	Siddiqui (2008) Mohamad et al. (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018).

“Embora a *Sharia* prescreva participação nos lucros e perdas no sistema bancário islâmico, os instrumentos PLS são usados de forma decrescente pela maioria dos bancos islâmicos.”

Embora a *Sharia* prescreva participação nos lucros e perdas no sistema bancário islâmico, os instrumentos PLS são usados de forma decrescente pela maioria dos bancos islâmicos. Como Khan e Bhatti apontaram em sua pesquisa, isso resulta principalmente dos riscos e despesas cobertos pelo uso do PLS (KHAN; BHATTI, 2008). No futuro, portanto, será importante conduzir pesquisas intensas nessa área. Como Ibrahim e Mirakhor (2014) afirmam em seu artigo, isso é necessário para trazer os bancos islâmicos de um sistema de transferência de risco para um sistema de compartilhamento de lucros e perdas compatível com a *Sharia*.

Como descrito anteriormente, a cobertura dos riscos islâmicos será uma importante área de pesquisa no futuro, uma vez que é uma área nascente atualmente. Mohamad et al. (2014) enfatizam que essa importância se deve principalmente às possibilidades limitadas de cobertura nos bancos islâmicos, já que todo tipo de especulação é proibida. Por conseguinte, será importante gerar novas ideias para poder oferecer soluções alternativas de cobertura para os clientes bancários islâmicos.

A Tabela 8 apresenta alguns temas importantes a serem estudados no futuro com respeito aos riscos nas finanças islâmicas.

#### 4.4 Instrumentos Financeiros Islâmicos

Os instrumentos financeiros islâmicos são uma questão ampla-

mente discutida devido aos princípios subjacentes da proibição de juros (*riba*), bem como a proibição do risco (*gharar*) e do jogo (*may-sir*) (SIDDIQUI, 2008). Devido à variedade de instrumentos financeiros no sistema bancário islâmico, apenas uma pequena parte é discutida nesta seção do artigo.

Os tópicos mais relevantes atualmente lidam com o lado do financiamento da dívida nos bancos islâmicos. Uma vez que a banca islâmica é baseada no princípio da partilha de lucros e perdas, os modos de financiamento típicos em teoria são, por exemplo, *Musharakah* e *Mudarabah* (CHONG; LIU, 2009). Enquanto *Musharakah* implica compartilhamento completo de lucros e perdas, o *Mudarabah* é baseado apenas em participação nos lucros (SHAMSUDIN et al., 2014). No *Mudarabah*, o banco fornece todo o capital e está

financeiramente envolvido no sucesso de todo o projeto (CHONG; LIU, 2009). Uppal e Mangla (2014) examinam a estrutura de ativos dos bancos islâmicos e convencionais na região do Oriente Médio e Norte da África (Mena) nos anos de 2006 a 2010 e demonstram em seu artigo que quase nenhum financiamento de PLS é praticado em bancos islâmicos no período analisado. A forma de financiamento mais utilizada é o *Murabaha*. Na *Murabaha*, o banco possui o produto financiado, que é então transferido para o cliente. O banco, portanto, assume o risco total por um curto período de tempo (RETHEL, 2011).

A estrutura do *Sukuk* é comparável aos títulos convencionais, com a diferença de que o *Sukuk* tem que ser estritamente colocado no mercado em conformidade com os princípios da *Sharia*. Go-

Tabela 8 – Tópicos futuros de pesquisa: Risco nas Finanças Islâmicas

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Da transferência do risco ao compartilhamento real do risco	El-Hawary et al. (2007) Khan e Batti (2008) Khan (2010) Azmat et al. (2014) Ibrahim e Mirakhor (2014) Azmat et al. (2015)	+++
Conformidade da gestão de risco com os requisitos da <i>Sharia</i> e dos órgãos reguladores islâmicos	Siddiqui (2008) Khan (2010) Beck et al. (2013) Ginena (2014) Ibrahim e Mirakhor(2014)	++
Ferramentas islâmicas de hedge	Siddiqui (2008) Mohamad et al. (2014)	+++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

dlewski et al. (2013) definem três critérios para que a *Sukuk* seja compatível com a *Sharia*: (1) lastro em ativos tangíveis; (2) os investidores devem receber pagamentos de lucros após impostos e; (3) o valor de resgate deve corresponder ao preço de mercado real e não o valor investido (GODLEWSKI et al., 2013). De acordo com esses critérios, os autores concordam que há uma notável falta de conformidade com a *Sharia*, porque pelo menos um desses princípios é violado na maioria das vezes (MALIK et al., 2011; GODLEWSKI et al., 2013; AZMAT et al., 2014).

Em sentido oposto, os títulos convencionais parecem ter mais sucesso em períodos calmos (JAWADI, 2014). Godlewski et al. (2013) pesquisaram sobre a emissão de títulos *Sukuk* e convencionais, nos anos de 2002 a 2009, e afirmam que as questões da *Sukuk* desencadeiam reações negativas do mercado. A Tabela 9 resume com precisão os temas atuais de pesquisa sobre instrumentos financeiros no sistema bancário islâmico, conforme discutido anteriormente; e a Tabela 10 apresenta as sugestões de tópicos futuros de pesquisa.

Resumindo essa seção, o cumprimento da *Sharia* é uma questão importante quando se olha para pesquisas atuais sobre instrumentos financeiros islâmicos. Como já mencionado, os instrumentos de participação nos lucros e perdas representam apenas uma parte muito pequena do financiamento e do investimento dos bancos islâmicos. Por exemplo, o financiamento de *Murabaha* é criticado por Shamsudin et al. (2014), porque é baseado em juros, embora a *Sharia* proíba a *riba* e, portanto, os riscos operacionais também ocorram para os bancos islâmicos. No lado do investimento, os títulos islâmicos, chamados *Sukuk*,

são criticados também pelo cumprimento da *sharia* e pelo uso da PLS (GODLEWSKI et al., 2013). Devido ao fato de que os investidores veem o *Sukuk* negativamente porque vinculam as empresas menos saudáveis com a emissão do *Sukuk*. Como o estudo de Godlewski et al. (2013) revelou, é importante fazer mais pesquisas sobre o desempenho *Sukuk* para lançar luz sobre as incertezas dos clientes potenciais. No entanto, não apenas os instrumentos de financiamento e investimento precisam ser revisados para cumprir os padrões da *Sharia*.

#### 4.5 Coexistência entre Bancos Islâmicos e Bancos Convencionais

A recente crise financeira foi um desafio global e testou a re-

siliência do setor bancário como um todo (BOURKHIS; NABI, 2013). Beck et al. (2013) analisaram empiricamente o modelo de negócios, eficiência e estabilidade dos bancos islâmicos e convencionais, descobriram em seu estudo que, devido a uma melhor capitalização e maior qualidade dos ativos, os bancos islâmicos superaram os bancos convencionais em termos de crise. Chong e Liu (2009), que pesquisaram o sistema bancário islâmico na Malásia, apoiam essa visão e argumentam que os instrumentos de compartilhamento de risco e de PLS ajudam os bancos islâmicos a absorver melhor os choques do que os convencionais. O problema do excesso de liquidez, que parece ser devido aos instrumentos financeiros usados pelos bancos islâmi-

Tabela 9 - Tópicos atuais de pesquisa: Instrumentos Financeiros Islâmicos

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
financing structure of Islamic banks	Siddiqui (2008) Chong e Liu (2009) Rethel (2011) Godlewski et al. (2013) Azmat et al. (2014) Shamsudin et al. (2014) Uppal & Mangla (2014)	+++
bond compliance	Malik et al. (2011) Godlewski et al. (2013) Azmat et al. (2014)	++
Sukuk performance	Godlewski et al. (2013) Jawadi (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018)

Tabela 10 - Tópicos futuros de pesquisa: Instrumentos Financeiros Islâmicos

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Implementação de PLS e instrumentos de longo prazo	Siddiqui (2008) Chong e Liu (2009) Rethel (2011) Godlewski et al. (2013) Azmat et al. (2014) Shamsudin et al. (2014) Uppal e Mangla (2014)	+++
Melhoria da reputação (por exemplo, dos <i>Sukuks</i> )	Godlewski et al. (2013) Jawadi (2014)	+
Derivativos em IFIs	Siddiqui (2008) Mohamad et al. (2014)	+++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

cos, também apóia a visão de que os bancos islâmicos melhoraram o desempenho em períodos de crise. Por esse excesso de liquidez originalmente negativo, os choques podem ser mais facilmente interceptados (KHAN; BHATTI, 2008). Resumindo, os tópicos discutidos sobre a coexistência de bancos islâmicos e convencionais, e os tópicos atuais de pesquisa podem ser categorizados conforme apresentado na Tabela 11.

Holisticamente, as pesquisas atuais sobre a coexistência do sistema bancário islâmico e convencional enfocam as semelhanças e diferenças entre os dois setores. As questões testadas são principalmente a eficiência e estabilidade, bem como a qualidade dos ativos dos bancos islâmicos e convencionais em diferentes períodos econômicos. Apesar da maior qualidade de ativos e liquidez confirmada dos bancos islâmicos, os autores discordam sobre qual modelo é mais resistente à crise (BECK et al., 2013). A competição dentro do setor bancário islâmico e entre os bancos islâmicos e convencionais está crescendo, à medida que os bancos internacionais veem o potencial de lucro devido às altas taxas de crescimento anuais.

Mansour et al. (2010) destacam que os clientes muçulmanos mudariam para os bancos convencionais, porque hoje a “religião” não é o único critério de seleção importante ao se tomar decisões de investimento. Embora ambos os tipos estejam em competição uns com os outros, Gheeraert (2014) declara que ambos os tipos se complementam, levando a uma situação de mercado ideal. Prospectivamente, pesquisas futuras devem se concentrar em diretrizes regulatórias para gerenciar o rápido crescimento e a concorrência. Em muitas regiões do mundo, diretrizes

uniformes, como Basileia III, são usadas para todo o setor bancário, que muitas vezes não são adotáveis para os bancos islâmicos (PERRY; REHMAN, 2011). É questionável se um sistema uniforme é útil para regular o setor islâmico e convencional como um todo (ARISS, 2010). Outra abordagem pode ser a regulamentação separada que visa focalizar peculiaridades como os princípios da *Sharia* subjacentes, bem como o perfil de risco e a

estrutura de ativos dos diferentes tipos de bancos (PERRY; REHMAN, 2011). Em relação ao crescimento rápido, os autores examinam o desenvolvimento do sistema bancário islâmico na Europa. Como principalmente o Reino Unido desempenha um papel de liderança, será importante aplicar as lições aprendidas a outros países na Europa e complementar essas conclusões com ajustes regulatórios razoáveis. (Tabela 12).

**Tabela 11 – Tópicos atuais de pesquisa: Coexistência entre Bancos Islâmicos e Bancos Convencionais**

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Desempenho em momentos econômicos diferentes	Khan e Bhatti (2008) Chong e Liu (2009) Khan (2010) Bourkhis e Nabi (2013) Johnes et al. (2014)	+++
Sistema bancário dualista	Hassan et al. (2008) Chong e Liu (2009) Mansour et al. (2010) Ariss (2010) Malik et al. (2011) Fang e Foucart (2013) Abedifar et al. (2014) Gheeraert (2014) Uppal e Mangla (2014)	++
Bancos Islâmicos na Europa	Khan e Bhatti (2008) Mansour et al. (2010) Perry e Rehman (2011) Di Mauro et al. (2013)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018)

**Tabela 12 - Tópicos futuros de pesquisa: Coexistência entre Bancos Islâmicos e Bancos Convencionais**

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Estrutura regulatória unificada versus individual	Ariss (2010) Perry e Rehman (2011) Gheeraert (2014)	++
Impacto da Competição	Hassan et al. (2008) Chong e Liu (2009) Mansour et al. (2010) Ariss (2010) Malik et al. (2011) Fang e Foucart (2013) Abedifar et al. (2014) Gheeraert (2014) Uppal e Mangla (2014)	++
Reino Unido: Um exemplo de sucesso?	Khan e Bhatti (2008) Mansour et al. (2010) Perry e Rehman (2011) Di Mauro et al. (2013)	+++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).



## 5. Considerações Finais

Este artigo forneceu uma visão atual sobre a pesquisa acerca de finanças e bancos islâmicos. Nesse contexto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, por meio da técnica de bibliometria, para definir tópicos importantes de pesquisa por meio de um processo de codificação bem validado. Entre os tópicos especificados, as áreas de pesquisa atuais são analisadas. Em um próximo passo, inconsistências e contradições dentro da literatura são discutidas. Dos resultados da revisão de literatura, futuras proposições de pesquisa são finalmente elaboradas. O artigo demonstra que já existe muita literatura sobre o sistema bancário islâmico, mas apenas uma pequena parte está representada nos principais periódicos até agora.

Com relação aos princípios da *Sharia*, o sistema bancário islâmico, com seus objetivos sociais e éticos subjacentes, é capaz de servir como uma alternativa ética dentro do setor bancário internacional. Por essa razão, considera-se necessário criar um conjunto estrito

de regras que proíba a evasão dos princípios da *Sharia*. Um Conselho Independente deveria, por exemplo, monitorar essas regras e impor sanções em caso de violação. Apesar dos princípios éticos existentes, os bancos islâmicos devem incentivar o desenvolvimento adicional nessa área. Ao selecionar parceiros de negócios como alvos de financiamento e investimentos, as transações não conformes à *Sharia* são rejeitadas, mas, por exemplo, as preocupações ecológicas e ambientais ainda não são levadas em conta por conta desses bancos (MOHAMAD, 2014). O setor financeiro e os bancos islâmicos, com seus ideais religiosos e éticos em particular, devem, portanto, lutar por um desenvolvimento mais sustentável dentro do setor financeiro (RICHARDSON, 2008).

Os tópicos futuros de pesquisa em finanças islâmicas podem ser categorizados da seguinte maneira: i) melhoria do quadro regulamentar / implementação do órgão regulador; ii) conformidade com as regras da *Sharia*; iii) implementação holística de diretrizes éticas; iv) utilização de PLS (no lado de financiamento e investimento) / correspondência ou

equilíbrio de seus vencimentos; v) análise dos derivativos e ferramentas de *hedge* islâmico; e vi) ocidentalização do sistema bancário islâmico.

Uma extensa literatura empírica surgiu na última década, investigando questões bancárias e financeiras islâmicas. O sistema bancário islâmico pode ajudar a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico. Atualmente, uma gama mais ampla de problemas está sendo analisada, incluindo o *link* entre o sistema bancário islâmico e o desenvolvimento econômico e financeiro, a difusão de Bancário islâmico, o papel dos supervisores de *Sharia*, questões de governança e responsabilidade social corporativa. Além disso, como muitas instituições islâmicas baseiam-se nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e como suas economias são principalmente impulsionados pelos preços do petróleo, pesquisas futuras poderiam investigar em qual medida tais fatores influenciam o desempenho e o risco dos bancos islâmicos. Adicionalmente, sugere-se que seja feita uma revisão bibliométrica, utilizando-se de outras bases de periódicos como, por exemplo, na plataforma multidisciplinar Scopus.

“A competição dentro do setor bancário islâmico e entre os bancos islâmicos e convencionais está crescendo, à medida que os bancos internacionais veem o potencial de lucro devido às altas taxas de crescimento anuais.”

## 6. Referências

ABDELSALAM, O., DUYGUN, M., MATALLÍN-SÁEZ, J. C.; TORTOSA-AUSINA, E. Do ethics imply persistence? The case of Islamic and socially responsible funds. *Journal of Banking & Finance*, v. 40, p. 182-194, 2014.

AFONSO, M. H. F., SOUZA, J. V. de, ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN L. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo Proknow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 5, n. 2, p. 47-62, 2012.

AHMED, A. Global financial crisis: an Islamic finance perspective. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.3, n. 4, p. 306-320, 2010.

ARISS, R. T. Competitive conditions in Islamic and conventional banking: A global perspective. *Review of Financial Economics*, v. 19, n.3, p. 101-108, 2010.

AZMAT, S.; SKULLY, M.; BROWN, K. The Shariah compliance challenge in Islamic bond markets. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 28, p. 47-57, 2014.

AZMAT, S.; SKULLY, M.; BROWN, K. Can Islamic Banking Ever Become Islamic? *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 3, p. 34-51, 2015.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo (7a ed.)*. Lisboa: Portugal LDA, 2009.

BECK, T.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; MERROUCHE, O. (2013). Islamic vs. conventional banking: Business model, efficiency and stability. *Journal of Banking & Finance*, v. 37, n. 2, p. 433-447, 2013.

BORTOLUZZI, S. C., ENSSLIN, S. R., ENSSLIN, L.; VALMORBIDA, S. M. I. A avaliação de desempenho em redes de pequenas e médias empresas: estado da arte para as delimitações postas pelo pesquisador. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios*, v.4, n. 2, p. 202-222. 2011.

BOURKHIS, K.; NABI, M. S. Islamic and conventional banks' soundness during the 2007–2008 financial crisis. *Review of Financial Economics*, v. 22, n. 2, p. 68-77, 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The SAGE Handbook of Qualitative Research (Vol. 4)*. London: SAGE Publications Ltd, v.4, p. 12-34, 2011.

DI MAURO, F., CARISTI, P., COUDERC, S., DI MARIA, A., HO, L., GREWAL, B. K.; ZAHER, S. *Islamic Finance in Europe*, v.2, p. 143-154, 2013.

DUSUKI, A. Understanding the objectives of Islamic banking: a survey of stakeholders' perspectives. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.1, n. 2, p. 132-148, 2008.

DUSUKI, A.; ABDULLAH, N. Why do Malaysian customers patronise Islamic banks? *International Journal of Bank Marketing*, v. 25, n.3. p. 142-160, 2007.

EL-HAWARY, D., GRAIS, W.; IQBAL, Z. Diversity in the regulation of Islamic Financial Institutions. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 46, n.5, p. 778-800, 2007.

ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R.; LACERDA, R. T. O.; TASCIA, J. E. ProKnow-C, Knowledge Development Process- Constructivist. 2010. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil, 2010.

EY. *World Islamic Banking Competitiveness Report 2013–14*. 2014. Disponível em: <<http://www.ey.com.br/Publication/wwLUAssets/EY.pdf>> Acesso em 14 mai. 2018.

FANG, E. S.; FOUCCART, R. Western Financial Agents and Islamic Ethics. *Journal of Business Ethics*, v. 123, n. 3, p. 475-491, 2013.

GHANNADIAN, F. F.; GOSWAMI, G. Developing economy banking: the case of Islamic banks. *International Journal of Social Economics*, v. 31, n.8, p. 740-752, 2004.

---

GHEERAERT, L. Does Islamic finance spur banking sector development? *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 103, p. 4-20, 2014.

---

GINENA, K. Sharī'ah risk and corporate governance of Islamic banks. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, v. 14, n. 1, p. 86-103, 2014.

---

GODLEWSKI, C. J., TURK-ARISS, R.; WEILL, L. (2013). Sukuk vs. conventional bonds: A stock market perspective. *Journal of Comparative Economics*, v. 41, n.3, p. 745-761, 2013.

---

HAMZA, H. Sharia governance in Islamic banks: effectiveness and supervision model. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.6, n.3, p. 226-237, 2013.

---

HANIFFA, R.; HUDAIB, M. Exploring the Ethical Identity of Islamic Banks via Communication in Annual Reports. *Journal of Business Ethics*, v. 76, n. 1, p. 97-116, 2007.

---

HASSAN, A.; CHACHI, A.; LATIFF, S. A. Islamic Marketing Ethics and its impact on customer satisfaction in the Islamic Banking industry. *Journal of Islamic Economics*, v. 21, n. 1, p. 23-40, 2008.

---

HOSSAN, J.; CHOWDHURY, M. Ethical issues as competitive advantage for bank management. *Humanomics*, v. 27, n. 2, p.109-120, 2011.

---

IBRAHIM, M. H.; MIRAKHOR, A. Islamic finance: An overview. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 28, p. 2-6, 2014.

---

JAWADI, F.; W. LOUCHICHI. Conventional and Islamic stock price performance: An empirical investigation. *International Economics*, v. 137, p. 73-87, 2014.

---

JOHNES, J.; IZZELDIN, M.; PAPPAS, V. A comparison of performance of Islamic and conventional banks 2004–2009. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 103, 93-107, 2014.

---

KHAN, F. How 'Islamic' is Islamic Banking? *Journal of Economic Behavior & Organization*. 2010, v. 76, n. 3, p. 805- 820.

---

KHAN, M.; BHATTI, I. Islamic banking and finance: on its way to globalization. *Managerial Finance*. 2008, v. 34, n. 10, p. 708-725, 2008.

---

LAHRECH, N.; LAHRECH, A.; BOULAKSIL, Y. Transparency and performance in Islamic banking. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.7, n. 1, p. 61-88, 2014.

---

MALIK, M., MALIK, A.; MUSTAFA, W. Controversies that make Islamic banking controversial: An analysis of issues and challenges. *American Journal of Social and Management Sciences*, v.1, n.1, p. 41-46, 2011.

---

MALLIN, C.; FARAG, H.; OW-YONG, K. Corporate social responsibility and financial performance in Islamic banks. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 103, p. 21-38, 2014.

---

MANSOUR, W.; BEN ABDELHAMID, M.; MASOOD, O.; NIAZI, G. S. K. Islamic banking and customers' preferences: the case of the UK. *Qualitative Research in Financial Markets*, v.2, n. 3, p. 185-199, 2010.

---

MASOOD, O.; ABDUL REHMAN, A.; MASOOD, O. Why do customers patronize Islamic banks? A case study of Pakistan. *Qualitative Research in Financial Markets*, v.4, n. 2, p. 130-141, 2012.

---

MOHAMAD, S. Is Islamic Finance, Social Finance? *Journal of Emerging Economies and Islamic Research*, v. 2, n. 2, p. 87-109, 2014.

---

MOHAMAD, S.; OTHMAN, J., ROSLIN, R.; LEHNER, O. M. The use of Islamic hedging instruments as non- speculative risk management tools. *Venture Capital*, v. 16, n. 3, p.207-226, 2014.

---

MORAES, R. *Análise de Conteúdo*. Revista de Educação de Porto Alegre, n. 37, 1999.

---

PALDI, C. Capital Adequacy, Liquidity, and Risk: Is Islamic Banking Too Expensive? *Journal of Finance and Bank Management*, v. 2, n. 2, p. 173-177, 2014.

---

PAULET, E.; PARNAUDEAU, M.; RELANO, F. Banking with Ethics: Strategic Moves and Structural Changes of the Banking Industry in the Aftermath of the Subprime Mortgage Crisis. *Journal of Business Ethics*, v. 12, n. 33, p. 112-132, 2014.

---

PERRY, F.; REHMAN, S. Globalization of Islamic Finance: Myth or Reality. *International Journal of Humanities and Social Science*. 2011, v. 1, n. 19, p. 107-119.

---

RETHEL, L. Whose legitimacy? Islamic finance and the global financial order. *Review of International Political Economy*. 2011, v. 18, p. 18(1), 75-98.

---

SIDDIQUI, A. Financial contracts, risk and performance of Islamic banking. *Managerial Finance*. 2008, v. 34, n. 10, p. 680-694.

---

SOUAIAIA, A. E. *Theories and Practices of Islamic Finance and Exchange Laws: Poverty of Interest*, 2014.

---

UPPAL, J.; MANGLA, I. Islamic Banking and Finance Revisited after Forty Years: Some Global Challenges. *Journal of Finance Issues*. 2014, v. 13, n. 1, p. 16-27.

---





# Assurance: um estudo da verificação externa dos indicadores de sustentabilidade no Brasil

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa. Desse modo, quanto aos objetivos esta pesquisa, é classificada como descritiva, de abordagem qualitativa, por meio de procedimento documental. A amostra deste estudo consiste nas empresas listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que submeteram os indicadores GRI-G4 à verificação externa, nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os resultados permitiram conhecer quais indicadores foram submetidos à verificação externa, dentre eles destacam-se: o G4-10, relativo à força de trabalho; G4-20, o qual delimita a materialidade; G4-EC1, G4-EC2, G4-EC3 e G4-EC4, que se relacionam com desempenho econômico; e os G4-SO3, G4-SO4 e G4-SO5 relacionados aos indicadores de combate à corrupção. Adicionalmente, a pesquisa identificou que os setores de Utilidade Pública, Financeiros e Outros, Bens Industriais e Consumo não cíclico se destacaram em relação à asseguuração dos indicadores de sustentabilidade. E que ainda, relativamente às empresas prestadoras de serviços, há preferência pelas auditorias independentes.

## Rachel da Silva Caldas

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil (2018).

*E-mail:* rachelcaldasaraujo@gmail.com

## Gabriela Borges Silveira

É mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil (2018). Atua como professora substituta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil.

*E-mail:* gabi\_confiante@yahoo.com.br

## Luiz Alberton

É doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil (2002) e associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

*E-mail:* luiz.alberton@ufsc.br



## 1. Introdução

A Sustentabilidade Empresarial (SE) surge em um ambiente competitivo, no qual empresas passaram a serem vistas não somente pelo desempenho econômico, mas também pelos impactos causados por suas atividades ao meio ambiente. Nesse contexto, a sociedade pressiona as empresas para que elas assumam suas responsabilidades com o desenvolvimento sustentável do planeta (Coral, 2002). Desse modo, o tripé da sustentabilidade empresarial, também chamado de *Triple Bottom Line*, define que desenvolvimento sustentável está no equilíbrio entre os ganhos e perdas nas dimensões de ordem econômica, social e ambiental (Elkington, 1998; Owen, 2013).

A notória mobilização internacional, a pressão dos governos e dos *stakeholders* levaram as empresas a aumentarem suas práticas de responsabilidade corporativa, e a divulgarem tais informações por meio de Relatórios de Sustentabilidade (RS) (Lenzen, Dey & Murray, 2004). Pesquisas, como da KPMG (2011), apontam que os RS vêm se estabelecendo firmemente como componentes da divulgação corporativa, uma vez que, 95% das 250 maiores corporações do mundo os publicam separadamente. Da mesma forma, a proporção de empresas que buscam a asseguuração externa desses relatórios cresceu de 29% em 2002 para 63% em 2015 entre as 250 maiores empresas do mundo (KPMG, 2015).

Dessa maneira, com o intuito de desenvolver normas globais para a elaboração de RS, a *Global Reporting Initiative* (GRI) criou diretrizes para a emissão de RS e indicadores padronizados para serem utilizados universalmente (GRI, 2013). Dentre as diretrizes desenvolvidas, destaca-se o padrão

GRI-G4, o qual foi baseado em conteúdos e indicadores acordados internacionalmente para que haja a comparabilidade e que atenda à necessidade de diversos *stakeholders*. Atualmente, as diretrizes da GRI são utilizadas em mais de 90 países, fornecendo os padrões mais utilizados no mundo sobre relatórios e divulgação de sustentabilidade (GRI, 2017). A GRI ainda recomenda que seja feita a verificação externa dos RS e que sejam indicados no Sumário de Conteúdo da GRI quais indicadores foram objeto de tal revisão.

Neste contexto, a verificação externa objetiva a validação e confiabilidade das informações relatadas e por isso os RS também devem ser revisados de forma independente, para assegurar as informações neles prestadas (Zaro, Pastre & Alberton, 2015). Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) afirmam que a prática de asseguuração externa dos RS funciona como um mecanismo de controle útil para aumentar a credibilidade das informações divulgadas e aumentar a confiança dos usuários.

Ainda de acordo com a pesquisa Emissão de Relatórios de Responsabilidade Corporativa da KPMG (2011), as empresas brasileiras foram as que mais divulgaram RS entre os países emergentes que fazem parte do bloco do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). E, das empresas no mundo que recorrem à

verificação externa, a pesquisa demonstrou que o Brasil ocupa a 14ª posição, apontando que as empresas brasileiras publicam e auditam cada vez mais as informações relativas à sustentabilidade.

Silveira, Alberton e Vicente (2017) afirmam que a asseguuração externa pode fornecer aos usuários credibilidade das informações de caráter socioambientais, mesmo que, ainda, de forma limitada; puderam concluir que, entre as diretrizes utilizadas para elaboração dos RS, a GRI é a proposta dominante, presente em 97,14% dos relatórios analisados, sendo que 79,41% delas procederam em asseguará-los.

Dado a esse contexto, indaga-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais são os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa?** Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa é identificar os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa.

Segundo a GRI (2013), ao seguir a recomendação do uso da verificação externa dos indicadores de sustentabilidade, as organizações podem conquistar um grau mais elevado de credibilidade dos seus relatórios. Luna, Gomes, Martinez, Cordeiro Filho e Bomfim (2017) afirmam que a qualidade e a credibilidade das informações publicadas nos RS obtidas pelo procedimento de asseguuração externa fazem com que as partes interessadas da empresa sintam mais confiança nas ações socioambientais adotadas por estas, avocando, dessa forma, mais investimentos e agregando mais valor ao negócio. Isso demonstra que o mercado está atento às práticas empresariais em torno da questão socioambiental, e que os investidores valorizam mais as empresas que prezam por maior transparência das informações dessa natureza.



Assim, esta pesquisa justifica-se por verificar quais os aspectos da sustentabilidade têm sido alvo de preocupação das empresas por meio dos indicadores assegurados e por demonstrar, de forma qualitativa, a proporção dos conteúdos verificados externamente, uma vez que a verificação externa dos RS é considerada uma prática voluntária por parte das empresas. Ressalta-se que esta pesquisa se diferencia dos demais estudos relacionados à asseguaração dos RS (Wallage, 2000; Hasan, Roebuck & Simnett 2003; Deegan, Cooper & Shelly, 2006; Simnett *et al.*, 2009; Gomes, 2012; Zaro *et al.*, 2015; Silveira *et al.*, 2017), uma vez que o enfoque persiste no conteúdo e nos aspectos dos relatórios assegurados, além de contribuir com a incipiente temática de asseguaração dos RS no Brasil.

E, ainda, no contexto empresarial, o fato de as necessidades das organizações tornarem-se sustentáveis e confiáveis reafirma a importância de pesquisas nessa área. Nesse sentido, Perego e Kolk (2012) afirmam que as práticas de asseguaração dos RS exercem um papel relevante no desenvolvimento e na sustentação da responsabilidade para com a sustentabilidade. Os autores ressaltam a falta de análises que demonstrem como a asseguaração dos RS tem sido difundida ao longo do tempo, em diferentes contextos nacionais e dos diversos tipos de prestadores de garantia.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Verificação externa dos indicadores de sustentabilidade (*Assurance*)

Segundo a NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL (CFC, 2009, p.4), asseguaração consiste no trabalho em que o profissional independente “[...] visa obter evidências apropria-

das e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis”. Assim, o relatório de asseguaração sobre as informações de sustentabilidade de uma organização surge devido à necessidade de emissão de opinião de um profissional que forneça alguma garantia de que as informações contidas no RS sejam confiáveis (Almeida, 2014).

A verificação externa dos RS tem como principais objetivos: garantir a veracidade da informação; contribuir para a credibilidade de todo o processo de gestão; assegurar que os recursos estão sendo empregados de forma eficaz; contribuir para a melhoria contínua do processo de divulgação; assegurar aos *stakeholders* e potenciais investidores que os riscos de gestão são administrados com eficácia; e demonstrar o compromisso da entidade em melhorar o seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2011). Esta revisão, feita por entidades independentes da organização auditada, pode ser realizada por profissionais classificados em três grupos: empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas) (GRI, 2013).

Nessa perspectiva, Simnett *et al.* (2009) buscaram identificar os fatores explicativos da asseguaração dos RS e da escolha do prestador de garantia para uma amostra de 2.113 empresas de 31 países diferentes que emitiram RS entre os anos de 2002 e 2004. O estudo sustentou a hipótese de que a garantia e a escolha do prestador de garantia está em função dos fatores relacionados à empresa, indústria e país.

No entanto, Perego e Kolk (2012), ao estudarem a evolução

das práticas de asseguaração dos RS das empresas que fazem parte da *250 Fortune Global*, durante um período de dez anos, constataram que 51,7% dos relatórios são assegurados por empresas de auditoria contábil, 22,2% por especialistas em sustentabilidade, 11,1% por certificadoras e 15% por outros tipos de organizações. Corroboram Zaro *et al.* (2015), em seu estudo sobre a asseguaração dos RS das empresas brasileiras listadas na carteira do ISE 2013, que 69% da carteira ISE 2013 adotaram a prática de asseguaração dos RS, das quais 71% delas foram realizadas por empresas de auditoria independente.

Nesse aspecto, Silveira *et al.* (2017) concluíram que 82,1% dos trabalhos de asseguaração dos RS das empresas ISE 2016 foram feitos por empresas de Auditoria independente, sendo que as empresas dos setores de energia Elétrica e Bancos foram as que mais submeteram os seus relatórios a verificação externa.

A estrutura e o conteúdo dos relatórios de asseguaração externa podem variar dependendo do escopo da garantia (Hasan *et al.*, 2003), ou seja, as normas de asseguaração objetivam instituir princípios e orientação ao profissional independente, porém, o trabalho de asseguaração é flexível aos objetivos desejados pelos usuários (Almeida, 2014).

Dessa maneira, normas como a brasileira NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguaração Diferente de Auditoria e Revisão), equivalente à norma internacional Isae 3000 do lasb (2003) (*International Standard on Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*), aprovada pela Resolução CFC n.º 1.160/2009, que institui dois níveis para os trabalhos de asseguaração: limitada e razoável. A asseguaração razoável reduz o risco do trabalho a um nível aceitável-

mente baixo, enquanto a assegu-  
ração limitada tem por objetivo  
“[...] reduzir o risco do trabalho a  
um nível aceitável nas circunstân-  
cias, porém em um nível maior de  
risco do que em trabalho de asse-  
guração razoável” (NBC TO 3000,  
2009, p. 1).

Nesse sentido, Wallage (2000)  
aborda as primeiras tentativas de  
garantia de relatórios de sustenta-  
bilidade ao analisar o relatório de  
asseguração da Shell do ano 2000  
ao levantar questões relativas à es-  
trutura dos relatórios, normas de  
asseguração, procedimentos téc-  
nicos e critérios de asseguração,  
independência e a habilidade do  
auditor. O autor afirma que a veri-  
ficação dos RS é um serviço de ga-  
rantia muito desafiador para os au-  
ditores devido à falta de padrões,  
aos procedimentos e aos critérios  
estabelecidos para a elaboração e  
asseguração dos relatórios, dada a  
imprecisão de quais são os limites  
das responsabilidades ambientais e  
sociais das empresas.

Hasan et al., (2003) examina-  
ram diferentes formatos de rela-  
tórios de asseguração dos RS, os  
quais consistiram em: parecer em  
formato de procedimentos, pa-  
recer de garantia negativo, pa-  
recer de garantia positiva e parecer  
de garantia positiva com parágrafo

de limitação. Os autores apli-  
caram questionários a 792 acio-  
nistas, com o intuito de verificar  
quais dos tipos de relatórios for-  
necia mais segurança na percep-  
ção do usuário da informação,  
sendo que os resultados indica-  
ram que o relatório em formato  
de procedimentos foi interpreta-  
do por eles com um nível maior  
de segurança. Nesse aspecto, De-  
egan et al. (2006) analisaram 170  
relatórios de asseguração das em-  
presas do Reino Unido e da Euro-  
pa entre os anos de 2000 a 2003.  
As conclusões deste estudo indica-  
ram ampla variedade nos conteú-  
dos de garantia, além de destaca-  
rem a necessidade de orientações  
e regulamentação na área, devido  
à não compreensão por grande  
parte dos usuários da informação.

Gomes (2012) verificou o esta-  
do da arte da auditoria dos rela-  
tórios de sustentabilidade das 117  
maiores empresas portuguesas  
nos anos de 2008, 2009 e 2010.  
Os objetivos do estudo compre-  
enderam identificar os normati-  
vos utilizados para a elaboração e  
verificação dos RS; as empresas de  
auditoria mais procuradas; a es-  
trutura dos relatórios de assegura-  
ção; e os procedimentos utilizados  
no processo de garantia externa.  
Os resultados demonstraram que

as diretrizes da GRI são as normas  
mais utilizadas pelas empresas  
para a elaboração dos RS, e a nor-  
ma mais aplicada na orientação da  
abordagem da verificação externa  
adotada pelos prestadores de ga-  
rantia é a Isae 3000 (IASB, 2003).

O escopo da asseguração tam-  
bém está intimamente relacionado  
à estrutura e conteúdo dos RS. As-  
sim, o tipo de informação assegura-  
da está a depender da forma e  
do critério de elaboração e publica-  
ção dos relatórios. Conforme o mo-  
delo de reporte GRI-G4 (2013), as  
empresas devem apresentar um su-  
mário ao final do RS com os indica-  
dores relativos às práticas de sus-  
tentabilidade adotadas por elas. O  
conteúdo desses indicadores pode  
variar de acordo com a escolha da  
empresa em relatar entre a opção  
“de acordo” com “Essencial” (*Core*)  
ou “Abrangente” (*Comprehensive*).  
A opção Essencial comporta  
elementos considerados essenciais  
para um RS, relatando impactos do  
seu desempenho econômico, am-  
biental, social e de governança. Já  
na opção Abrangente adiciona-se  
a divulgação de informações sobre  
a estratégia, análise, governança,  
ética e integridade da organização,  
relatando de forma mais ampla os  
aspectos materiais identificados.

No sumário, ainda há uma co-

“O escopo da asseguração também está intimamente relacionado à estrutura e conteúdo dos RS. Assim, o tipo de informação assegurada está a depender da forma e do critério de elaboração e publicação dos relatórios.”



luna específica para a indicação da verificação externa por indicador. Dessa forma, a GRI orienta que seja indicado quando um determinado indicador foi submetido à verificação externa e, se em caso afirmativo, solicita que seja indicada a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório (GRI, 2013).

### 3. Procedimentos Metodológicos

Para identificar os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa, foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa por meio de pesquisa de levantamento com dados secundários.

Para o levantamento dos dados, coletaram-se as informações secundárias das empresas, disponíveis nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) no sítio eletrônico de cada empresa, Relatórios de Asseguração Independente no RS e o cadastro das empresas no *site* da B3. Ressalta-se que os dados de fontes secundárias foram coletados entre os meses de maio e setembro de 2017. Ainda, o período de análise teve por base os anos de 2014, 2015 e 2016, dado o lançamento da diretriz GRI-G4 em 2013, comportando um maior número de relatos a partir do ano de 2014.

A população da pesquisa compreende as 446 empresas listadas (B3). Entre as empresas listadas, foram selecionadas as 160 empresas, que publicaram RS durante o período de análise; destas, foram selecionadas as 74 empresas que utilizaram a metodologia GRI-G4 e, por fim, selecionadas para a composição da amostra apenas aquelas que submeteram os indicadores GRI-G4 a verificação. Assim a amostra final constitui-se

em 32 empresas. A Tabela 1 apresenta as empresas componentes da amostra da presente pesquisa, diferenciadas de acordo com tipo de abrangência do relatório GRI-G4.

Ressalta-se que, durante os três anos analisados (2014-2016), constam 32 empresas na amostra. No entanto em cada ano esse número pode variar, pois nem todas as empresas disponibilizaram os dados necessários em todos os anos, sendo que apenas nove (9) das empresas procederam à verificação externa em todos os anos. Optou-se por prosseguir com a pesquisa dessa forma, pois se acredita que quanto maior o número de informações, maior é a possibilidade de inferência sobre realidade das empresas brasileiras.

Para operacionalizar esta pesquisa, optou-se por instrumento de coleta dos tipos de informações de sustentabilidade verificados externamente o próprio Sumário Remissivo da GRI-G4, elaborado pela própria diretriz e disponibilizado pelas

empresas em anexo ao RS. Após o levantamento dos dados, eles foram organizados em planilhas eletrônicas para, então, proceder à análise dos indicadores de sustentabilidade assegurados pelas empresas brasileiras.

### 4. Apresentação e Análise dos Dados

Ao observar a verificação externa dos indicadores de sustentabilidade das 32 empresas que emitiram os RS, conforme o modelo GRI-G4, notou-se que a forma como as empresas dispõem da asseguarção de tais indicadores difere, uma vez que a emissão e asseguarção dos RS constituem-se em práticas voluntárias. Assim, quantidade de empresas por ano varia em 29 em 2014, 17 em 2015 e 10 em 2016, conforme demonstra a Tabela 2.

As empresas componentes da amostra pertencem a oito setores diferentes, de acordo com a

Tabela 1 – Empresas da amostra por tipo de abrangência

Essencial			Abrangente		
1	AES TIETE	13	ITAUNIBANCO	1	BRASIL
2	BRDESCO	14	KLABIN S/A	2	CELESC
3	BRASKEM	15	LIBRA T RIO	3	CELUL IRANI
4	CEMIG	16	LOJAS RENNER	4	CPFL ENERGIA
5	CIELO	17	M.DIASBRANCO	5	DURATEX
6	COPEL	18	MINERVA	6	ELEKTRO
7	ECORODOVIAS	19	NATURA	7	ITAUSA
8	ELETROPAULO	20	RENOVA	8	PETROBRAS
9	ENERGIAS BR	21	TELEF BRASIL	9	SANTANDER BR
10	EVEN	22	TRIUNFO PART		
11	GOL	23	WHIRLPOOL		
12	INVEPAR				

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Tabela 2 – Emissão anual das empresas da Amostra

Relatos das Empresas da Amostra	2014	2015	2016
Informou por indicador a verificação externa.	29	17	10
Verificação externa do RS em geral.	1	12	16
Não houve verificação externa.	2	2	3
Não publicou RS.		1	1
Publicou em outros padrões			2

Fonte: dados da pesquisa (2017).

nomenclatura disponibilizada B3, como mostra Tabela 3.

De acordo com a Tabela 3, de um universo de 56 RS assegurados por indicador de sustentabilidade, 16 (28,57%) pertencem ao setor de Utilidade Pública, seguido pelos setores de Financeiros e Outros com 14 relatórios (25%); Bens Industriais e Consumo não Cíclico com oito assegurações (14,28%) cada um; Materiais Básicos em quatro relatórios (7,15%); Telecomunicações representado por três relatórios (5,35%); Consumo não Cíclico com dois relatórios (3,57%) e Petróleo, Gás e Biocombustíveis por 1 relatório (1,78%).

Do setor de Utilidade Pública, os 16 relatórios pertencem a empresas que atuam no ramo de Energia Elétrica, enquanto no setor de Financeiro e Outros 12 dos 14 relatórios são de empresas que exercem atividades do segmento de Bancos. Esses resultados se assemelham aos encontrados por Silveira et al. (2017) ao constatarem que a maioria das empresas ISE 2016 que submeteram os RS à verificação externa pertenciam a estes mesmos setores e, ainda, ressaltam que as agências (Anel e Bacen) que regulamentam estes setores orientam fortemente a divulgação das práticas socioambientais. E isso vai ao encontro da proposição de Simnett et al. (2009) de que a verificação dos RS está, também, associada a fatores relacionados ao setor em que a organização atua.

Com base nas informações dos relatórios de asseguarção contidos nos RS, identificaram-se as empresas prestadoras dos serviços de asseguarção externa, conforme demonstrado na Tabela 4.

Nota-se que, em todos os anos analisados, as empresas de auditoria independente realizaram a maioria dos trabalhos de asseguarção dos indicadores relacionados à sustentabilidade da GRI-G4 com

82,75% em 2014; 88,24% em 2015 e 90% em 2016. As empresas certificadoras foram responsáveis em 13,80% em 2014, 11,76% em 2015 e 10% em 2016 dos trabalhos. Já as empresas especialistas em consultoria na área de Sustentabilidade participaram em somente 3,45% das assegurações no ano 2014. Esses resultados apontam que as firmas de auditoria contábil independente possuem certa credibilidade no ramo de verificação e validação de informações e corroboram as evidências apontadas por Perego e Kolk (2012), Gomes (2012) e Zaro et al. (2015) e Silveira et al. (2017).

Com relação à descrição dos indicadores, observou-se que o Sumário Remissivo da GRI distribui os aspectos da sustentabilidade em Conteúdos Padrão Gerais e Específicos, que varia de acordo com a abrangência do relatório, Essencial ou Abrangente, a qual empresa optou em relatar. Os Conteúdos Padrão Gerais aplicam-se a todas as organizações que elaboram RS e dividem-se em sete partes: Estratégia e Análise, Perfil Organizacional, Aspectos Materiais Identificados e Limites, Engajamento de *Stakeholders*,

Perfil do Relatório, Governança e Ética e Integridade; já, para Conteúdos Padrão Específicos, é organizado em três Categorias: Econômica, Ambiental e Social.

Ao nível Essencial, a análise dos Indicadores Gerais mostra que, em relação ao Perfil Organizacional, o indicador mais verificado em 2014 foi o G4-10, sendo evidenciado em 95% das empresas da amostra. O mesmo indicador, em 2015 e 2016, foi verificado por 100% das empresas; esse indicador é relacionado à força de trabalho, que descreve o número total de empregados por contrato de trabalho e gênero.

Em relação aos Aspectos Materiais Identificados e Limites, a materialidade representada pelos indicadores G4-19 e G4-20 foi responsável por 95% em 2014; 92% em 2015; e 67% em 2016 em relação ao total de empresas da amostra. De acordo com a GRI, a materialidade é o limiar a partir do qual os aspectos tornam-se suficientemente expressivos para o relato. Para que a materialidade seja estabelecida em um RS, é preciso considerar também os impactos econômicos, ambientais e sociais que cruzam um determina-

Tabela 3 – Setor de atuação das empresas da amostra

Setor	2014	2015	2016
Bens Industriais	3	4	1
Consumo Cíclico	2	-	-
Consumo não Cíclico	3	3	2
Financeiro e Outros	6	5	3
Materiais Básicos	4	-	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	-	-
Telecomunicações	1	1	1
Utilidade Pública	9	4	3
Total	29	17	10

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Tabela 4 – Prestadoras de serviços de asseguarção da amostra

Prestador	2014	%	2015	%	2016	%
Auditoria	24	82,75	15	88,24	9	90,00
Certificadora	4	13,80	2	11,76	1	10,00
Especialista	1	3,45	-	-	-	-
Total	29	100	17	100	10	100

Fonte: dados da Pesquisa (2017).

do limiar, passando a afetar a capacidade da organização de satisfazer necessidades presentes sem comprometer as necessidades de gerações futuras.

A Tabela 5 apresenta a análise horizontal e vertical dos indicadores da abrangência Essencial dos Conteúdos Padrão Gerais, demonstrando a proporção de asseguarção por indicador, bem como variação da asseguarção entre os anos.

O indicador G4-25-relate a base usada para a identificação e seleção de *stakeholders* para engajamento-foi verificado por 90% das empresas da amostra em 2014 e 85% em 2015 e 67% em 2016. Esse indicador representa o aspecto de Engajamento de *Stakeholders*, que se constitui em uma ferramenta útil para compreender as principais expectativas e interesses razoáveis dos usuários da informação relatada, além de auxiliar na definição da materialidade no processo de elaboração do RS (GRI, 2013).

No Perfil do Relatório, o indicador de maior representatividade entre as empresas foi o G4-33, o qual indica as práticas e políticas adotadas de verificação externa do relatório, o que reforça a função da asseguarção em fornecer credibilidade aos RS (Simnett et al., 2009). Nos aspectos da Governança Corporativa, o indicador sobre a estrutura de governança da organização, G4-34, ficou entre 81% em 2014 e 50% em 2016. Ainda relacionado à Ética e Integridade, o indicador G4-56 sobre valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização foi verificado, em 2014, por 76% da amostra e, em 2015 e 2016, por 85% e 67%, respectivamente.

Ao nível Abrangente, os indicadores comuns à opção Essencial seguiram semelhança nos resultados. No aspecto Perfil Organizacional, em 2014, a maior frequência foi dos indicadores de Número

total de empregados por contrato de trabalho e gênero (G4-10) e Cadeia de fornecedores da organização (G4-12), com 88% de incidência para ambos. O indicador G4-12 informa aos *stakeholders* sobre os principais elementos da cadeia de fornecedores em relação às principais atividades, produtos e serviços da organização.

No ano de 2015, ainda no mesmo aspecto, Perfil Organizacional, destaque para o indicador G4-15 sobre as cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa, fazendo distinção entre as iniciativas obrigatórias e voluntárias. Em 2016,

**Tabela 5 – Análises Vertical e Horizontal da Amostra da Opção Essencial**

Indicador	Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
<b>Estratégia e Análise</b>					
G4-1	76%	54%	50%	-56%	-57%
<b>Perfil Organizacional</b>					
G4-3	71%	85%	67%	-27%	-64%
G4-4	71%	85%	50%	-27%	-73%
G4-5	71%	85%	67%	-27%	-64%
G4-6	71%	77%	67%	-33%	-60%
G4-7	71%	85%	67%	-27%	-64%
G4-8	71%	85%	67%	-27%	-64%
G4-9	81%	77%	50%	-41%	-70%
G4-10	95%	100%	100%	-35%	-54%
G4-11	81%	69%	67%	-47%	-56%
G4-12	81%	85%	50%	-35%	-73%
G4-13	81%	69%	67%	-47%	-56%
G4-14	76%	69%	67%	-44%	-56%
G4-15	81%	92%	67%	-29%	-67%
G4-16	76%	92%	67%	-25%	-67%
<b>Aspectos materiais identificados e limites</b>					
G4-17	81%	85%	67%	-35%	-64%
G4-18	90%	92%	67%	-37%	-67%
G4-19	95%	92%	67%	-40%	-67%
G4-20	95%	92%	67%	-40%	-67%
G4-21	90%	92%	67%	-37%	-67%
G4-22	76%	62%	67%	-50%	-50%
G4-23	76%	62%	67%	-50%	-50%
<b>Engajamento de stakeholders</b>					
G4-24	90%	92%	67%	-37%	-67%
G4-25	90%	85%	67%	-42%	-64%
G4-26	86%	92%	67%	-33%	-67%
G4-27	76%	92%	67%	-25%	-67%
<b>Perfil do relatório</b>					
G4-28	81%	77%	67%	-41%	-60%
G4-29	81%	77%	67%	-41%	-60%
G4-30	76%	69%	67%	-44%	-56%
G4-31	76%	62%	50%	-50%	-63%
G4-32	81%	85%	67%	-35%	-64%
G4-33	86%	85%	67%	-39%	-64%
<b>Governança</b>					
G4-34	81%	77%	50%	-41%	-70%
<b>Ética e integridade</b>					
G4-56	76%	85%	67%	-31%	-64%

Fonte: dados da Pesquisa (2017).

nesse aspecto, os indicadores mais evidenciados foram novamente o G4-10, como em 2015, e o G4-15 e G4-16. Este último lista a participação da empresa em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização: a) tem assento no conselho de governança; b) participa de projetos ou comissões; c) contribui com recursos financeiros além da taxa básica como organização associada; e d) considera estratégica a sua participação.

Para os Aspectos Materiais Identificados e Limites, em 2014 a maioria dos indicadores foi verificada por 75% das empresas da amostra. Em 2015, dos sete indicadores, seis deles foram verificados pela metade da amostra, sendo que o indicador sobre Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização (G4-17) foi verificado por 75% da amostra. O indicador G4-26, referente à Abordagem adotada pela organização para envolver os *stakeholders*, foi o indicador mais verificado em 2014, com 88%, 2015 e 2016 em 75% da amostra. A Tabela 6 apresenta os indicadores verificados pelas empresas do nível Abrangente.

Na Estratégia e Análise, o indicador adicional à opção Abrangente é o G4-2. Tal indicador revela os principais impactos, riscos e oportunidades, e foi evidenciado por 75% das empresas da amostra em todos os anos da análise. No tocante à Governança, há 21 indicadores a mais do que na opção essencial, a qual só tem um indicador relativo a esse aspecto. Em 2014, o indicador G4-40 sobre os processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês foi no qual mais houve a incidência da verificação externa e todas as empresas da amostra efetuaram a verificação deste indicador; o mesmo comportamento ocorreu em 2015;

já em 2016, a verificação passou para 75% da amostra.

Conforme a Tabela 6, a amostra das empresas do nível Abrangente foi composta de oito empresas em 2014, quatro empresas em 2015 e 2016. Em 2014, para os 21 indicadores de governança, a média de asseguuração foi de 81%. No ano de 2015, 33% dos indicadores foram submetidos à verificação por 100% da amostra, enquanto, em 2016, 57% dos indicadores foram assegurados em 75% da amostra. Os indicadores relativos à Governança envolvem o mais alto órgão de governança e a forma como as decisões econômicas, ambientais e sociais podem vir a impactar o desempenho empresarial. De toda a análise, esses indicadores foram sobre os quais mais incidiram a asseguuração externa, prova-

velmente pela importância que esses indicadores têm em relação ao andamento de todos os demais, ao demonstrar a influência das boas práticas de governança corporativa na preservação da continuidade das empresas.

Nos procedimentos de análise dos Conteúdos Padrão Específicos, optou-se por analisar conjuntamente, pois os indicadores específicos são idênticos nas duas opções de abrangência. Devido à quantidade de indicadores específicos (137), a análise prossegue segregada pelas categorias econômica, ambiental e social. A categoria Econômica se refere aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global, enquanto a categoria Ambiental se relaciona aos impactos da

Tabela 6 – Indicadores verificados somente no nível Abrangente

Indicador	2014	2015	2016
Estratégia e Análise	Qtd. Empresas	Qtd. Empresas	Qtd. Empresas
G4-2	6	3	3
Governança			
G4-35	6	3	3
G4-36	7	4	3
G4-37	7	3	3
G4-38	7	4	3
G4-39	7	3	3
G4-40	8	4	3
G4-41	6	3	3
G4-42	6	3	2
G4-43	6	3	2
G4-44	6	3	3
G4-45	7	4	3
G4-46	7	4	3
G4-47	7	4	3
G4-48	5	3	2
G4-49	7	4	2
G4-50	6	3	3
G4-51	7	3	3
G4-52	7	3	3
G4-53	6	3	3
G4-54	6	2	2
G4-55	5	2	2
Ética e integridade			
G4-57	8	4	3
G4-58	8	4	3
Total da Amostra para o Nível	8	4	4

Fonte: dados da Pesquisa (2017).

organização sobre ecossistemas, incluindo aspectos bióticos e abióticos, como, por exemplo: solo, ar e água. Já a categoria Social diz respeito aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela opera (GRI, 2013).

A Categoria Econômica foi agrupada pelos aspectos dos indicadores a ela pertencentes na Tabela 7. No aspecto desempenho econômico, em 2014 teve 53% de incidência de asseguarção, 48% em 2015 e novamente 48% em 2016. Em todos os anos da pesquisa, esse aspecto foi o qual mais houve a verificação externa dos indicadores. O aspecto Presença no Mercado assegurou em 2014 22% dos indicadores, 10% em 2015 e 17% em 2016. Os Impactos Econômicos Indiretos foram o segundo aspecto com mais incidência de verificação externa dos seus indicadores, sendo 41% em 2014,

31% em 2015 e 40% em 2016. Já o aspecto Práticas de Compra, em relação à verificação externa dos seus indicadores, manteve-se linear entre 2014 e 2015 com 24% de incidência e, em 2016, com 15% de asseguarção.

A categoria Ambiental, apresentada na Tabela 8, está segregada em que demandam maior complexidade na elaboração do relatório pelas variáveis envolvidas; percebeu-se um nível mais baixo de asseguarção dos indicadores, conforme as análises seguintes detalham.

Conforme a Tabela 5, a asseguarção dos indicadores dos aspectos Materiais em 2014 foi de 24%, em 2015, de 14% e em 2016, de 10%. Isso indica que a preocupação em verificar os indicadores referentes ao uso de materiais recicláveis, por exemplo, não é tão significativa para as empresas da amostra. Os indicadores pertencentes

ao aspecto Água, em que as empresas asseguraram em 2014 45%, em 2015, 31%, e em 2016, 30%, indicam a preocupação com as fontes hídricas e reutilização da água.

Os indicadores de Biodiversidade, a *assurance*, foi de 33%, 21% e 6% durante os períodos de análise, respectivamente. Em 2014, 48% dos indicadores das Emissões foram submetidos à verificação externa; já em 2015 foram 30% e em 2016 apenas 18%. Esses indicadores estão relacionados à emissão dos gases de efeito estufa. Já para os gastos e investimentos com proteção ambiental, representados pelo aspecto Geral, foram verificados em 40% dos casos em 2014, 26% em 2015 e 35% em 2016.

Para os Efluentes e Resíduos foram verificados por 45% da amostra em 2014, 28% em 2015 e 33% em 2016. Tais indicadores têm co-

**Tabela 7 – Análise por Agrupamento dos Aspectos dos Indicadores da Categoria Econômica**

Categoria Econômica	2014			2015			2016		
	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%
Desempenho Econômico	145	77	53	85	41	48	50	24	48
Presença no Mercado	87	19	22	51	5	10	30	5	17
Impactos Econômicos Indiretos	87	36	41	51	16	31	30	12	40
Práticas de Compra	58	14	24	34	8	24	20	3	15

Nota: Indic. Representa indicador  
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

**Tabela 8 - Análise por Agrupamento dos Aspectos dos Indicadores da Categoria Ambiental**

Categoria Ambiental	2014			2015			2016		
	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%
Materiais	87	21	24	51	7	14	30	3	10
Energia	174	67	39	102	24	24	60	17	28
Água	116	52	45	68	21	31	40	12	30
Biodiversidade	145	48	33	85	18	21	50	3	6
Emissões	232	112	48	136	41	30	80	14	18
Efluentes e Resíduos	174	78	45	102	29	28	60	20	33
Produtos e Serviços	87	22	25	51	11	22	30	3	10
Conformidade	58	22	38	34	8	24	20	6	30
Transportes	58	12	21	34	6	18	20	1	5
Geral	58	23	40	34	9	26	20	7	35
Avaliação Ambiental de Fornecedores	87	31	36	51	14	27	30	6	20
Mecanismos de Queixas e reclam. relativas a Impactos Ambientais	58	10	17	34	3	9	20	1	5

Nota: Indic. Representa indicador  
Fonte: dados da Pesquisa (2017).



nexão com os descartes de água, resíduos e vazamentos. A distribuição da verificação externa dos indicadores de Conformidade foi de 38% em 2014, 24% em 2015 e 30% em 2016, e dizem a respeito de valores monetários de multas significativas e o número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

O indicador de Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a Impactos Ambientais teve baixa in-

cidência, sendo verificado em 2014 por 17% da amostra, em 2015 por 9% das empresas e em 2016 por apenas 5%. Os indicadores de Produtos e Serviços foram submetidos à verificação externa por 25% em 2014, 22% em 2015 e 10% em 2016. Tal indicador exprime o percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos. Por fim, os indicadores de Avaliação Ambiental de Fornecedores tiveram 36% de verificação em 2014, 27%

em 2015 e 20% em 2016-este indica o empenho das empresas na captação de novos fornecedores com base em critérios ambientais.

Na categoria Social, a apresentação dos indicadores é feita por subcategorias. A Tabela 9 apresenta a análise por agrupamento dos aspectos dos indicadores da categoria Social.

Na primeira subcategoria-Práticas Trabalhistas e Trabalho decente, destacam-se os indicadores relacionados com: Treinamento e Educa-

**Tabela 9 - Análise por Agrupamento dos Aspectos dos Indicadores da Categoria Social**

Categorias Social	2014			2015			2016		
	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%	Indic. x Amostra	Indic. Asseg.	%
<b>Práticas trabalhistas e trabalho decente</b>									
Emprego	116	51	44	68	19	28	40	12	30
Relações Trabalhistas	58	9	16	34	1	3	20	1	5
Saúde e Segurança no Trabalho	145	62	43	85	27	32	50	16	32
Treinamento e Educação	116	61	53	68	35	51	40	17	43
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	58	18	31	34	9	26	20	8	40
Igualdade Remuneração entre Mulheres e Homens	58	14	24	34	6	18	20	5	25
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	87	36	41	51	11	22	30	6	20
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	58	14	24	34	4	12	20	2	10
<b>Direitos Humanos</b>									
Investimentos	87	14	16	51	8	16	30	9	30
Não discriminação	58	13	22	34	8	24	20	2	10
Liberdade associação e negociação coletiva	58	12	21	34	5	15	20	3	15
Trabalho infantil	58	17	29	34	8	24	20	5	25
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	58	18	31	34	9	26	20	7	35
Práticas de Segurança	58	9	16	34	3	9	20	1	5
Direitos Indígenas	58	8	14	34	1	3	20	1	5
Avaliação	58	6	10	34	2	6	20	2	10
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	87	27	31	51	10	20	30	7	23
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	58	12	21	34	10	29	20	3	15
<b>Sociedade</b>									
Comunidades Locais	87	37	43	51	13	25	30	8	27
Combate à Corrupção	116	60	52	68	30	44	40	15	38
Políticas Públicas	58	17	29	34	6	18	20	3	15
Concorrência Desleal	58	12	21	34	4	12	20	0	0
Conformidade	58	16	28	34	4	12	20	1	5
Avaliação de Fornecedores e Impac. na Sociedade	87	31	36	51	11	22	30	6	20
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	58	9	16	34	3	9	20	0	0
<b>Responsabilidade pelo produto</b>									
Saúde e Segurança do Cliente	87	24	28	51	5	10	30	4	13
Rotulagem de Produtos e Serviços	116	37	32	68	20	29	40	11	28
Comunicações de Marketing	87	14	16	51	7	14	30	4	13
Privacidade do Cliente	58	10	17	34	6	18	20	7	35
Conformidade	58	21	36	34	5	15	20	5	25

Nota: Indic. Representa indicador  
Fonte: dados da Pesquisa (2017).

ção, tendo incidência de 53% de verificação em 2014, 51% em 2015 e 43% em 2016; Emprego em 2014 de 44%, 2015 de 28% e 2016 de 30%; Saúde e Segurança no Trabalho em 2014 de 43%, 2015 e 2016 de 32%; e Avaliação dos Fornecedores Relacionados às Práticas Trabalhistas com 41% em 2014, 22% em 2015 e 20% em 2016. Para a subcategoria Direitos Humanos, os indicadores com maior representatividade em verificação externa foram: Trabalho Forçado ou Análogo ao escravo, com incidência 31% em 2014, 26% em 2015 e 35% em 2016; e Trabalho Infantil, com 29% de *assurance* em 2014, 24% em 2015 e 25% em 2016.

Para subcategoria Sociedade, destaque para os indicadores: Combate à Corrupção, com a incidência de 52% em 2014, 44% em 2015 e 38% em 2016; e Comunidades Locais, com a verificação de 43% em 2014, 25% em 2015 e 27% em 2016. Ainda, para a subcategoria Responsabilidade pelo Produto, os indicadores mais evidentes foram: Saúde e Segurança do Cliente, com a *assurance* de 28% em 2014, 10% em 2015 e 13% em 2016; e Rotulagem de Produtos e Serviços foram verificados em 32% em 2014, 29% em 2015 e 13% em 2016.

A Figura 1 apresenta um resumo da evolução dos Conteúdos Padrão Específicos por categoria durante os anos de análise que abrange o presente estudo.

A categoria Econômica em 2014 teve média de 39% de *assurance* dos indicadores, passando para 32% em 2015 e para 34% em 2016; na categoria Ambiental foram submetidos à verificação externa 37% dos indicadores em 2014, em 2015 passou para 24% e em 2016 para 20%; e na categoria Social, a *Assurance* dos Indicadores foi de 30% no ano de 2014, 22% em 2015 e em 2016. Esses achados demonstram a preferência das empresas

em assegurar os indicadores relacionados à categoria Econômica, e isso pode ser explicado por Wallage (2000) ao afirmar sobre a dificuldade de se realizar a *assurance* dos RS, quando, ainda, há muita discussão sobre qual são os limites de responsabilidades ambientais e sociais das organizações.

Quanto às categorias dos indicadores de Conteúdos Padrão Específicos e o tipo de prestador da verificação externa, nota-se que, para categoria Econômica, as empresas de auditoria independente foram responsáveis por verificar 41% dos indicadores econômicos, enquanto as certificadoras, 34%. Por outro lado, quanto aos indicadores da categoria Ambiental, as certificadoras verificaram 31% dos indicadores, seguidas pelas empresas de auditoria em 29% e pela consultoria especializada em 19%. Já em relação à categoria Social, as empresas de auditoria independente asseguraram 22% dos indicadores sociais, enquanto as certificadoras verificaram 17%, e a Consultorias especializadas 7%.

Por fim, percebe-se, por meio das análises que identificaram os principais indicadores de sustentabilidade verificados externamen-

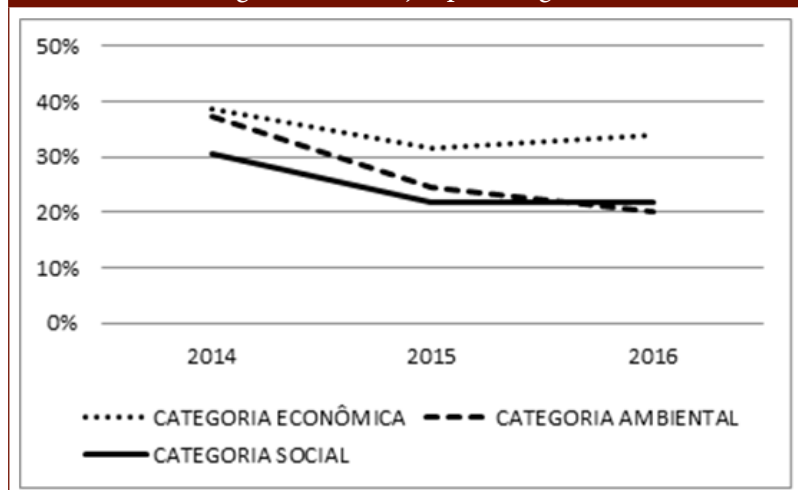
te, a variação entre os anos quanto ao tipo de informação assegurada. Esse resultado reforça as evidências encontradas por Wallage (2000), Hasan et al. (2003) e Deegan et al. (2006) sobre a ampla variedade nos conteúdos alvo da *assurance* externa, indicando a falta de padrões, ainda que as diretrizes GRI exista na função de padronizar os reportes de sustentabilidade.

## 5. Conclusões

Por entender que assegurar as informações de cunho socioambiental consiste em uma prática discricionária por parte das empresas, tanto como a forma de fazê-la, o presente estudo buscou identificar os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa.

Esta pesquisa observou que os indicadores de Conteúdos Padrão Gerais foram os que mais tiveram *assurance* em relação aos demais, sendo que os principais indicadores dessa classificação tiveram em 2014 *assurance* de 86% a 93%, em 2015 de 88% a 94% e em 2016 de 70% a 90%. Entre eles houve destaque para os indicadores rela-

Figura 1 – Evolução por categoria



Fonte: dados da Pesquisa (2017).

cionados à força de trabalho; materialidade; identificação e seleção para engajamento de *stakeholders*; cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa; e a participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa.

Quanto aos Conteúdos Padrão Específicos, o agrupamento por categorias demonstrou que a categoria Econômica apresentou 39% de *assurance* em 2014, 32% em 2015 e 34% em 2016. A categoria Ambiental, em média em 2014 apresentou incidência de verificação externa de 37% dos indicadores, em 2015 28% e em 2016 23%. Por fim, na categoria Social, a incidência de confirmação externa foi de 30% em 2014, 22% em 2015 e 2016.

Nesse aspecto, observou-se que o interesse das empresas em verificar os indicadores GRI-G4, enfatizou-se nos indicadores econômicos e os que se relacionam a geração de resultados e captação de investimentos, pois os resultados mostraram que o desempenho econômico foi um dos indicadores mais submetidos à verificação externa, com 53% em 2014, 48% em 2015 e 2016.

Também, destacam-se importantes indicadores na construção da reputação corporativa da Categoria Social. Os indicadores do aspecto Combate à corrupção representaram 52% da *assurance* em 2014, 44% em 2015 e 38% em 2016, tema que ganha destaque no cenário brasileiro por diversos escândalos corporativos envolvendo grandes empresas privadas e estatais, como a Petrobras e demais

empresas-alvo da investigação Lava-Jato. Outros indicadores, como os ligados ao aspecto de Trabalho forçado ou análogo ao escravo e ao trabalho infantil, também tiveram notoriedade, já que as empresas estão em constante fiscalização governamental, além do que o Ministério do Trabalho divulga os empregadores acusados de manter trabalhadores em condições análogas à escravidão na lista suja do trabalho escravo. Juntos, esses indicadores tiveram a *assurance* de 30% em 2014 e 25% em 2015 e 30% em 2016.

Em relação à categoria Ambiental, notou-se um nível mais baixo de asseguuração dos indicadores ao considerar certa complexidade das variáveis envolvidas tanto no processo de elaboração quanto no processo de revisão dessas informações, e isso, também, pode estar relacionado à pouca participação das empresas especialistas (3,45%) em Sustentabilidade. Apesar disso, houve relevância para os indicadores pertencentes ao aspecto Energia; Água; Emissões; Gastos e investimentos com proteção ambiental; Efluentes e Resíduos; e Avaliação ambiental de fornecedores, verificados em 44% em 2014, 28% em 2015 e 27% em 2016.

Dessa forma, indicadores relacionados à força de trabalho, materialidade e engajamento de *stakeholders* estão diretamente relacionados aos resultados financeiros e imagem da empresa. No estudo de Luna et al. (2017), os resultados encontrados identificaram que a prática da asseguuração dos RS proporciona retornos anormais no valor das ações; que o mercado está atento às práticas empresariais

em torno da questão socioambiental; e que os investidores valorizam mais as empresas que prezam por maior transparência das informações dessa natureza.

A análise setorial evidenciou que dos oito setores contidos na amostra, houve a incidência de 28, 57% do setor de Utilidade Pública, 25% do setor de Financeiros e Outros e 14,28% para os setores de Bens Industriais e Consumo não cíclico. Houve destaque para as empresas de Energia Elétrica (29%), Bancos (21%), Transportes (14%) e Alimentos (11%), o que corrobora os achados de Simnett et al. (2009) e Silveira et al. (2017).

Relativamente ao tipo de prestador, as empresas tiveram preferência em contratar empresas de Auditoria independente em 82,75% em 2014; 88,24% em 2015; e 90% em 2016, não sendo relevante a especialidade em sustentabilidade, já que as empresas especialistas participaram em somente 3,45% das asseguurações no ano 2014. Isso é confirmado pelos resultados obtidos na pesquisa de Silveira et al. (2017), no qual foi constatada a baixa aderência e relevância na contratação de empresas especialistas em consultoria na área de Sustentabilidade. As empresas de auditoria verificaram em maior quantidade os indicadores financeiros da categoria Econômica (41%), enquanto as empresas de especialistas apresentaram a maioria de *assurance* na categoria Ambiental (19%).

Para pesquisas futuras, sugere-se empregar o mesmo tipo de análise aplicada em amostras maiores e em diferentes países, como, por exemplo, na Holanda, onde se originou o modelo GRI.

## 6. Referências

- Almeida, J. B. de (2014) Asseguração de relatórios de sustentabilidade: o caso Petrobrás. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14. São Paulo. *Anais...* São Paulo, SP, Brasil.
- Castro, F. A. R., Siqueira, J. R. M., & Macedo, M. A. S. (2009). Indicadores ambientais essenciais: Uma análise da sua utilização nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano, elaborados pela versão "G3" da Global Reporting Initiative. In *South American Congress on Social and Environmental Accounting Research–CSEAR* (Vol. 1, pp. 1-16).
- Conselho Federal de Contabilidade (2009). NBC TO 3000 – *Trabalho de asseguarção diferente de auditoria e revisão*. Brasil.
- Coral, Eliza. (2002). *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Santa Catarina.
- Deegan, C., Cooper, B. J., & Shelly, M. (2006) An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. *Managerial Auditing Journal*, 21(4), 329-371.
- Elkington, J. (1998). Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business. *Environmental Quality Management*, 8(1), 37-51.
- Gomes, S. F. (2012) *Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas: uma visão sobre o estado da arte e a percepção dos Revisores Oficiais de Contas*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Leiria. Portugal.
- Global Reporting Initiative (GRI). (2013). The external assurance of sustainability reporting. *Research & Development Series*, Stichting Global Reporting Initiative.
- Hasan, M., Roebuck, P. J., & Simnett, R. (2003). An investigation of alternative report formats for communicating moderate levels of assurance. *Auditing: a Journal of Practice & Theory*, 22(2), 171- 187.
- KPMG. *The KPMG survey of corporate responsibility reporting 2015*. Suíça: KPMG International, 2015. Kpmg International Responsibility Reporting (2011). *The definitive snapshot of CR reporting*.
- Lenzen, M., Dey, C.J., & Murray, S.A. (2004) Historical accountability and cumulative impacts: the treatment of time in corporate sustainability reporting. *Ecological Economics*, 51(3), 237-250.
- Luna, T. A. U., Gomes, S. M. D. S., Martinez, A. L., Cordeiro Filho, J. B., & Do Bomfim, R. F. F. (2017). Auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade: um estudo com Empresas Listadas na B3. In: XIX Engema. São Paulo. *Anais...* São Paulo, SP, Brasil.
- Owen, G. (2013). Integrated reporting: A review of developments and their implications for the accounting curriculum. *Accounting Education*, 22(4), 340-356.
- Perego, P., & Kolk, A. (2012) Multinationals' accountability on sustainability: the evolution of third-party assurance of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 173-190.
- Silveira, G. B., Alberton, L., & Vicente, E. F. R. (2017). O Estado da arte da asseguarção dos relatórios de sustentabilidade: um estudo das empresas do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) 2016. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(2).
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009) Assurance on sustainability reports: An international comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937-967.
- Wallage, P. (2000). Assurance on sustainability reporting: An auditor's view. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(s-1), 53-65. Zaro, E. S., Pastre, F., & Alberton, L. (2015) Asseguarção dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 20(1), 47-63.





# O comportamento das receitas e dos gastos públicos em educação no Estado da Paraíba: uma análise do período de 2002 a 2014

Área Temática: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Terceiro Setor

O objetivo desta pesquisa foi analisar o comportamento das receitas e dos gastos com educação, no Estado da Paraíba, no que diz respeito à alocação dos gastos e o desempenho dos alunos, obtido nos testes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), no período de 2002 a 2014. Para o seu desenvolvimento realizou-se uma investigação descritiva e quantitativa. Os procedimentos metodológicos inserem-se em uma pesquisa documental, em que foram analisados dados retirados, em sua maioria, do *site* da Controladoria – Geral do Estado da Paraíba (CGEPB), que constam no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 8 (RREO – 8). De acordo com os resultados obtidos, observou-se que as receitas e despesas com educação cresceram desde a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) até o término do período analisado, e esses gastos passaram a ser maiores a partir de 2007 (ano em que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – (Fundeb) – entrou em vigor). Observou-se que o Estado da Paraíba gasta mais com o Ensino Fundamental e o Ensino Superior do que com o Ensino Médio, levando-se à conclusão de que o Governo não tem priorizado os gastos com educação no Ensino Médio, como rege a Constituição Federal de 1988. Por fim, verificou-se que o crescimento dos desempenhos do Ensino Médio, Ensino Superior e Ensino Fundamental foram muito pequenos em relação ao crescimento dos gastos durante esses anos. Conclui-se, então, que os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) não levaram a um melhor desempenho das Modalidades de Ensino avaliadas.

## Alene Cândido Nascimento

É especialista em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), 2018. É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Atualmente é técnica administrativa na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, atuando no Controle Interno. Tem experiência na área pública e privada, como assistente contábil.

*E-mail:* alene\_cb@hotmail.com

## Josedilton Alves Diniz

É doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP), 2012. É mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), 2004. É especialista em Auditoria Contábil, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2002 e possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 1994. Atualmente é professor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. É auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, responsável pela Gestão da Informação. Tem experiência na área de Contabilidade, Auditoria e Finanças Públicas e Ciência de Dados.

*E-mail:* josedilton@gmail.com

## 1. Introdução

O estudo do comportamento das receitas e dos gastos públicos é essencial para que sejam analisados como se dá o uso dos recursos conferidos aos entes públicos e a sua efetividade. A Constituição Federal (CF) estabelece prioridades e define formas de utilização dos recursos com Educação. Além da CF, outros dispositivos legais instituem mecanismos de controle e fiscalização, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, por fim, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Muitos autores acreditam que quanto mais se investe em educação, mais desenvolvida torna-se uma sociedade. Fiates et al. (2012) afirmam que o investimento na educação contribui diretamente na formação de uma sociedade digna e com profissionais competentes. Assim, a qualificação da população é um fator que resultará no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Em contrapartida, há pensamentos contrários a essa ideia. Paraphraseando Diniz (2012), há autores que defendem que o problema da educação brasileira não é necessariamente financeiro. Várias linhas de estudo foram desenvolvidas para confirmar ou derrubar essa tese. Foram realizadas várias pesquisas no Brasil sobre esse questionamento

e as que foram desenvolvidas por Diaz (2010), Menezes Filho e Amaral (2009), Campos e Cruz (2009), Franco et. al. (2007) e Menezes Filho e Pazello (2004) revelaram que o aumento no orçamento da educação nas duas últimas décadas não resultou em uma melhor qualidade de ensino. E ainda nessa temática, Hanushek (1995) afirma que a forma de alocação desses recursos é um fator determinante nesse processo de melhoria da educação.

O disposto no Art. n.º 212 da CF/1988 e no Art. n.º 69 da LDB (Lei n.º 9.394/1996) apresenta que a educação recebe 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, que compõe o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), além de nunca menos de 18% aplicados anualmente pela União.

Criado em 2007, o Fundeb (em substituição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fundamental – (Fundef) –, que vigorou de 1998 a 2006) repassa verbas para os estados e municípios, considerando o número de matrículas nos níveis e modalidades da Educação Básica definidos na Lei n.º 11.494/2007, Art. n.º 10, e conforme o fator de ponderação de cada um deles, Art. n.º 36 (A REGULAÇÃO..., 2010).

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece todos esses limites e impõe que, ao final de cada quadrimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos poderes e órgãos.

Silva e Bonacim (2010) descrevem que a LRF é uma lei composta de instrução de normas e diretrizes que dizem respeito aos limites para gastos com pessoal e com endividamento. Além disso, prevê severas punições, caso haja o seu descumprimento.

A Constituição Federal de 1988 fixa limites mínimos de gastos com Educação. Os estados e municípios têm que gastar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências. Contudo, considerando o disposto no Fundeb (Lei n.º 11.494/2007), esta prerrogativa estabelece que, entre os recursos destinados à educação, devem ser aplicados não menos do que 60% para pagamentos de vantagens correspondentes a salários dos profissionais da educação.

Fica evidente que as obrigações orçamentárias que cada ente federativo possui após a promulgação das leis da educação, como é o caso do Fundeb, aumentaram,

“Em suas receitas, os estados juntam seus próprios recursos com os advindos da União e, assim, são usados para a manutenção de seus sistemas e ensinos. Os municípios, por sua vez, recebem recursos da União e dos estados, somando-os a seus próprios recursos e destinando-os à manutenção e expansão de suas redes de ensino.”

pois não são as mesmas de quando a LRF entrou em vigor.

Estão sujeitos à LRF os poderes Executivo, Legislativo, inclusive Tribunais de Contas, e Judiciário, bem como o Ministério Público e os órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas (KHAIR, 2000).

Essa ótica resulta na formulação do seguinte problema de pesquisa: **Qual o comportamento dos gastos públicos em educação, no Estado da Paraíba, após a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal?**

Diante dessa problemática, esta pesquisa científica tem o objetivo de analisar o comportamento das receitas e dos gastos públicos em educação, no Estado da Paraíba, após a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, assim, buscará identificar quais as prioridades do Governo Estadual da Paraíba na aplicação dos recursos por nível de ensino, verificando se os gastos levaram a um melhor desempenho da educação estadual, a partir dos instrumentos de medição do Governo Federal: Ideb e Enade.

Dentro desse contexto, definiram-se algumas hipóteses como forma de antecipar a resposta da questão de pesquisa, bem como direcionar a análise teórica e empírica. Assim, sugerem-se as seguintes hipóteses de pesquisa: H1: O Governo do estado cumpre o mandamento constitucional de priorizar os gastos com educação no Ensino Médio; H2: Os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) levaram a um melhor desempenho da educação nas suas diversas modalidades.

Diante do exposto, pode-se afirmar que este estudo justifica-se pelo fato de a busca pela educação tornar-se cada dia mais crescente na sociedade, e o que é necessário para torná-la ainda mais qualificada está

nas mãos dos governantes e de como esses gastos são geridos por eles. O bom uso desses recursos, assim como o cumprimento de leis, como a LRF é o que impulsionará, no decorrer do tempo, em uma mudança satisfatória para toda a população.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 O Gasto Público com Educação

Pires (2008) afirma que uma definição adequada para conceituar gasto público deve basear-se em sua característica essencial: de ser estatal ou governamental, decidido pela sociedade de forma democrática. Nesse sentido, ele é público não só por visar ao interesse público, mas também e, principalmente, por ser financiado com recursos públicos. A decisão dos gastos públicos recai sobre os legisladores. Eles são considerados portadores da vontade coletiva e, portanto, habilitados para tomar decisões com os recursos coletivos, visando, em tese, os interesses também coletivos.

As despesas efetuadas pelos governos devem estar de acordo com as metas e atividades de planejamento público e a formulação de

políticas sociais nas diferentes áreas de sua atuação: Saúde, Educação, Segurança Pública, entre outras, com o objetivo de elevar o nível de bem-estar da população. No caso específico da educação, as despesas devem promover a eficiência na prestação dos serviços, com o objetivo de alcançar a eficácia nos sistemas de ensino, de forma a atingir patamares aceitáveis de desempenho, refletido no melhor desenvolvimento cognitivo dos estudantes (BRUNET; BERTÊ; BORGES, 2009).

Abrahão (2005) descreve a estrutura de financiamento que corresponde aos gastos desses recursos. Ele explica que, para possibilitar os gastos com esses sistemas, fez-se uma estrutura de financiamento correspondente. Com isso, a União precisa aplicar recursos para realizar programas/ações próprios e transferir recursos para estados e municípios. Em suas receitas, os estados juntam seus próprios recursos com os advindos da União e, assim, são usados para a manutenção de seus sistemas e ensinos. Os municípios, por sua vez, recebem recursos da União e dos estados, somando-os a seus próprios recursos e destinando-os à manutenção e expansão de suas redes de ensino. Ou seja, se o regime de financiamento entre os entes federados for pautado pela colaboração, seguindo as normas legais, a ação redistributiva da União e do Estado dependerá do atendimento e do esforço fiscal de estados, Distrito Federal e municípios.

A questão de ser, ou não, financeiro o problema com a educação no Brasil é debatido por muitos autores. Há aqueles que defendem que os recursos destinados à educação são de grande importância para o desempenho dos alunos, como Stewart (2000), que afirmou que vários estudos concluíram que o aumento das despesas faz a diferença na qualida-



de da educação em longo prazo. Outros defendem que a quantidade dos recursos recebidos não faz diferença, mas, sim, a forma de utilizá-los, que é o caso de Hanushek (1995). Ele afirma que as diferenças de orçamento entre uma região e outra não eram o principal fator para as diferenças de desempenho, mas sim a forma de alocação desses recursos.

Diante disso, Zoghbi et al. (2011) acrescentam que, naturalmente, a solução para uma educação de qualidade pode estar no fato de “gastar melhor” em vez de simplesmente “gastar mais” em Educação.

## 2.2 A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Eficiência do Gasto

Khair (2000) explica que a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) regulamenta o Art. n.º 163 da Constituição Federal e estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no País. Ela aprimora a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que previna riscos e corrija desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Silva e Bonacim (2010) afirmam que, além da questão governamental, a lei também traz benefícios a aspectos de caráter social. Atualmente, as administrações públicas têm de enfrentar a falta de cumprimento da legalidade, de comprometimento dos administradores ou os muitos casos de apropriação privada dos bens públicos, o que resulta, muitas vezes, na aplicação de leis mais severas. Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além de incentivar o uso de ferramentas de uso gerencial, por meio de normas orientadoras, fez com que os gestores públicos passassem a ser os responsáveis diretos pela aplicação dos recursos arrecadados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é o principal instrumento que

regula as contas públicas do País. São estabelecidos limites para os gastos de pessoal para as três esferas de Governo e para cada um dos poderes. Os que descumprirem as regras da LRF serão punidos pelo Código Penal e pelas sanções propostas no Projeto de Lei n.º 621/1999, que prevê os crimes relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (KHAIR, 2000).

Khair e Tavares (2000, p. 9) comentam a mudança e os benefícios que a LRF trouxe para o país:

A Lei de Responsabilidade Fiscal traz uma mudança institucional e cultural no trato com o dinheiro público, dinheiro da sociedade. Estamos gerando uma ruptura na história político-administrativa do País. Estamos introduzindo a restrição orçamentária na legislação brasileira. A Lei reforça os princípios da Federação. Governantes de Estados e Municípios não terão que prestar contas de seus atos ao Governo Federal, mas ao seu respectivo Legislativo, ou seja, à comunidade que os elegeu. Tudo isso será feito de forma simplificada para que a sociedade possa exercer o seu direito de fiscalização. Os governantes serão julgados pelos eleitores, pelo mercado e, se descumprirem as regras, serão punidos.

Parafraseando Khair (2000), a Lei de Responsabilidade Fiscal garante um gasto eficiente, pois espera-se que seu uso contribua para o incremento da receita própria municipal e que haja um melhor aproveitamento dos recursos em benefício da população, pois a lei estabelece novas regras para a disciplina fiscal e garante maior nível de transparência nas ações.

## 2.3 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – (MDE)

As ações de “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” são todas aquelas que visam alcan-

çar os objetivos básicos da educação nacional: educação de qualidade para todos, ou seja, são ações voltadas à obtenção dos objetivos das instituições educacionais de todos os níveis.

Os investimentos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) devem ser realizados para todos os níveis da educação básica, na forma prevista no Art. n.º 70 da Lei n.º 9.394/1996 (LDB), observado os seguintes critérios:

- Estados: devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e no ensino médio;
  - Distrito Federal: deve atuar no âmbito da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio;
  - Municípios: devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- As despesas com MDE são voltadas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais em todos os níveis e compreendem as que se destinam:
- a) à remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
  - b) à aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
  - c) ao uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
  - d) aos levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
  - e) à realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
  - f) à concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
  - g) à amortização e custeio de operações de crédito destinadas à MDE;
  - h) à aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

### 2.3.1 Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, e regulamentado pela Medida Provisória n.º 339/2006, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei n.º 11.494/2007, sendo iniciada a sua implantação em 1º de janeiro de 2007. Essa implantação foi realizada de forma gradual, alcançando a plenitude em 2009, sendo que o fundo está funcionando com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial no âmbito dos estados e municípios e os percentuais de receitas que o compõem terão alcançado o patamar de 20% de contribuição.

O fundo é composto, na quase totalidade, de recursos próprios dos estados, Distrito Federal e municípios, e é constituído de:

Contribuição de estados, DF e municípios, de:

16,66% em 2007; 18,33% em 2008 e 20% desde 2009, sobre:

- Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM), alínea b do inciso I do caput do Art. n.º 159 da Constituição Federal;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPlexp; e
- Desoneração de Exportações (LC n.º 87/1966).
  - 6,66% no 1º em 2007; 13,33% em 2008 e 20% desde 2009, sobre:
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD);
- Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores (IPVA);
- Quota Parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios – ITR; e

- Receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Além desses recursos, compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. A complementação da União está definida em, no mínimo:

- 2,0 bilhões de reais em 2007;
- 3,0 bilhões de reais em 2008;
- 4,5 bilhões de reais em 2009; e
- 10% do valor total do fundo a partir de 2010.

## 3. Metodologia

A pesquisa foi conduzida em virtude dos objetivos, dos procedimentos e da abordagem do problema, segundo critérios adotados por Beuren (2006). A respeito dos objetivos, consiste em um estudo descritivo, pois exige do investigador várias informações sobre o que se deseja pesquisar. Esse estudo tem o objetivo de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (GIL, 2007).

Quanto aos procedimentos referem-se a uma pesquisa do tipo documental, pois esse tipo de pesquisa é baseado em fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, etc. (FONSECA, 2002).

Quanto à abordagem do problema, apresenta uma predominância quantitativa, pois os resultados apresentados na pesquisa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e representam a população, é como se os resultados constituíssem um retrato real de toda a população - alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade (FONSECA, 2002).

A pesquisa, por ser documental, foi definida para analisar dados retirados, em sua maioria, do site da Controladoria Geral do Estado da Paraíba (CGEPB), pois foram analisados todos os gastos dos bimestres do ano de 2002 ao ano de 2014, que constam no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO – Anexo 8 do Manual de Demonstrativos Fiscais), como também foram coletadas informações do desempenho educacional (Ideb e Enade). A análise se deu a partir da estatística descritiva e análise de sensibilidade mediante gráficos e tabelas.

O estudo foi delimitado pela análise das tabelas de 78 RREOs do Governo estadual da Paraíba, referente aos gastos públicos com educação, sendo analisada cada tabela coletada (por bimestre) e trabalhando-se com os anos de 2002 a 2014. A Análise dos dados foi feita por meio de Séries Temporais, para a divulgação dos resultados. Além disso, será verificado o volume gasto nas modalidades de ensino e os desempenhos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Para testar as hipóteses utilizou-se análise gráfica e variação dos gastos e do desempenho dos alunos, medido pelo Ideb (para os alunos do ensino básico) e pelo Enade (para avaliar o desempenho do ensino superior); utilizou-se também análise descritiva acompanhada da correlação de *Pearson* para as variáveis utilizadas no modelo.

## 4. Análise dos Dados

A fim de transmitir uma melhor visão e entendimento sobre a análise dos resultados, esta seção foi dividida em quatro subseções de análise preestabelecidas, como será exposto a seguir.



#### 4.1 Comportamento das Receitas do Fundeb e da Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (MDE)

No Gráfico 1, apresentam-se as Receitas Destinadas ao Fundeb e as Receitas Recebidas do Fundeb, do ano de 2007 ao ano de 2014.

Apesar de a análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária ter sido desenvolvida a partir do ano de 2002, é válido lembrar que o Fundeb entrou em vigor a partir do ano de 2007 (nos anos antecedentes, os gastos eram relacionados apenas com o Ensino Fundamental (Fundef)), por isso, no Gráfico 1, o estudo desses gastos foi realizado de 2007 em diante.

De acordo com o Gráfico 1, pode-se observar que as Receitas Destinadas ao Fundeb superaram consideravelmente as Receitas Recebidas do Fundeb; isso acontece porque a receita do Estado da Paraíba é alta comparada com outros municípios que tem, relativamente, menos alunos. Isso ocorreu em quase todos os anos, com exceção do ano de 2013, em que as Receitas Recebidas do Fundeb superaram em quase 20% as Receitas Destinadas.

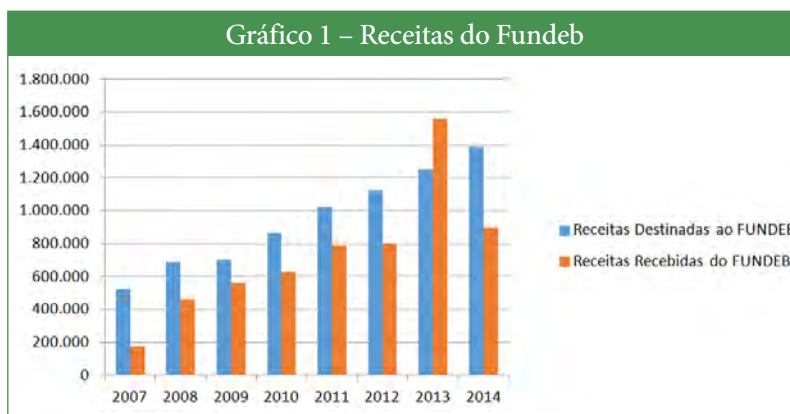
Já no Gráfico 2, é apresentada a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, por bimestre, do ano de 2002 ao ano de 2014.

Analisando cada bimestre do gráfico acima, é possível perceber que no primeiro bimestre de cada ano, o uso dessas receitas apresenta uma porcentagem de menos de 20%, em sua maioria, ao passo que os sextos bimestres de todos os anos apresentaram um pico de mais de 25% de aproveitamento, deixando claro que o gasto com MDE no término de cada ano, é maior, devido à necessidade do Governo em

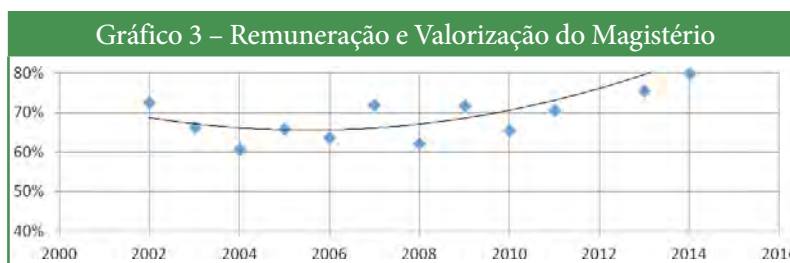
cumprir a meta dos gastos com educação.

#### 4.2 Comportamento dos Gastos Públicos com Educação ao Longo dos Anos e dos Bimestres

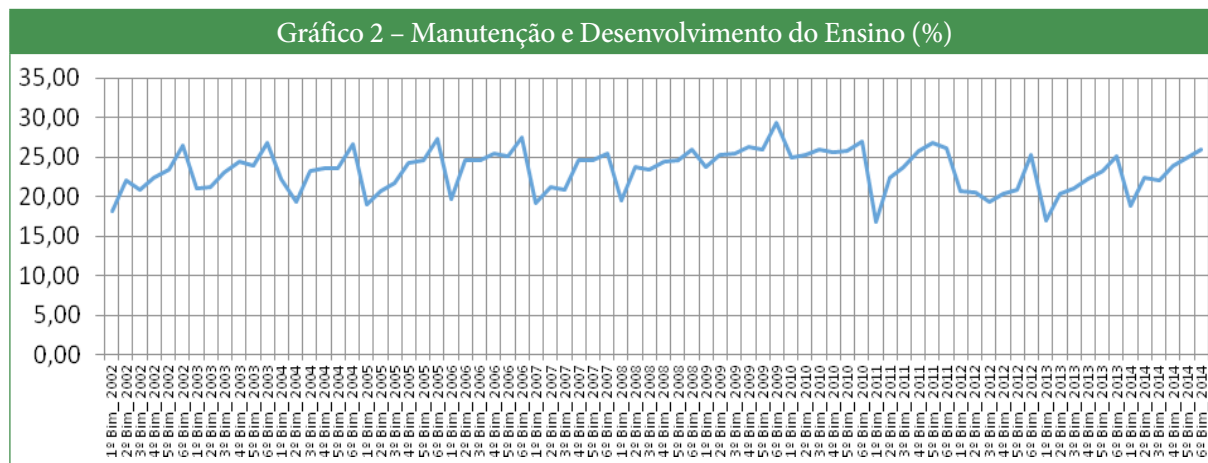
O Gráfico 3 apresenta a Remuneração e Valorização do Magistério (RVM) em números percentuais ao longo dos anos. Verifica-se que, entre 2004 e 2006, houve uma estabilidade quanto à remuneração,



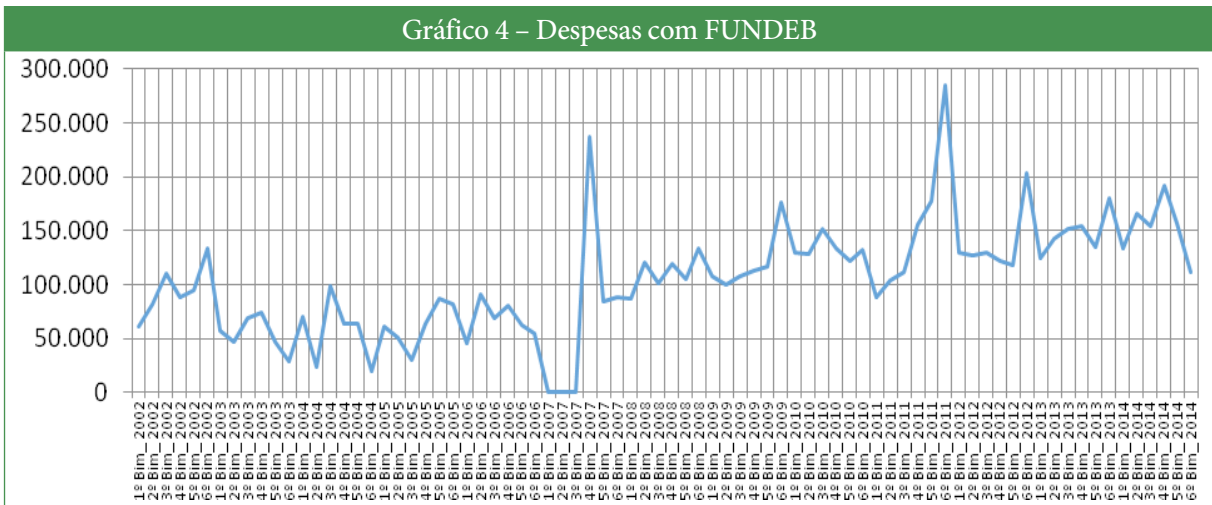
Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015).



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015).



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015).



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015).

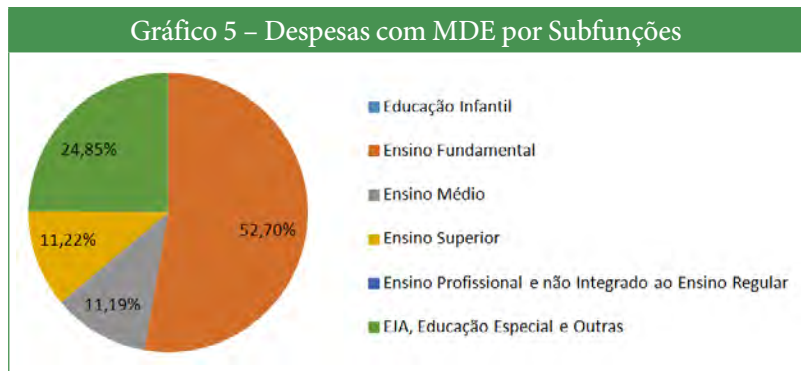
mas a partir do ano de 2007 (ano em que foi implantado o Fundeb) houve um maior crescimento no gasto com RVM.

O Gráfico 4 apresenta as despesas totais com o Fundeb em cada bimestre e mostra também um salto nas despesas a partir no ano de 2007, especificamente no quarto bimestre, que foi o período exato em que o ele passou a receber as verbas. É possível observar, também, o aumento das despesas no sexto bimestre de cada ano, assim como foi observado no Gráfico 2.

### 4.3 Volume dos Recursos Aplicados nas Subfunções de Educação e as Prioridades dos Gastos do Governo Estadual

O Gráfico 5 mostra o quanto foram gastos de recursos aplicados em cada subfunção de educação do Estado da Paraíba. Correspondem às subfunções: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior; Ensino Profissional e não Integrado ao Ensino Regular e EJA, Educação Especial e Outras.

Verifica-se que o maior gasto refere-se à subfunção de Ensino Fundamental, vindo em seguida a subfunção EJA, Educação Especial e Outras. Logo após, quase com as



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015).

mesmas porcentagens, vem o Ensino Superior e o Ensino Médio, respectivamente.

As subfunções Ensino Infantil e Ensino Profissional e não Integrado ao Ensino regular possuem valores insignificantes comparados aos das demais subfunções, razão pela qual não aparecem nitidamente nos gráficos abaixo. Suas porcentagens correspondem a 0,02% e 0,03%, respectivamente.

Ou seja, diante de tais constatações, pode-se rejeitar a Hipótese 1 (H1), pois, por meio do gráfico acima, é possível afirmar que o Governo do estado da Paraíba não cumpre o mandamento constitucional de priorizar os gastos com educação no Ensino Médio. Ao longo desses anos, o estado gas-

tou mais com Ensino Fundamental e Ensino Superior do que com Ensino Médio.

### 4.4 Gastos com Educação x Desempenho da Educação Estadual

O objetivo desta subseção é o de comprovar se o comportamento dos gastos do Governo estadual, no decorrer dos anos, levou a um melhor desempenho da educação.

O Gráfico 6 demonstra o desempenho referente às médias do Ensino Médio no Ideb, e é possível constatar que as médias permanecem quase inalteradas, havendo pouco crescimento ao longo dos anos, principalmente ao serem comparadas com os gastos ocorridos nesses mesmos anos. Esses gastos estão

exibidos na Tabela 1, e o crescimento que esses gastos tiveram, podem ser observados no Gráfico 7.

Fazendo-se uma comparação entre o Gráfico 6 e o Gráfico 7, as médias do Ideb no Ensino Médio apresentaram um crescimento equivalente a 15%, enquanto que os gastos com Ensino Médio apresentaram um crescimento de 112%.

A Tabela 2 apresenta os gastos totais com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) nessas três Modalidades: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, juntamente com as médias dos desempenhos de cada modalidade, divulgadas pelas provas do Ideb (avaliação que mede os desempenhos do Ensino Fundamental e Médio) e Enade (avaliação que mede o desempenho do Ensino Superior).

Por meio da Tabela 2, é possível formar uma Matriz de Correlação (Tabela 3), relacionando os gastos com MDE e os desempenhos das modalidades. Percebe-se que só existe uma boa correlação entre os gastos e o desempenho do Ensino Fundamental e, como se pode ver, não há uma boa correlação entre os gastos e o desempenho do Ensino Médio e do Ensino Superior.

Com as análises da Matriz (Tabela 3), dos Gráficos 6 e 7 e das Tabelas 1 e 2, pode-se, então, rejeitar a Hipótese 2 (H2), pois foi detectado que os gastos com MDE não levaram a um melhor desempenho da educação nas modalidades do Ensino Médio e Ensino Superior.

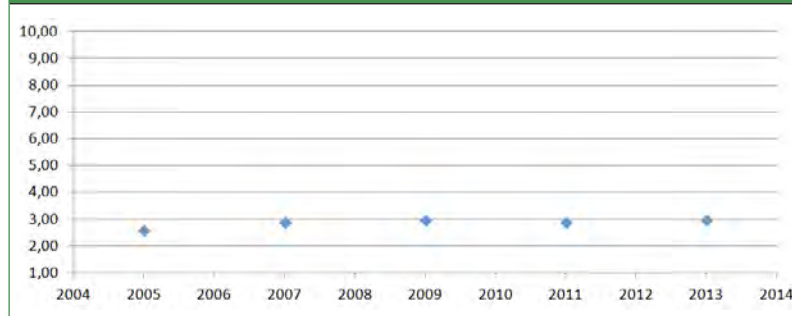
## 5. Considerações Finais

Diante das análises realizadas nesta pesquisa, verificou-se que os gastos com educação cresceram desde o início da prática da LRF até o ano de 2014. Com a implantação do Fundeb, pode-se afirmar que os

gastos foram ainda mais crescentes, até porque, a partir do ano de 2007 (ano em que o Fundeb entrou e vigor), as Receitas passaram a ser maiores, ocasionando um maior gasto dessas receitas.

Além disso, avaliou-se que os gastos com Educação Básica também foram crescentes, porém, há um maior aproveitamento desses gastos no Ensino Fundamental, tanto no que diz respeito às des-

Gráfico 6 – Médias do Ensino Médio - IDEB



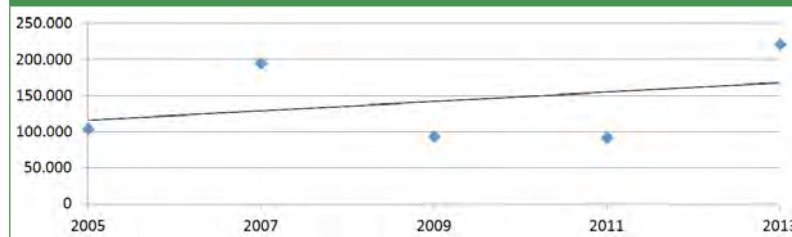
Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do Inep (2015).

Tabela 1 – Médias do Ensino Médio – IDEB x Gastos com Ensino Médio

Ano	Média - IDEB - EM	Gasto - Ensino Médio
2005	2,60	104.965
2007	2,90	195.661
2009	3,00	94.287
2011	2,90	92.128
2013	3,00	222.031

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015) e Inep (2015).

Gráfico 7 – Gastos com Ensino Médio



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015).

Tabela 2 – Gastos com MDE e Desempenhos do IDEB e ENADE

Ano	Gasto MDE	Médias - IDEB - EF	Médias - IDEB - EM	Médias - ENADE
2007	1.330.762	3,15	2,90	51,34
2009	1.901.045	3,25	3,00	49,79
2011	2.145.170	3,45	2,90	52,12
2013	2.222.552	3,60	3,00	47,55

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015) e Inep (2015).

Tabela 3 – Matriz de Correlação

	Gasto MDE	Médias - IDEB - EF	Médias - IDEB - EM	Médias - ENADE
Gasto MDE	1			
Médias - IDEB - EF	0,897440978	1		
Médias - IDEB - EM	0,463478903	0,358057437	1	
Médias - ENADE	-0,423851149	-0,539728589	-0,876916833	1

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da CGEPB (2015) e Inep (2015).

pesas com o Magistério como com os gastos com MDE. As Modalidades de Ensino que mais receberam recursos do estado durante esses anos foram o Ensino Fundamental, o Ensino da EJA, Educação Especial e Outras e o Ensino Superior, respectivamente, vindo, em seguida, o Ensino Médio, levando-se a concluir que o estado não prioriza os gastos com educação no Ensino Médio, assim como rege a Constituição, rejeitando-se a Hipótese 1 (H1).

Conclui-se, ainda, que o desempenho dos alunos da Educação Básica e no Ensino Superior, medido pelas provas do Ideb e Enade, não resultou em um crescimento significativamente gran-

de, como foi o que ocorreu com os gastos. Constatou-se que, quanto ao desempenho do Ensino Médio, houve um crescimento de 15% ao longo dos anos, enquanto que os gastos com Nível Médio apresentaram um crescimento de 112%, assim como também é demonstrado com o Ensino Superior, que não apresentou uma boa correlação na Matriz em que é analisado, igualmente ao que se mostra também com o Ensino Médio. O Ensino Fundamental foi a única modalidade a apresentar uma correlação considerável. Com essa análise, pode-se concluir que os gastos com MDE não resultaram em um melhor desempenho da Educação nessas Modalidades

de Ensino como um todo e, consequentemente, que os gastos com Educação, de forma geral, não levaram a um melhor desempenho da educação paraibana ao longo desses anos, rejeitando-se, finalmente, a Hipótese 2 (H2).

Ou seja, diante dos resultados constatados sobre o comportamento das receitas e despesas com Educação, o volume de recursos aplicados nas subfunções de educação e as Hipóteses testadas sobre as prioridades do Governo do estado da Paraíba, bem como a relação entre o desempenho educacional e os gastos com educação, pode-se confirmar que todos os objetivos desta pesquisa foram devidamente alcançados.

## 6. Referências

A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDEB pela lei nº 11.494/2007. 2010. Disponível em: <<http://www.direitoaeducacao.org.br/tags/fundeb/>> Acesso em: 19 abr. 2015.

ABRAHÃO, Jorge. *Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina*. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a07.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 16 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2015.

BRUNET, Júlio Francisco Gregory; BERTÊ, Ana Maria de Aveline; BORGES, Clayton Brito. *Qualidade do gasto público em educação nas redes públicas estaduais e municipais*. Brasília, 2009.

---

CAMPOS, Bruno Cesar; CRUZ, Breno de Paula Andrade. Impactos do FUNDEB sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública* [online], Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 371-393, 2009.

---

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA. 2015. Disponível em: <<http://www.cge.pb.gov.br/gea/>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

---

DIAZ, Maria Dolores Montoya. Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 2010.

---

DINIZ, Josediton Alves. *Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros*. 2012. 167 p. Tese (Pós-Graduação), Universidade de São Paulo, 2012.

---

FIATES, G. G. S. et al. Os princípios instituídos pela Organização das Nações Unidas para uma educação responsável em gestão: uma proposta inovadora para o ensino de administração. *Revista Eletrônica Estratégias & Negócios*, Florianópolis, v. 5, n. 1, jan./abr. 2012.

---

FONSECA, João José Saraiva. *Metodologia da pesquisa científica*. Universidade Estadual do Ceará, 2002.

---

FRANCO, Creso et al. *Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de fatores intraescolares*. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, jun. 2007.

---

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

---

HANUSHEK, E. A. Interpreting recent research on schooling in developing countries. *World bank research observer*. Washington, v. 10, n. 2, p. 227-246, 1995.

---

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

---

KHAIR, Amir Antonio. *Lei de responsabilidade fiscal*. 2000. Disponível em <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807\\_PUB\\_LRF\\_guiOrientacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guiOrientacao.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

---

MENEZES FILHO, Naércio Aquino; AMARAL, Luiz Felipe L. Estanislau. *A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar*. IBMEC, São Paulo, Working Papers, n. 162, 2009.

---

MENEZES FILHO, Naércio Aquino; PAZELLO, E. *Does money in schools matter? Evaluating the effects of a funding reform on wages and test scores in Brazil*. 2004. Disponível em: <<http://www.preal.org/FIE/pdf/FUNDEF%20BRASIL.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2015.

---

PIRES, Valdemir Aparecido. *Gestão orçamentária e qualidade do gasto público*. Araraquara, 2008.

---

SILVA, Daiane Rodrigues; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. *A influência da lei de responsabilidade fiscal na gestão das contas públicas segundo a percepção de um contador*. *Sociedade, contabilidade e gestão*, v. 5, n. 2, p. 148-168, 2010.

---

STEWART, Kitty. *Fiscal federalism in Russia: intergovernmental transfers and the financing of education*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2000.

---



ZOGHBI, Ana Carolina. et al. *Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas*. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/221/202>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

---



# Análise bibliométrica do perfil dos estudos acerca do Imposto Sobre Operação Relativa à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico no Brasil

O estudo teve como objetivo analisar o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS ecológico. Para responder a esse questionamento, foi analisado por meio de estudo bibliométrico no período de 2001 a 2017, verificando os objetivos, benefícios e principais contribuições da adoção do ICMS Ecológico no país. Foi utilizado o *site* de pesquisa Google Acadêmico. As palavras-chave para pesquisa foram: “ICMS Ecológico”, “ICMS verde”, “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável”. Utilizou-se como procedimentos para análise, o método da análise de conteúdo. Quanto ao perfil e titulação dos autores, verificou-se que o autor que mais produziu foi Wilson Loreiro, com dois artigos. Além disso, entre os 20 autores analisados, a maioria é formado por doutores e mestres. Quanto às características metodológicas, evidenciou-se em relação à abordagem da pesquisa que houve uma predominância dos artigos qualitativos e quantitativos com 66,67%. No que tange aos procedimentos, a pesquisa documental/bibliográfica apresentou destaque com 50% dos artigos. Quanto aos objetivos, a maioria dos artigos foi classificada como “exploratório-descritivos”, correspondendo a 41,67%. Assim, diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que o ICMS Ecológico é um instrumento de suma importância para a preservação e conservação do meio ambiente.

Esthéfane Rubianne Feitosa Souza  
É bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba e técnico em Contabilidade pela Academia de Comércio Epitácio Pessoa.  
E-mail: esthefane\_rubianne@hotmail.com

Marília Gabrielly Santos de Souza  
Graduanda em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Técnica em Contabilidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.  
E-mail: mariliagabrielly2018@gmail.com

Isabella Christina Dantas Valentim  
É mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGContábeis) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora dos cursos de Ciências Contábeis e Gestão Financeira do Iesp e professora da pós-graduação em Gestão Fiscal e Tributária do Cesac.  
E-mail: isabella.cdantas@gmail.com

Alan Santos de Oliveira  
É mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da UFPB. É bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) e professor assistente da Universidade Federal do Ceará (UFC).  
E-mail: asoalansantos@gmail.com

## 1. Introdução

Imposto sobre operação relativa à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos estados e Distrito Federal é a principal fonte tributária dos estados brasileiros. Conforme Oliveira (2012), o ICMS trata-se, pois, de um instrumento que gera aos municípios a possibilidade do acesso à parte da “quota-parte” do ICMS Ecológico a que tais entes possuem direito de receber, na medida em que atendem a critérios ambientais, definidos em lei estadual.

Como dito por Silva Júnior, Pedrosa e Silva (2011), o ICMS Ecológico surge no Brasil como uma tentativa de proteger e conservar o meio ambiente por meio de um instrumento econômico que busca compensar municípios que atendam a princípios socioambientais.

Scaff e Tupiassu (2004) afirmam que o ICMS Ecológico tem sua origem relacionada à busca de alternativas para o financiamento público em municípios cujas restrições ao uso do solo são fortes empecilhos ao desenvolvimento de atividades econômicas clássicas. A concretização do ICMS Ecológico não exige complexas alterações legislativas. A implementação deste normalmente depende apenas de lei estadual, uma vez que os princípios basilares da repartição financeira já se encontram na Constituição Federal e na maioria das Constituições Estaduais, muitas esperando há mais de 10 anos pela devida regulamentação.

De acordo com Loureiro (1997), o ICMS Ecológico trata da repartição dos recursos financeiros a que os municípios têm direito, utilizados para induzir à ação pela conservação ambiental. No caso do Pará, estado em que o ICMS-E nasceu, em 1991, os critérios têm foco nos mananciais de abastecimento e nas unidades, de conservação, mas, em outros Estados, onde o ICMS Eco-

lógico foi ou está sendo implementado, ou debatido, além dos critérios citados, outros estão na pauta, tais como a coleta e destinação final do lixo, instituição de política municipal do meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, conservação dos solos, entre outros.

Diante disso, percebe-se que a população, cada vez mais consciente das importantes funções ambientais, desencadeia, nos dias atuais, debates acerca da temática do ICMS Ecológico, assim como a relevância da sustentabilidade e conservação do meio ambiente.

Nesse cenário, no intuito de contribuir para a literatura, o presente estudo se propõe a responder o seguinte questionamento: **Qual o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS Ecológico?** Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS Ecológico, por meio de um estudo bibliométrico entre o período de 2001 a 2017.

A relevância do presente trabalho consiste na necessidade de contribuir com a exploração do tema no âmbito acadêmico. Nesse sentido, o produto deste trabalho pode contribuir enquanto conhecimento específico para futuras pesquisas a respeito ICMS Ecológico, possibilitando a ampliação do horizonte às contribuições acadêmicas, reflexões mais profundas e interligadas, a elucidação de tendências, além da incitação a potenciais publicações na área. Ressalta-se que não foram encontrados estudos no cenário nacional sobre o tema, portanto, uma possibilidade profícua de discussão com amplo impacto teórico e empírico no campo da literatura.

Diante do exposto, no que diz respeito à metodologia utilizada, o presente estudo tem como natureza a pesquisa descritiva, na qual serão extraídas informações dos principais artigos referentes à temática, pesquisados por meio de palavras-

chave, como: ICMS Ecológico, ICMS Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, apresentando, de forma qualitativa, os resultados obtidos.

Por fim, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: além desta introdução, posteriormente, a fundamentação teórica contemplará autores de cunho científico, abordado conjuntamente os aspectos metodológicos. Em seguida, apresentamos a análise de dados e os resultados. Nas considerações finais, apresentamos os resultados como um todo, como também as lacunas e as sugestões para futuras novas pesquisas.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Compreendendo o ICMS Ecológico no Brasil

O ICMS é um imposto que incide sobre a circulação de mercadorias e está antevisto na Constituição Federal de 1988 em seu Art. n.º 155, determinando competência aos estados e ao Distrito Federal a associação do ICMS, ou seja, é competência dos estados e do Distrito Federal responderem pela incidência desse imposto.

Ainda na Constituição Federal, em seu Art. n.º 158, inciso IV, os municípios preceituam de 25% sobre o ICMS estadual, sendo este dividido em três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizado em seus territórios; e até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal, sendo este último o mecanismo de contribuição para criação do ICMS Ecológico.

Nessa perspectiva, Leonardo e Oliveira (2007) consideram que o ICMS Ecológico é uma consequência optativa de uma administração governamental com propósito de



“As experiências do ICMS Ecológico implantadas no Brasil indicam que, para municípios onde predominam áreas protegidas e com restrições as atividades econômicas, esses recursos participam significativamente na receita como fonte importante para a economia local.”

realizar maior estimulação na proteção do meio ambiente; salienta ainda que o ICMS Ecológico não é uma nova espécie de impostos e, sim, um novo recurso de ordenação do rendimento concebido pelo estado.

Para Scaff e Tupiassu (2004), a política do ICMS Ecológico representa uma clara intervenção positiva do estado, por meio da utilização de um incentivo fiscal intergovernamental. Tal incentivo representa um poderoso instrumento econômico extrafiscal com vistas ao alcance de uma finalidade constitucional de preservação, proporcionando justiça fiscal e influenciando na ação voluntária dos municípios que buscam um aumento de receita e uma melhor qualidade de vida para suas populações.

O ICMS Ecológico nasceu no Estado do Paraná, no ano de 1991. Logo depois, foi estendido para o Estado de São Paulo, em 1993. Em seguida, em 1995, o Estado de Minas Gerais, os estados de Rondônia e Amapá, no ano de 1996, e o Estado do Rio Grande do Sul, em 1997. O Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco implementaram o ICMS Ecológico no ano de 2000. Tocantins, em 2002, e o Rio de Janeiro, no ano de 2007. (FERNANDES et al., 2011). Em 2004,

foi a vez do Acre, Ceará em 2007, Goiás e Paraíba em 2011 (SANTOS; RODRIGUES, 2016).

Conforme Loureiro (2002), o ICMS Ecológico tem, no caso do Paraná, apesar do pioneirismo e do aprendizado, apresentado resultados significantes a baixo custo. O estado está incentivando o aumento do número e da superfície das unidades de conservação e a melhoria da qualidade da sua preservação. Além das unidades de conservação, tem permitido ações objetivas em outras modalidades de áreas protegidas no entorno das unidades de conservação, tais como terras indígenas e reserva florestal legal, por exemplo.

Nesse sentido, no Estado da Paraíba, a Lei n.º 9.600, de 21 de dezembro de 2011, instituiu o ICMS-E, a qual tem como critério de repasse às unidades de preservação ambiental pública e/ou privadas, e aos municípios que promovam tratamento de, pelo menos, 50% do volume de seu lixo domiciliar coletado. A mencionada lei, não usufruiu de sua aplicação, pois foi suspensa por medida cautelar em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) – 999.2012.000549-4/001, por surgir provado ensejo inconstitucional.

Conforme a plataforma do ICMS Ecológico, os estados do Amazo-

nas, Maranhão, Pará e Santa Catarina possuem projeto de lei sobre o ICMS Ecológico. Já os Estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Sergipe não possuem projetos de lei, mas a matéria é pauta nos órgãos competentes.

O Distrito Federal é uma unidade da Federação com características municipais e estaduais, mas ele não é hábil a deter de lei própria sobre ICMS Ecológico, pois não é composto de municípios.

### 3. Metodologia

Segundo Gil (2002), pesquisa é o questionamento de algo, e esse questionamento nos traz o propósito para possibilitar resolução aos questionamentos antes tidos.

Nessa perspectiva, Andrade (2010, p. 16) acrescenta que “pesquisa é um composto metodológico fundamentado em uma racionalidade coerente, que possui a finalidade de obter explicações para problemas apontados, por meio de procedimentos científicos”.

Esta pesquisa se caracteriza ainda como exploratória, na qual se estabelecem critérios, métodos e técnicas para a produção de um trabalho, alvejando apresentar informações sobre o objeto dela e conduzir a



uma formação de teorias (CERVO; SILVA, 2006). Além disso, foi conduzido um estudo como revisão bibliográfica, documental e bibliométrica, aplicando o problema de pesquisa sob o enfoque qualitativo.

O processo para seleção e análise das referências foi estruturado em duas fases: a) estruturação de um portfólio de artigos a partir dos parâmetros definidos (palavras-chave, títulos, resumo e texto completo); e b) revisão dos estudos antecedentes sobre controle ICMS Ecológico. Foi adotada uma estrutura de acordo com o trabalho de Valenti, et al. (2016).

Assim, o presente estudo partiu de uma busca de pesquisa acadêmica, no período de 2001 a 2017, utilizando-se o *site* de pesquisa Google Acadêmico, em agosto de 2017. Depois foi organizado e analisado de forma sequencial para melhor percepção da evolução acerca do tema. Foram avaliados os trabalhos que relacionam ICMS Ecológico, entre estes, escolheram-se aqueles que possuíam relação direta com o assunto estudado, evidenciando os seguintes itens: objetivos, benefícios e principais contribuições do ICMS Ecológico que cada artigo analisado traz, perfil e titulações dos autores e características metodológicas utilizadas nos artigos.

O presente artigo utilizou como procedimentos para análise de resultados o método da análise de conteúdo. As palavras-chave utilizadas foram: "ICMS Ecológico", "ICMS Verde", "Meio Ambiente" e "Desenvolvimento Sustentável" e suas combinações.

Foram avaliados os trabalhos que relacionam o ICMS Ecológico, entre estes, escolheram-se aqueles que possuíam relação direta com o assunto estudado.

A seguir o Quadro 1 destaca os 13 estudos avaliados e dá ênfase aos autores e aos títulos dos respectivos trabalhos.

#### 4. Análise dos Resultados

##### 4.1 Estudos sobre o tema ICMS

Loureiro (2001) investiga o ICMS Ecológico como um instrumento econômico de Gestão Ambiental aplicado aos municípios. É fundamental reafirmar que, por meio do ICMS Ecológico e por força constitucional, os recursos financeiros devem ser repassados sempre diretamente aos municípios. Os principais resultados têm sido o aumento da quantidade de áreas e da superfície das áreas protegidas, além da melhoria na *performance* qualitativa das Unidades de Conservação.

No estudo sobre ICMS Ecológico, Leonardo e Oliveira (2007) afirmam tratar-se de uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental. Os autores tiveram como objetivo averiguar quais são os preceitos aproveitados para o repasse do ICMS Ecológico no Município de Maringá. Os resultados demonstraram que o município recebe esse incentivo desde 1991 devido aos parques existentes, e que esse montante repassado pode ser incrementado com políticas de manejo e conservação dessas áreas, bem como com a inclusão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Júnior e Menegasso (2007) investigaram as estratégias e ações para a implementação do ICMS Ecológico, por meio da coprodução do bem público. Como principal contribuição, identifica-se que o ICMS-E é um instrumento inovador na conservação e na preservação ambiental, proporcionando o aumento da superfície de áreas protegidas e oferecendo estímulos aos investimentos voltados ao saneamento básico e à preservação dos mananciais de abastecimento público. Logo, a apropriação social dos espaços protegidos pode dar legitimidade política e social às áreas de preservação ambiental.

Quadro 1 – Estudos Avaliados

AUTORES	ARTIGOS
Loureiro (2001)	O ICMS - Ecológico, um instrumento econômico de gestão ambiental aplicado aos municípios
Leonardo e Oliveira (2007)	ICMS ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental
Júnior, Salm e Menegasso (2007)	Estratégias e ações para a implementação do ICMS Ecológico por meio da co-produção do bem público
Franco e Figueiredo (2007)	Os impostos ambientais (taxação ambiental) no mundo e no Brasil – o ICMS Ecológico como uma das opções de instrumentos econômicos para a defesa do meio ambiente no Brasil
Loureiro (2008)	ICMS Ecológico, a oportunidade do financiamento da gestão ambiental municipal no Brasil
Paulo (2009)	O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS Socioambiental como Incentivo à Melhoria das Políticas Públicas Ambientais em Nível Municipal: o Caso de Municípios da Região Metropolitana do Recife – PE.
Ramalho e Passos (2011)	A eficácia do ICMS Ecológico como instrumento de política ambiental e o dever do Estado quanto à sua efetivação
Reis (2011)	ICMS Ecológico como instrumento de proteção ambiental
Gomes (2012)	A importância da utilização do ICMS Ecológico pelos estados
Schneider (2013)	Breve análise do ICMS Ecológico no Brasil
Costa e Raulino (2016)	Extrafiscalidade como instrumento de implementação das políticas públicas: ICMS Ecológico e IVA Social
Santos e Rodrigues (2016)	O efeito do ICMS Ecológico nos estados brasileiros
Aydos e Neto (2016)	Estudo da correlação entre ICMS Ecológico e estrutura política-administrativa ambiental nos municípios brasileiros

Fonte: quadro elaborado pela autora, (2018).

O estudo de Franco e Figueredo (2007) analisam o ICMS Ecológico como uma das opções de instrumentos econômicos para a defesa do meio ambiente no Brasil. As experiências do ICMS Ecológico implantadas no Brasil indicam que, para municípios onde predominam áreas protegidas e com restrições às atividades econômicas, esses recursos participam significativamente na receita como fonte importante para a economia local. A aplicação desse instrumento, com a finalidade de estimular a conservação e uso sustentável de recursos ambientais, apresenta-se como promissora no Brasil.

Loureiro (2008) investigou o ICMS Ecológico como oportunidade do financiamento da gestão ambiental municipal no Brasil. Com o objetivo de averiguar a destinação e utilização dos recursos recebidos, o estudo verificou que o ICMS Ecológico tem sido um grande aliado do gestor ambiental local, que vê no momento em que entra o recurso no município a oportunidade do financiamento das demandas de sua pasta de trabalho. Por isso, é recomendável que não sejam enviados recursos financeiros por esse critério aos municípios que não possuam, no mínimo, instrumentos locais.

Paulo (2009) analisou o ICMS socioambiental como incentivo à melhoria das políticas públicas ambientais em nível municipal. O estudo tem como objetivo investigar se esse instrumento está incentivando a melhoria das políticas públicas ambientais por meio de ações voltadas à conservação da biodiversidade, e de adequados sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, em municípios da região Metropolitana do Recife. Ao final, observou-se que a principal contribuição do ICMS socioambiental reside justamente para o recebimento do recurso financeiro repas-

sado do estado para os municípios.

Ramalho e Passos (2011) analisaram a eficácia do ICMS Ecológico como instrumento de Política Ambiental. Como principal contribuição, identifica-se que, entre os referidos mecanismos de indução, está a extrafiscalidade tributária, gênero do qual o ICMS Ecológico é espécie. Este se apresenta como o instrumento mais eficiente à indução dos municípios, no sentido de adotarem programas tutelares do meio ambiente, pelo que, para compatibilizarem sua atuação com os reclames constitucionais, os estados que ainda não aderirem à sistemática do ICMS Ecológico devem fazê-lo, sob a pena de se comprometerem, perante as gerações presentes e futuras, com a degradação ambiental resultante de sua inércia.

Reis (2011) analisou o ICMS ecológico como instrumento de proteção ambiental. O objetivo desta pesquisa é apresentar a tributação ambiental, não mais como um imposto que sobrecarrega os contribuintes, mas, sim, como incentivo à preservação do meio ambiente. O resultado mostrou que, o ICMS Ecológico contribui de forma incontestável para a preservação das reservas naturais, mas a concessão de incentivos apenas à Unidade de Conservação torna inócua a maioria das legislações dos estados, pois estas desprezaram grandes problemas ambientais concentrados em regiões urbanas, principalmente no que concerne ao manejo do lixo e esgotos.

O estudo de Gomes (2012) investigou a Lei do ICMS Ecológico e a importância da utilização pelos estados. Tem como objetivo demonstrar a importância dessa norma como instrumento de incentivo à preservação, incentivando os municípios a manterem maiores unidades de conservação, ajudando na preservação dos recursos naturais que estão cada vez mais escassos e

limitados, bem como colaborando com os municípios que sofriam pela limitação advinda das Unidades de Conservação. Como resultado, percebeu que cabe a todos a adoção de meios que visem à proteção ao meio ambiente, que atualmente é preocupação global e é garantia fundamental dos cidadãos o direito ao meio ambiente equilibrado.

Schneider (2013) verificou o ICMS Ecológico no Brasil, analisando as leis instituidoras e regulamentos de cada um dos estados que o adotaram, bem como os dados disponibilizados pelos governos locais acerca de resultados obtidos com sua implantação, confirmando, ou não, a obtenção de resultados positivos com a implementação do benefício. Como principal contribuição, identifica-se, que apesar de o ICMS Ecológico ter nascido apenas como uma forma de compensação financeira aos municípios paranaenses, ele também pode ser aproveitado de maneira eficiente na luta pela preservação ambiental.

O estudo de Costa e Raulino (2016) investigou a extrafiscalidade tributária como instrumento propiciador das políticas públicas, hoje vista como implementadora do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Assim, conforme os resultados, identifica-se que a tributação, por meio da extrafiscalidade, constitui um importante instrumento da sociedade para promover políticas públicas, a fim de resolver problemas ambientais, problemas sociais, econômicos e financeiros, sendo capaz, ainda, de amenizar os reflexos advindos de crises econômicas. Isso pode trazer resultados positivos para o estado e para a economia do País, assegurando os direitos sociais e beneficiando a sociedade e o estado.

Santos e Rodrigues (2016) analisaram o efeito do ICMS Ecológico nos estados brasileiros. O presente estudo tem como objetivo investi-

gar o instituto do ICMS Ecológico, abordando qual a forma de repasse utilizada pelos estados adeptos do ICMS Ecológico e quais são esses repasses aos municípios, no tocante ao critério Aumento na Área de Preservação Ambiental. O resultado demonstra que o efeito do ICMS-E é uma receita maior, assim como um aumento nas áreas de preservação.

Aydos e Neto (2016) investigaram a correlação entre ICMS Ecológico e estrutura política-administrativa ambiental, analisando a importância dessa estrutura em âmbito municipal. Foram utilizados dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

para identificar a correlação entre ICMS-E e a existência de órgãos à preservação ambiental. Os resultados indicaram que o ICMS-E influenciou os municípios a integrarem Comitês de Bacia Hidrográfica, terem Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e criarem legislação específica para tratar da questão ambiental.

#### 4.2 Resumo das Principais Contribuições

O Quadro 2 destaca as principais contribuições dos trabalhos analisados, a partir do contexto em que o ICMS Ecológico está inserido, levando em consideração ainda

os aspectos colocados nos resumos apresentados anteriormente.

Portanto, verificou-se que o ICMS Ecológico nasceu, primeiramente, como uma forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos, unidades de conservação e de preservação, uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados locais, a fim de garantir sua preservação. Felizmente, incentivou, positivamente, os municípios a criarem ou a defenderem a criação de mais áreas de preservação e a melhorarem a qualidade das áreas já protegidas, com o intuito de aumentar a arrecadação consideravelmente. Assim, os municípios

Quadro 2 – Resumo das Contribuições

Contexto	Principais Contribuições
O ICMS-E, um instrumento econômico de gestão ambiental aplicado aos municípios.	O ICMS-E tem resultado no aumento da quantidade de áreas e da superfície das áreas protegidas, além da melhoria na performance qualitativa das Unidades de Conservação.
Preservação Ambiental	O ICMS-E é uma alternativa que visa estimular ações ambientais nas áreas municipais, possibilitando o incremento de suas receitas tributárias, com base em critérios de preservação ambiental e de melhoria de qualidade de vida da sociedade.
Implementação do ICMS-E	O ICMS Ecológico é um instrumento inovador na conservação e na preservação ambiental, proporcionando o aumento da superfície de áreas protegidas e oferecendo estímulos aos investimentos voltados ao saneamento básico e à preservação dos mananciais de abastecimento público.
ICMS-E como instrumento econômico de defesa do meio ambiente	Especialistas opinam que a sociedade se beneficia através da inclusão de incentivos econômicos, dos impostos, taxas e outros instrumentos na legislação, e que ajudará a se chegar a sustentabilidade.
ICMS ECOLÓGICO, a oportunidade do financiamento da gestão ambiental	O ICMS Ecológico tem sido um grande aliado do gestor ambiental local, que vê no momento em que entra o recurso no município a oportunidade do financiamento das demandas de sua pasta de trabalho.
ICMS-Socioambiental como incentivo à Melhoria das políticas ambientais	A principal contribuição do ICMS Socioambiental reside justamente para o recebimento do recurso financeiro repassado do Estado para os municípios.
ICMS-E como instrumento de política ambiental	Como mecanismos de indução, a extrafiscalidade tributária, gênero do qual o ICMS Ecológico é espécie, apresenta-se como o instrumento mais eficiente à indução dos Municípios no sentido de adotarem programas tutelares do meio ambiente, para compatibilizarem sua atuação com os reclames constitucionais.
Proteção Ambiental	O ICMS-E, representa, pontualmente, a eficiência no uso de estímulo na preservação ambiental, sendo considerado um símbolo incontestável na manutenção da biodiversidade.
Utilização do ICMS-E pelos Estados	Percebeu que cabe a todos a adoção de meios que visem à proteção ao meio ambiente, que atualmente é preocupação global e é garantia fundamental dos cidadãos o direito ao meio ambiente equilibrado.
ICMS-E no Brasil	Apesar do ICMS Ecológico ter nascido apenas como uma forma de compensação financeira aos municípios, as experiências trazem que pode ser aproveitado de maneira eficiente na luta pela preservação ambiental. Os Estados que aderiram esse tipo de repasse ganharam aumentos consideráveis das unidades de preservação de seus territórios, assim como os Municípios aumentaram suas receitas e consequentemente contribuem para a preservação do meio ambiente.
Extrafiscalidade do ICMS-E	A tributação por meio da extrafiscalidade constitui um importante instrumento da sociedade para promover políticas públicas, resolvendo problemas ambientais, problemas em relação à redistribuição de renda e de terra, a proteção da saúde, a redução de desigualdades, a busca pelo pleno emprego, problemas sociais, econômicos e financeiros, entre outros.
Efeito do ICMS-E nos estados brasileiros	Os estados com o ICMS-E tem como efeito uma receita maior, assim como um aumento nas áreas de preservação.
ICMS-E e estrutura política-administrativa ambiental	O ICMS-E influenciou positivamente tanto município com mais quanto com menos de 100 mil habitantes, havendo correlação entre instrumento e a existência de legislação específica para tratar da questão ambiental nos municípios brasileiros.

Fonte: quadro elaborado pela autora, (2018).

aumentaram suas receitas e, consequentemente, contribuem para a preservação do meio ambiente.

#### 4.3 Perfil e Titulações dos autores

Outro aspecto verificado nos artigos da amostra foi relacionado aos autores, tendo em vista os mais prolíficos e as suas titulações.

Na Tabela 1, pode-se verificar o *ranking* dos cinco autores, dos estudos analisados, que mais produziram artigos sobre o ICMS Ecológico.

A partir dos 20 autores analisados neste estudo, evidenciam-se os autores que mais produziram foram Wilson Loreiro, com dois artigos, Felipe Luiz Lima de Paulo, Décio Henrique Franco, Eloisa Gomes, Paulo Jorge Moraes Figueiredo com apenas um artigo publicado de cada um.

No que se relaciona à formação dos autores no ano em que foram publicados os artigos, o Gráfico 3 evidencia os resultados sobre cada titulação dos autores analisados.

Em relação ao perfil dos pesquisadores, entre os 20 autores analisados, 30% têm o título de doutor e 5% estão cursando o doutorado; 30% possuem o título de mestre e 10% estão estudando para receberem o título de mestre. Consta-se que 20% têm pós-graduação, 5% dos autores têm apenas a graduação e nenhum está realizando sua graduação.

#### 4.4 Características Metodológicas utilizadas nos artigos

Para elaborar o perfil das publicações, buscou-se coletar informações sobre a metodologia utilizada nos artigos pesquisados. Foram verificados a abordagem do problema, os procedimentos e os objetivos.

As análises foram realizadas a partir dos dados coletados após serem finalizados todos os levantamentos dos artigos, com publica-

ção com ênfase no ICMS Ecológico nos periódicos nacionais, como se pode observar no Gráfico 2.

Na análise feita neste estudo, em relação à abordagem da pesquisa, houve uma predominância dos artigos qualitativo e quantitativo, com 66,67%. No total, 33,33% dos artigos são de abordagem qualitativa e nenhum estudo classificado como quantitativo. O predomínio de estudos qualitativos e quantitativos pode expressar a carência em

pesquisas, incluindo técnicas estatísticas mais complexas com um maior nível de aprofundamento do objeto de estudo.

O Gráfico 3 demonstra os aspectos utilizados quanto aos procedimentos, ou seja, a forma em que foi elaborada a coleta de dados e os resultados obtidos.

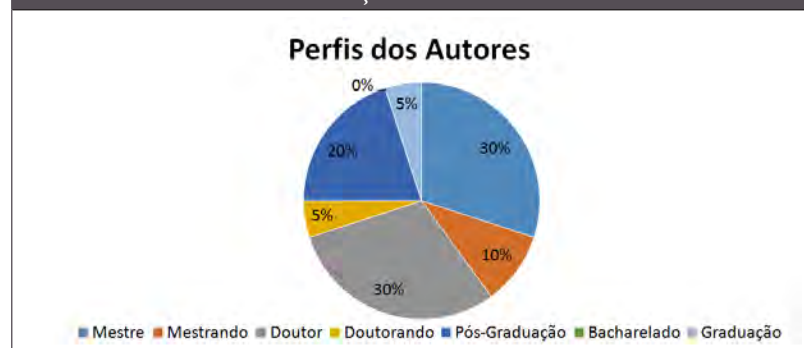
De acordo com o Gráfico 6, pode-se verificar que o principal procedimento metodológico aplicado nos estudos é a pesquisa docu-

Tabela 1 – Autores mais prolíficos durante o período analisado.

Autores	Frequência
Wilson Loureiro	2
Felipe Luiz Lima de Paulo	1
Décio Henrique Franco	1
Eloisa Gomes	1
Paulo Jorge Moraes Figueiredo	1

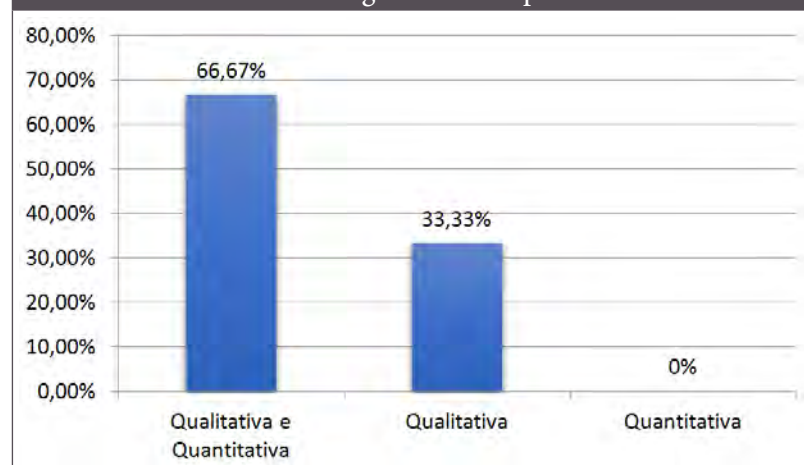
Fonte: elaboração própria, (2018).

Gráfico 1 – Formação acadêmica dos autores.



Fonte: elaboração própria, (2018).

Gráfico 2 - Abordagem utilizada pelos autores



Fonte: elaboração própria (2018)

mental/bibliográfica, que é a junção de materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico e as pesquisas com base em livros e artigos, com 50%. A pesquisa bibliográfica que é elaborada a partir de um material já desenvolvido e é formada, principalmente, por meio de artigos e livros, correspondem a 28,57%; em 14,29% foi utilizado o método pesquisa documental; e em 7,14% foi utilizado o método levantamento/survey.

O Gráfico 4 refere-se às metodologias utilizadas quanto aos objetivos realizados nos estudos, para que possa auxiliar de base para futuros artigos sobre o ICMS Ecológico.

A partir dos resultados obtidos, os artigos que são classificados como exploratório-descritivos correspondem a 41,67%. Analisou-se que 33,33% são classificados como explicativos, e 16,67%, como exploratórios, ou seja, que têm como finalidade aprofundar o tema ICMS Ecológico; e 8,33% dos estudos pesquisados classificam-se como descritivos, que têm como objetivo descrever um fenômeno ou população.

## 5. Considerações Finais

No intuito de contribuir para a literatura, o presente estudo se propôs a responder ao seguinte questionamento: **Qual o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS Ecológico?**

Para responder a esse questionamento, objetivou-se analisar o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS Ecológico, por meio de um estudo bibliométrico, entre o período de 2001 a 2017, verificando os objetivos, os benefícios e as principais contribuições da adoção do ICMS ecológico no Brasil, perfil e titulações dos autores e características metodológicas utilizadas nos artigos.

Na seleção dos trabalhos, observou-se que as pesquisas têm evidenciado um benefício ao meio ambiente e à sociedade, no geral, proporcionado pela adoção do ICMS Ecológico. O ICMS Ecológico tem se apresentado favorável nos estados em que foi instituído. Além disso, tem-se acompanhado um considerável crescimento das áreas preservadas, por intermédio da formação ou expansão de Unidades de Conservação, como mostra o trabalho de Franco e Figueiredo (2017).

Verificou-se, também, conforme Schneider (2013), que todos os estados que implementaram o ICMS Ecológico tiveram benefícios acerca do meio ambiente. Contudo, apesar de o ICMS Ecológico ter o mesmo intuito, cada estado que o implantou teve repercussão distinta. Entretanto, concebe-se que os métodos aderidos pelos estados não são impreterivelmente decisórios para o sucesso do projeto.

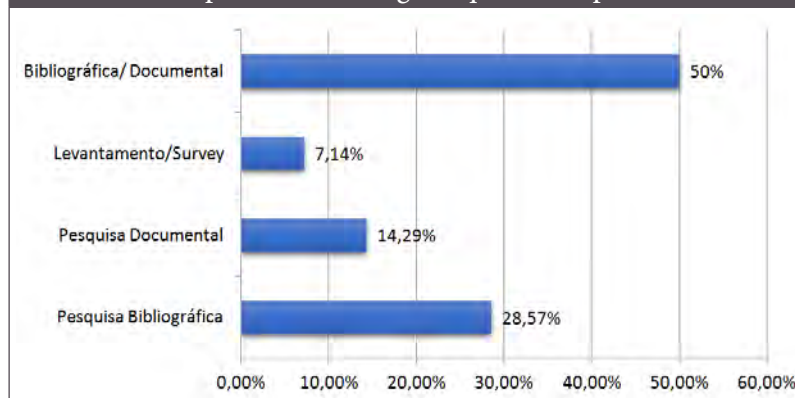
Destaca-se, também, a importante designação da cota-parte do ICMS Ecológico para a educação, considerando a participação relativa do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, em escolas municipais, como é o caso do Estado de Pernambuco que utiliza o ICMS Ecológico para melhorar a educação da

criança, o que fortalece o aprendizado, e a disciplina forma cidadãos conscientes, minimizando os danos ao ecossistema causados pela negligência humana.

Quanto ao perfil e à titulação dos autores, verificou-se que os autores que mais produziram foram Wilson Loreiro, com dois artigos, Felipe Luiz Lima de Paulo, Décio Henrique Franco, Eloisa Gomes, Paulo Jorge Moraes Figueiredo, com apenas um artigo publicado cada um. Além disso, entre os 20 autores analisados, 30% têm o título de doutor e 5% estão cursando o doutorado; 30% possuem o título de mestre e 10% estão estudando para receberem o título de mestre. Constatase que 20% têm pós-graduação, 5% dos autores têm apenas a graduação e nenhum está realizando sua graduação.

Quanto às características metodológicas dos artigos analisados, evidenciou-se, em relação à abordagem da pesquisa, que houve uma predominância dos artigos qualitativo e quantitativo com 66,67%. No total, 33,33% dos artigos são de abordagem qualitativa e nenhum estudo classificado como quantitativo. No que tange aos procedimentos, a pesquisa documental/bibliográfica apresentou destaque, com 50%

Gráfico 3 - Aspectos metodológicos quanto aos procedimentos



Fonte: elaboração própria, (2018).



dos artigos. A pesquisa bibliográfica correspondeu a 28,57%, e em 14,29% foi utilizado o método pesquisa documental; e 7,14% utilizaram o método levantamento/survey. Quanto aos objetivos, os artigos, que são classificados como exploratório-descritivos, corresponderam a 41,67%. Analisou-se que 33,33% são classificados como explicativos e 16,67%, como exploratórios, ou seja, que têm como finalidade aprofundar o tema ICMS Ecológico; e 8,33% dos estudos pesquisados classificam-se como descritivos, que têm como objetivo descrever um fenômeno ou população.

Assim, diante dos resultados obtidos, pode se concluir que o

ICMS Ecológico é um instrumento de suma importância para a preservação e a conservação do meio ambiente, beneficiando a sociedade em geral. Conclui-se que cada estado tem sua livre escolha de instituir lei específica para tais critérios a serem utilizados para o rateio do ICMS, conforme a necessidade de cada local.

No Estado da Paraíba, o ICMS Ecológico poderia beneficiar vários municípios como também a capital, com projetos para melhoramento, preservação e conservação das áreas ambientais, pois possui inúmeras unidades de preservação em que se encontram praticamente esquecidas, degradadas ou utilizadas de forma errô-

nea, o que prejudica cada dia mais a natureza e a sociedade.

Este trabalho se limita à análise apenas dos trabalhos nacionais. Por isso, para futuras pesquisas, espera-se que haja um levantamento mais detalhado do ICMS Ecológico adotado pelos estados brasileiros, assim como que tente levantar as causas da não implementação por alguns desses estados, e que também, esses recursos, possam ser utilizados em prol da saúde, saneamento básico e educação, conforme a necessidade de cada município. Além disso, buscou-se compreender, por meio de estudos empíricos, quais os reais impactos da receita trazida pela distribuição do ICMS-E aos estados e municípios contemplados.

## 6. Referências

ANDRADE, Maria M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AYDOS, Leonardo R.; FIGUEIREDO NETO, Leonardo F. Estudo da correlação entre ICMS Ecológico e estrutura político-administrativa ambiental nos municípios brasileiros. *Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences*, v. 38, n. 2, p. 131, 2016.

BRASIL. *Constituição Federal*. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CERVO, Amado L.; SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6. Ed. Brasil: PRENTICE HALL BRASIL, 2006. 176p.

COSTA, Nina Gabriela B.; RAULINO, Allan Reymberg S. Extrafiscalidade como Instrumento de Implementação das Políticas Públicas: ICMS Ecológico E IVA Social. *Revista de Direito Tributário e Financeiro*, v. 2, n. 2, p. 289-308, 2017.

FERNANDES, Luciany Lima *et al.* Compensação e incentivo à proteção ambiental: o caso do ICMS ecológico em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 3, p. 521-544, 2011.

FRANCO, Décio H. FIGUEIREDO, Paulo Jorge M. *Os impostos ambientais (taxação ambiental) no mundo e no Brasil – O ICMS ecológico como uma das opções de instrumentos econômicos para a defesa do meio ambiente no Brasil*. 2007.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Eloisa. A importância da utilização do ICMS Ecológico pelos Estados. *Diálogos Multidisciplinares*, v. 1, n. 2, 2016.

LEONARDO, Vera S.; OLIVEIRA, Aldenir C. ICMS Ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 26, n. 2, 2007.

LOUREIRO, W. *CONTRIBUIÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ESTADO DO PARANÁ*. P.53 (Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciências Florestais - Área de concentração: Economia e Política Florestal, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná) 2002.

---

\_\_\_\_\_. ICMS Ecológico, a Oportunidade do Financiamento da Gestão Ambiental Municipal no Brasil. In: Tatagiba, F. C. P.; Leme, T. N. *Fontes de Recursos Financeiros para a Gestão Ambiental Pública: cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais*. Brasília: Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, 2008.

---

\_\_\_\_\_. ICMS Ecológico: incentivo econômico à conservação da biodiversidade (uma experiência exitosa no Brasil). *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 221, p.49-60, abr./dez. 1997.

---

\_\_\_\_\_. *O ICMS - Ecológico, um instrumento econômico de gestão ambiental aplicado aos municípios*. Paraná, 2001.

---

JÚNIOR, AmeryMoisésN.; SALM, José F.; MENEGASSO, Maria E.. Estratégias e ações para a implementação do ICMS ecológico por meio da co-produção do bem público. *Revista de Negócios, Blumenau*, v. 12, n. 3, p. 62-73, 2007.

---

OLIVEIRA, Adriana Secundo Gonçalves de. *Breves considerações acerca da implementação do ICMS ecológico no estado da Paraíba*. 2012.

---

PARÁIBA (Estado). Medida Cautelar nº 999.2012.000549-4/001, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://tjpbjurisprudencia.tjpb.jus.br/00/03/1S/0000031SK.PDF>> Acesso em: 12 jun. 2017.

---

PAULO, Felipe Luiz Lima de. *O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços –*

---

ICMS Socioambiental como Incentivo à Melhoria das Políticas Públicas Ambientais em Nível

---

Municipal: o Caso de Municípios da Região Metropolitana do Recife – PE. 151 f. Dissertação

---

(Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Faculdade de

---

Ciências da Administração de Pernambuco. Universidade de Pernambuco, Recife, 2009.

---

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.600 de 21 de dezembro de 2011. *ICMS Ecológico na Paraíba (2011)*. Disponível em: < <https://www.receita.pb.gov.br/ser/legislacao/64-leis/icms/614-lei-n-9-600-de-21-de-dezembro-de-2011> > Acesso em: 12 Ago. 2017.

---

\_\_\_\_\_. *Constituição do Estado da Paraíba (1989)*. Disponível em: <http://portal.tce.pb.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/constituicaoestadualpb.pdf>> Acesso em: 12 Ago. 2017.

---

RAMALHO, Leila Von S.; PASSOS, Rosana Maciel B. *A eficácia do ICMS ecológico como instrumento de política ambiental e o dever do estado quanto à sua efetivação*. 2011.

---

REIS, Marcelo dos. *ICMS Ecológico como instrumento de proteção ambiental*. Universidade de Marília. [Dissertação de Mestrado]. Marília – São Paulo, 2011.

---

SANTOS, Bianca C.; RODRIGUES, Rodolfo S. O Efeito do ICMS Ecológico nos Estados Brasileiros. *Ponto de Vista Jurídico*, v. 5, n. 1, p. 77-87, 2016.

---

SCAFF, Fernando Facury; TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. Tributação e Políticas Públicas: O ICMS Ecológico. *Direito tributário ambiental*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p. 724-748.

---

SCHNEIDER, Isabela Aquino. *Breve análise do ICMS Ecológico no Brasil*. 2013.

---

SILVA JÚNIOR, Luiz H.; PEDROSA, Beatriz Mesquita J.; DA SILVA, Márcio F. Avaliação dos Impactos do ICMS Socioambiental na Criação de Unidades de Conservação e Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos em Pernambuco: Uma Análise a partir do Método de Diferenças-em-Diferenças. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 44, n. 2, p. 557-572, 2013.

---

VALENTIM, Isabella Christina D.; SILVA, Luciana O.; PASSOS, Jean G. Controle Interno e Gestão de Risco: uma Revisão Baseada em Estudos Brasileiros. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 13, n. 1, p. 69-89, Janeiro-Junho, 2016.

---

NADIR JÚNIOR, A. M.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Estratégias e ações para a implementação do ICMS Ecológico por meio da co-produção do bem público. *Revista de Negócios*, v. 12, n. 3, p. 62-73, 2007.

---